

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

SAMMER DAHIR SIMAN MAGALHÃES

**O BRASIL NOS MARCOS DO NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE
ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: UMA VERIFICAÇÃO A PARTIR DOS
DADOS DE FINANCIAMENTO DO BNDES E DO ORÇAMENTO DE
INVESTIMENTO DA UNIÃO NO PERÍODO DE 2003 A 2014**

VITÓRIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Magalhães, Sammer Dahir Siman, 1985-

H 819d O Brasil nos marcos do Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva: Uma verificação a partir dos dados de financiamento do BNDES e do Orçamento de Investimento da União no período de 2003 a 2014 / Sammer Dahir Siman Magalhães – 2016.

121 f. : il.

Orientador: Rogério Naques Faleiros.

Dissertação: (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Novo Padrão Exportador de especialização produtiva. 2. Dependência. 3. Economia Brasileira. 4. BNDES. 5. Orçamento de Investimento da União. I. Rogério Naques Faleiros, 1978-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário Goiabeiras
29075-910 – Vitória - ES - Brasil – Telefone: (27) 3145-5370

SAMMER DAHIR SIMAN MAGALHÃES

**“O BRASIL NOS MARCOS DO NOVO PADRÃO EXPORTADOR
DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: UMA VERIFICAÇÃO A
PARTIR DOS DADOS DE FINANCIAMENTO DO BNDES E DO
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DA UNIÃO NO PERÍODO DE
2003 A 2014”**

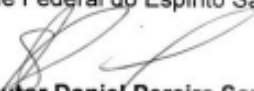
*Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Política Social.*

Aprovado em 16 de dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professor Doutor Rogério Naques Faleiros
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Daniel Pereira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Fernando Cezar de Macedo Mota
Universidade Estadual de Campinas

Ao povo brasileiro, que ainda segue refém dos
ditames da Casa Grande e da Casa Branca.

Aos 116 mortos diariamente por armas de fogo,
em sua maioria negros,
mortos por um regime político e um modelo econômico exógeno
indiferente à vida da maioria de nossa gente.

CONSTRUÇÃO

Seguramente que uma das maiores satisfações da vida é assumir desafios e realizá-los, superá-los. E, mais do que assumi-los como uma virtude de quem faz da vida uma batalha a cada dia, nada mais dignificante do que reconhecer que nesse mundo nada se faz sozinho, seja porque somos fruto de um curso histórico feito por muito suor, sangue, dor e também por muitos sorrisos, seja porque uma obra como essa só é possível de ser realizada a partir do envolvimento de muita gente.

Sob o risco de ser injusto e não rememorar alguns que foram parte dessa edificante caminhada que somou 33 meses citarei muitos daqueles que cruzaram esse caminho de maneira destacada. Em primeiro lugar, por mais genérico que possa parecer, cumpre agradecer ao povo brasileiro, este povo trabalhador que ao longo de uma duríssima história de 516 anos (no que se refere à parte contada de nossa história) edificou um país que, ainda que profundamente limitado em sua vocação de ser livre, permitiu e permite a alguns como eu a dispor de algum tempo e condições para estudar, criar e procurar decodificar a desafiadora realidade em sua complexidade. Portanto, agradeço ao povo trabalhador de ontem e de hoje que me permitiu realizar o presente trabalho.

À CAPES agradeço pela bolsa que materializou tais condições que acima citei, agradeço também à UFES e a todo Programa de Pós Graduação em Política Social. Um agradecimento especial faço a todos os professores que dividiram seu conhecimento e foram generosos comigo na insubstituível tarefa de ensinar. Ao Professor Paulo Nakatani agradeço pela profunda aula sobre Estado e Sociedade e pelo exemplo de ser um servo da revolução necessária, de maneira implacável e incansável, uma inspiração para toda vida. Ao Professor Maurício Sabadini um agradecimento pela aula de Capitalismo e Sociedade, que me ajudou a reencontrar com a economia a partir da crítica à economia política na indispensável tarefa que foi estudar “O Capital” de maneira profunda, guardada as limitações de fazê-lo em um semestre. Ao Prof. Paulo e ao Prof. Maurício agradeço também a parceria, a amizade e a alguns bons momentos de descontração, diante de um copo de cerveja.

Um agradecimento especial também faço à Professora Renata Couto por sua profícua aula sobre Questão Agrária e as relações Capital/Trabalho no Campo que me aproximou ainda mais do elemento agrário que marcou e marca o Brasil e a América Latina de maneira profunda e estrutural. À Professora Ana Targina agradeço pela aula de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos da Política Social que me permitiu ir a fundo nas bases do pensamento que estrutura as noções da social democracia que

ainda insistem em se reproduzir “do lado de baixo do Equador”. Agradeço também a Professora Renata e a Professora Ana pelo incentivo à minha militância que se misturou, na melhor acepção, com o mestrado realizado.

Agradeço também de maneira especial à Professora Maria Lúcia Garcia pela aula de metodologia de Pesquisa que me permitiu um maior rigor científico, o rigor indispensável em qualquer esforço de investigação. À Professora Maria Lúcia agradeço também por sua postura rigorosa nos momentos em que vacilei, a propósito, tratou-se de um caminho com os seus percalços, a exemplo dos tantos caminhos que passamos no curso vida.

Ainda no rol merecidamente prolongado de reconhecimento a cada professor agradeço de maneira especialíssima ao meu Professor e Orientador Rogério Naques Faleiros. Sua aula de Pensamento Político e Social Brasileiro foi um mergulho indispensável para um conhecimento mais rigoroso e profundo das bases constitutivas das diversas matizes do pensamento que organizam a vida social brasileira. E um agradecimento especial à sua condição de orientador e seu apoio incondicional aos caminhos que resultaram neste esforço de pesquisa, bem como por sua presença implacável, generosa e, fundamentalmente, amiga em todo esse processo.

Agradeço também à Professora Neide Cézar Vargas e ao Professor Bruno Milanez que de maneira generosa e ativa participaram da minha banca de qualificação. Ao Professor Paris Yeros que foi um incentivador de primeira hora na decisão de regressar para a academia depois de 5 anos fora dela e por ser um apoiador sempre presente em todo processo.

Em terras capixabas, vale um agradecimento especialíssimo ao também Professor e grande amigo Helder Gomes. Sua generosidade e disposição inigualável em ensinar foi indispensável para todo esse processo, bem como para o grande acolhimento e as boas oportunidades que vivi no Estado do Espírito Santo. Agradeço aos grandiosos militantes sindicais que pude conviver também durante essa caminhada, a exemplo de Haylson Oliveira, Adda Monteiro Lobato, Idelmar Casagrande, Carlão, dentre tantos outros.

Uma saudação especial a todos e a todas que acreditaram na aposta chamada Brigadas Populares no Espírito Santo. Tadeu Guerzet, Nilson, Paulinha, Guilherme, Chyntia, Lucas, Vinicius Machado, Vinicius Tomaz, Rayssa, Rafaela, Marcelo, Zucuri, Rafael, Maína, Carol, João Alexandre, Lucas Cora, Naciete, Breno, Thayla e tantos que vieram ao longo destes intensos anos e que toparam com vigor o desafio das mudanças que urgem em se processar no nosso país e, de maneira especial, em terras capixabas. Um

salve especial ao Marcos Djavan, que além de um parceiro nessa construção e de um grande amigo dividiu teto em parte dessa caminhada. Um agradecimento também ao hermano Ivan, que cedeu parte de seu convívio e sua morada para mim na maior parte desse período. Ainda agradeço a amizade constante e generosa de Lula Rocha, Merci e Pedro Rozales. Aos demais brigadistas desse país, precisaria de uma longa lista para citar cada um, mas em nome de todos agradeço por meio do nosso grande camarada, professor e implacável Pedro Otoni, que foi um incentivador de ponta também nessa caminhada e pavimentou o terreno político em terras capixabas especialmente por sua inigualável amizade e parceria feita com o saudoso Reinaldo Carcanholo, a quem agradeço *in memória*. Agradeço também de modo especial ao camarada Vitor Hugo Tonin a quem estendo os demais cumprimentos à recente família militante que abracei de maneira decidida, a família da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Um agradecimento especial pra minha turma que, mais do que uma simples turma, formou um grupo real, marcado pela solidariedade, pelo incentivo mútuo, além das boas festas. De tão unidos que fomos insisto que ainda devemos fazer uma festa de formatura. Fica o salve e o agradecimento especial para Taís, Cláudio, Rapha, Fernanda, Thaynara, Silvia, Mariana, Verônica, além de Livia Moraes e Camilla Nogueira que adotaram essa turma como suas e dividiu conosco grandes momentos.

Cumpra ainda alguns agradecimentos especiais no plano da resistência à mineração, visto que nesse terreno de combate por pouco não saiu o que seria o presente objeto de pesquisa. Um salve especial para os grupos de pesquisa da UFES, Organon e Ocça, a quem agradeço por meio das Professoras Cristiana Losekann e Simone Raquel que fizeram profícuas parcerias na resistência à mineração em terras capixabas. Agradeço também de modo especial a Patrícia Generoso, Junior e Flávia que me acolheram de maneira efusiva em Conceição do Mato Dentro na minha “quase-pesquisa” sobre a mineração e suas consequências sórdidas para nosso meio socioambiental. Faço ainda uma menção especial ao Professor Jaime Osório, com quem tive a honra de estudar por alguns valorosos dias no Brasil ainda no curso dessa pesquisa, sei que não se trata de um benefício qualquer ser acolhido por aquele que se tornou meu principal referencial teórico da atualidade, não por um acaso o vértice intelectual da presente pesquisa. Em nome de Jaime agradeço aos grandes nomes que ajudaram a formar o campo da Teoria Marxista da Dependência que hoje colaboramos no esforço de resgatar e atualizar, cumpre citar aqui alguns percursores como Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, sendo os dois últimos *in memória* (e agora, a poucos meses de feita a publicação do presente trabalho também nos deixou Theotonio), bem como a nova

geração que toma para si a tarefa de recompor esse campo teórico, como Diógenes Moura, Fernando Prado, Marina Machado, Marisa Silva Amaral, Mathias Luce, Carla Ferreira e tantos(as) outros(as) companheiros(as) de caminhada política e intelectual.

Cumpre ainda citar as referências intelectuais que tanto tem me ajudado a enegrecer a visão sobre o Brasil e o mundo, cito em destaque e *in memória* Alberto Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Franz Fanon. *In vitae*, faço uma menção especial e um agradecimento aos amigos e parceiros constantes das lutas, Douglas Belchior e Jorge Américo, além de Paris Yeros, Renata Versiani, Jonathan Jaumont e Marquinhos Cardoso que me deram o estímulo inicial necessário para procurar entender o Brasil a partir da ótica racial. Agradeço também ao economista David Deccache pela colaboração decisiva no levantamento dos dados indicados pela banca de defesa para revisão da presente pesquisa.

Um agradecimento especialíssimo a toda minha família, que me acolheu de maneira muito especial em todo esse processo. Uma menção carinhosa ao meu Tio Gasiry e sua generosidade e grandiosidade que mais uma vez se repete nessa etapa cumprida, agradeço também a minha Tia Conceição e toda família, em especial Vitor, Fred e Jana, além de Débora, Val, Giogio, Igor, Sandrinha e agora meus sobrinhos amorosos, Niara e Gabriel, que na doçura inerente à pouca idade alimentam de maneira muito especial os meus dias, ainda que quase sempre à distância e com o subterfúgio das comunicações virtuais. Uma menção especial à minha afilhada Rhara Esmeralda que mesmo quase sempre à distância nutro tanto carinho e mantenho-a em meus pensamentos. No demais, agradeço a toda minha grande família, literalmente, feita por tantos tios, tias, primos, primas. Em nome de todos cito com estima muito especial minha querida Tia Sammy, que foi muito presente nessa fase, e minha Tia Marlene que ocupou com maestria o lugar da nossa matriarca predileta, a eterna vovó Dona, a “Dona” Donatila. *In memória* fica o abraço especial para Tia Mirlene que “resolveu” partir no dia anterior à defesa do presente trabalho desde nossa querida Açucena, bem como o querido tio Leme que se foi dois meses depois. Agradeço ainda de maneira especialíssima minha querida madrinha Assunção e o padrinho Vinícius, que mesmo na distância da querida Paraíba estão em constante vigilância para que o melhor aconteça em minha caminhada. Um abraço especial também para seus filhos e meus amigos queridos, Flávio e Felipe. Ainda no que se refere a minha família registro meu pedido de desculpas por ser mais ausente do que presente, eis uma das esferas da vida que acabou prejudicada no último período em nome do esforço acadêmico, profissional e militante.

Cumpra registrar nesse e em todos os desafios que virão meu agradecimento eterno, especialíssimo e hierarquicamente acima de todos, hoje e sempre. Falo, *in memória*, da minha eterna mãe Arlene Rayne Siman que dedicou os seus últimos 22 anos de maneira implacável a mim e me deu, desde seu útero, o sentido prático do que é o amor. Sua forte personalidade e o fato de ter sido uma mulher “à frente de seu tempo” deixou em mim pitadas extras de fortaleza, tão vitais para encarar e dar alguma contribuição para a transformação desse mundo ainda marcado por tanta desumanidade, o mundo do capital que organiza a vida de maneira profundamente violenta para a luxo de poucos em detrimento do sofrimento de tantos.

In memória, agradeço a grande amiga Rose que “resolveu”, após uma vida de tantos ensinamentos e também de tanto sofrimento, nos deixar de maneira repentina. Na memória ficarão os melhores dias que compartilhamos. Agradeço também a amizade de toda sua família (Rosana, Luiz, Léo, Rosalina e toda família) e a meu grande amigo e irmão Rafael, por quem cultivo a mais nobre estima de uma longa e inquebrantável amizade. E ainda, por fim, fica o agradecimento ao grande Comandante Fidel Castro Ruz que nos ensinou que o caminho da liberdade é o caminho da Insubordinação, trata-se do herói de um povo que partiu já no alto de seus admiráveis 90 anos e nos deixou a convicção de que a vida só pode ser plena se perseguirmos a vocação de sermos livres. E é ressaltando a necessidade de termos nossos heróis que, por fim, registro *in memória* o agradecimento a alguns de nossos ilustres que deixaram notórias contribuições para nossa liberdade, como Zumbi, Dandara, Luiz Gama, Leonel Brizola, Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, Carlos Marighella (e cumpro listar também a lutadora Marielle Franco, que pouco antes da publicação deste trabalho foi covardemente executada no Rio de Janeiro) e todos aqueles e aquelas que criaram o solo para, quem sabe, já não possamos estar num tempo em que nossa liberdade será, reconhecidamente, fruto do esforço de milhares de “Marias” e “Joãos” e de tantos brasileiros e brasileiras que poderão assumir para si de maneira decidida a construção de um futuro mais próspero, em que a vida esteja acima de tudo.

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá
cantou

Negro
entoou Um canto de revolta
pelos ares No Quilombo dos
Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

(Clara Nunes, Canto das Três Raças)

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar os dados de financiamentos do BNDES para a economia brasileira nos anos de 2003 a 2014, bem como os dados dos Investimentos da União neste período por meio de seu Orçamento, como uma forma de verificar e refletir o Brasil nos marcos do Novo padrão exportador de especialização produtiva. Os dados apresentados e a constatação da predominância de setores de baixa intensidade tecnológica reforçam a noção defendida por Jaime Osório de que o Brasil e a América Latina em seu conjunto vivem aquilo que ele caracteriza como o Novo padrão exportador de especialização produtiva, “no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais.” (Osório, 2009), sendo um padrão de reprodução do capital que marca a região da década de 70 em diante, após um período de industrialização como um projeto de maior autonomia. Tal noção defendida por Jaime localiza melhor a caracterização do Brasil em termos econômicos no período (2003 a 2014) e avança na compreensão do país nos termos da preservação de sua condição de dependência. Desta forma, o Novo padrão exportador de especialização produtiva oferece um enquadramento mais preciso deste período que fora denominado por alguns autores como um período “pós-neoliberal” ou “neo-desenvolvimentista”. No primeiro capítulo fazemos o debate teórico à luz do referencial proposto por Osório, qual seja, o Novo padrão exportador de especialização produtiva. A partir da noção do padrão de reprodução do capital localizamos o Brasil nos termos da dependência, ressaltando seu passado colonial e o caráter exógeno de sua economia que perpassa os cinco séculos de sua história revelada. Debateremos também termos como a superexploração do trabalho como elemento estruturante do país, a oligarquização do Estado brasileiro, bem como outros aspectos que ajudam a localizar o papel subordinado do país na divisão internacional do trabalho. No segundo capítulo apresentamos aspectos da economia brasileira no período estudado (2003 a 2014). No plano internacional, identificamos a China como um vetor de crescimento da economia mundial que influencia o crescimento de economias latino-americanas e no que se refere à economia brasileira a caracterizamos em três períodos distintos: Um primeiro, de 2003 a 2007, marcado pela retomada do crescimento econômico; O segundo, de 2008 a 2010, marcado por um período de resposta à crise mundial manifestada a partir dos Estados Unidos no ano de 2008 e um terceiro, de 2011 a 2014, marcado por um período em que Singer (2015) identifica a existência do que

chama de um “ensaio desenvolvimentista”. No terceiro capítulo, apresentamos os dados do BNDES e do Orçamento de Investimento da União no período estudado a partir da mesma periodização utilizada para analisar a economia brasileira, qual seja, 2003 a 2007; 2008 a 2010 e 2011 a 2014. Em termos gerais, o que identificamos é, em se tratando dos financiamentos do BNDES, uma predominância da área de Infra-estrutura e insumos básicos e uma participação menos expressiva da área industrial. E no que se refere aos investimentos da União uma predominância absoluta do setor de energia, que representou aproximadamente 90% do recurso de Investimento em todo período. Por fim, concluímos que o Brasil preserva seu caráter dependente e que para traçar um caminho de superação dessa condição subordinada deverá reorientar o caráter exógeno de sua economia para um modelo de autonomia que parta dos anseios de seu povo.

Palavras Chaves: Novo padrão exportador de especialização produtiva. Dependência. Economia Brasileira. BNDES. Orçamento de Investimento da União.

ABSTRACT

This work presents the financial support given by BNDES to Brazilian economy in the period of 2003-2014. It also, using data research, shows the Federal Government investments through the same years. These data and an evaluation that low-tech sectors prevails over Brazil and other Latin America Countries reinforce Jaime Osório's notion that these countries experience a new pattern of productive specialization of their exports. In this new model "the exports axis constitutes, in general, sectors of global productive chain under the direction of transnational enterprises." (Osório, 2009). This pattern of capital reproduction is the predominant in the region since the 70's, an epoch of industrialization with a degree of autonomy. Osório's notion characterizes better Brazil's economic condition between 2003-2014 and advances in the comprehension of the country in terms of the preservation of its dependency condition. In this way, the New Export Pattern of productive specialization offers a more precise picture of this period, one that was called "post-neoliberal" or "neo-developmentist". In the first chapter we debate Osório's theoretical propositions, that is, the New Export Pattern of productive specialization. Taking the notion of the pattern of capital's reproduction we locate Brazil in the terms of its dependency, highlighting the colonial past and the exogenous character of Brazilian economy that passes by five centuries of its revealed history. We also debate concepts like „super-exploitation“ of workforce as an structuring element of the country, the oligarchization of Brazilian State, as well others aspects that help to locate the subordinated role of the country under the international labor's division. In the second chapter we present aspects of Brazilian economy in the analyzed period (2003-2014). In the international arena, we identify China as a vector of global economy's growth that influences Latin America's growth. In relation to Brazilian economy, three distinct periods are identified: one (2003-2007), marked by an economic growth recovery; another (2008-2010), identified as a response to US 2008 economic crisis, and a third (2011-2014), marked by a period that Singer (2015) calls "development essay". In the third chapter, we present the data of BNDES and the Invest Budget of Federal Government for these three periods (2003-2007; 2008-2010; 2011-2014). In general terms, we identify that, analyzing BNDES data, infrastructure investments and basic material prevails over industrial inputs. In relation to the Federal Government's investments, 90% of it was put in the energy sector between 2003-2014. In the end, we conclude that Brazil preserves its dependent character. To

overcome this subordinated condition the country should reorient its development pattern, introducing an autochthonous model that derives from its people needs.

Keywords: New pattern of productive specialization of their exports. Dependency. Brazilian economy. BNDES. Federal Government investments through.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Salário Mínimo Real (R\$). Brasil 1940 – 2015.....	39
Gráfico 2 – Aspectos fundamentais das transações correntes. Brasil 1994-2014.....	58
Gráfico 3 – Importação de Bens de Capitais. Brasil 2003 a 2013.....	59
Gráfico 4 – Importação de Bens de Capitais. Brasil 2003 a 2013.....	60
Gráfico 5 – Exportação Total em R\$ – Produtos Primários. Brasil 2003 a 201.....	61
Gráfico 6 – Exportação Total em % – Produtos Primários. Brasil 2003 a 2013.....	61
Gráfico 7 – Exportação Total – Bens e Serviços. Brasil 2003 a 2013.....	62
Gráfico 8 – Taxa de variação do PIB. Brasil 2003 a 2014.....	65
Gráfico 9 – Composição gasto – Economia Brasileira. Ano 2014.....	66
Gráfico 10 – Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Brasil 2003 a 2014.....	68
Gráfico 11 – Superávit/Déficit Primário. Brasil 2003 a 2014.....	70
Gráfico 12 – Refinanciamento da Dívida Pública Federal. Brasil 2003 a 2014.....	71
Gráfico 13 – Orçamento Geral da União.....	71
Gráfico 14 – Taxa Básica de Juros – Selic. Brasil 2003 a 2014.....	72
Gráfico 15 – Índice de Inflação. Brasil 2003 a 2014.....	73
Gráfico 16 – Taxa de Desemprego. Brasil 2003 a 2014.....	73
Gráfico 17 – Evolução do Financiamento BNDES. Brasil 2003 – 2014.....	80
Gráfico 18 – Evolução do Orçamento de Investimento da União. Brasil 2003-2014.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Produtos de exportação – Brasil, 2014.....	24
Tabela 2 –Exportação Total - Brasil 2003 a 2013.....	53
Tabela 3 – Importação Total - Brasil 2003 a 2014.....	53
Tabela 4 – Produtos Principais de Exportação Total - Brasil 2003 a 2013.....	63
Tabela 5 – Consumo final de Energia por Setor – Brasil 2005 a 2014.....	75
Tabela 6 – Consumo final por Fonte – Brasil 2005 a 2014.....	76
Tabela 7 – Produção de Energia Primária – Brasil 2005 a 2014.....	77
Tabela 8 – Financiamento BNDES – 2003.....	82
Tabela 9 – Orçamento de Investimento da União – 2003.....	83
Tabela 10 – Financiamento BNDES – 2004.....	85
Tabela 11 – Orçamento de Investimento da União – 2004.....	85
Tabela 12 – Financiamento BNDES – 2005.....	86
Tabela 13 – Orçamento de Investimento da União – 2005.....	88
Tabela 14 – Financiamento BNDES – 2006.....	89
Tabela 15 – Orçamento de Investimento da União – 2006.....	90
Tabela 16 – Financiamento BNDES – 2007.....	91
Tabela 17 – Orçamento de Investimento da União – 2007.....	93
Tabela 18 – Financiamento BNDES – 2008.....	94
Tabela 19 – Orçamento de Investimento da União – 2008.....	96
Tabela 20 – Financiamento BNDES – 2009.....	97

Tabela 21 – Orçamento de Investimento da União – 2009.....	99
Tabela 22 – Financiamento BNDES – 2010.....	100
Tabela 23 – Orçamento de Investimento da União – 2010.....	101
Tabela 24 – Financiamento BNDES – 2011.....	104
Tabela 25 – Orçamento de Investimento da União – 2011.....	105
Tabela 26 – Financiamento BNDES – 2012.....	106
Tabela 27 – Orçamento de Investimento da União – 2012.....	108
Tabela 28 – Financiamento BNDES – 2013.....	108
Tabela 29 – Orçamento de Investimento da União – 2013.....	110
Tabela 30 – Financiamento BNDES – 2014.....	110
Tabela 31 – Orçamento de Investimento da União – 2014.....	112
Tabela 32 – Dados Totais BNDES e ORÇAMENTO DA UNIÃO.....	114

LISTA DE SIGLAS

BEN – Balanço Energético Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão de Estudos Econômicos para América Latina e o Caribe

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

PNE – Plano Nacional de Energia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 - O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	23
2 – A ECONOMIA BRASILEIRA DE 2003 A 2014.....	44
2.1 UM BREVE QUADRO DA ECONOMIA MUNDIAL.....	45
2.2 TRÊS MOMENTOS NO PERÍODO: 2003 A 2007; 2008 A 2010; 2011 A 2014...	51
2.3 ANÁLISE DE DADOS GLOBAL DO PERÍODO DE 2003 A 2014.....	58
2.4 ASPECTOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO PAÍS E SUA RELAÇÃO COM O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	74
 3 – EXPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO BNDES E DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DA UNIÃO DE 2003 A 2014.....	79
3.1 PERÍODO DE 2003 a 2007.....	82
3.2 PERÍODO DE 2008 a 2010.....	94
3.3 PERÍODO DE 2011 A 2014.....	104
3.4 DADOS TOTAIS BNDES E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO.....	114
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
5 – REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

A América Latina e o Brasil é marcada, desde a década de 1970, pelo que Osório (2009) caracteriza como Novo padrão exportador de especialização produtiva, após a prevalência nas principais economias da região de um padrão industrial que atingiu algum grau de autonomia¹. Para Osório (2009, p. 105-106), o Novo padrão exportador de especialização produtiva pressupõe:

(...) o fim da industrialização como projeto de maior autonomia permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais.

No contexto de fim da industrialização como um projeto de maior autonomia há uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho em que economias como a brasileira assumem um maior grau de especialização, destacadamente a partir de uma maior produção de bens primários com baixo valor agregado, conforme verificamos na pauta de exportação do Brasil nos dias de hoje². Tal especialização ganha maior lugar no cenário econômico dos últimos 15 anos em que há um crescimento da demanda mundial por *commodities*, especialmente impulsionado pela expansão da economia chinesa. Desta forma, o Brasil responde a esse mercado expandindo empreendimentos relacionados a setores de Insumos básicos e Infra-estrutura, destacadamente.

No mesmo período referido ascendem no Brasil governos de origem popular, a partir da eleição de Luis Inácio Lula da Silva em outubro de 2002. Alguns autores disseram que estaríamos numa era “pós-neoliberal”³, outros determinaram que estaríamos numa era

¹ Osório diz que “é necessário distinguir entre um projeto de industrialização que se constitui como o articulador da reprodução do capital – assunto que teve lugar na América Latina entre os anos 1940 e 1960, pelo menos nas economias de maior peso regional – e a presença de indústrias ou estratos industriais subsumidas a padrões de reprodução de outra natureza.” Entendemos que é nos termos da industrialização como um projeto articulador da reprodução do capital que Osório compreende os termos da indústria como um projeto de maior autonomia. Para compreender o processo de industrialização brasileira, ver De Campos (2009).

² Os três principais produtos da pauta de exportação do Brasil conforme dados de 2014 são: Mineral de hierro y sus concentrados (excepto piratas de hierro tostadas) representando 11.6%; Soya (excepto la harina fina y gruesa) representando 10.4%; Petróleos crudos representando 7.3%. Disponível em < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 02 de dezembro de 2015.

³ Ver Sader (2015)

neodesenvolvimentista⁴, sendo que o essencial fora deixado de lado: O Brasil seguiu imerso na sua condição de dependência, aprofundando os quadros de sua economia nos termos do Novo padrão exportador de especialização produtiva.

A economia brasileira manteve e aprofundou seu caráter exógeno, sendo pautada pelas determinações do regime de acumulação mundial. A verificação do crescimento econômico no período estudado – que estimulou e possibilitou Políticas Sociais – se deu em função de uma conjuntura específica da economia mundial que esteve motivada, especialmente, pelo crescimento chinês associado a mecanismos internos de estímulo da economia que se relacionam com maiores níveis de consumo e investimento.

É para interpretar com maior precisão este período histórico (2003 a 2014) que constituímos o presente trabalho. Trataremos da preservação do arranjo econômico pautado pelo Novo padrão exportador de especialização produtiva. Para tanto, analisamos os dados de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os recursos do Orçamento de Investimento da União dentro do referido período e verificaremos que seu destino reforça o Novo padrão exportador de especialização produtiva a partir da promoção de setores econômicos de bens primários com baixo valor agregado, a partir do reforço e da predominância de “segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais” (Osório, 2009).

Ao mesmo passo, ao identificarmos as vultosas cifras que financiaram a estrutura produtiva do país no período em análise apresentamos um quadro que reflete o alto esforço financeiro do Estado para constituir e ampliar a estrutura produtiva do país num momento em que ressalta-se, a partir do golpe de Estado dado no dia 31 de agosto de 2016⁵, a sanha privatizadora dos mercados e a operação do governo de entregar o patrimônio público por valores de mercado que não correspondem ao esforço de financiamento e investimento identificado no trabalho.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro localiza o Brasil nos marcos do Novo padrão exportador de especialização produtiva, entendendo o Brasil como um país capitalista dependente que ocupa um lugar subordinado na divisão internacional do

⁴ Vide Boito (2012)

⁵ O Golpe de Estado no Brasil se dá a partir da aprovação pelo Senado do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff sem a existência de crime de responsabilidade. Ver Santos (2016)

trabalho. A partir de uma visita a algumas obras de destaque de Jaime Osório e outros autores fizemos um capítulo que constitui o marco teórico que informa a chave interpretativa da realidade brasileira no presente trabalho e localiza o objeto estudado. A propósito, escolhemos Osório como referente por sua capacidade de atualização da realidade brasileira e latino-americana em seu conjunto nos marcos da Teoria Marxista da Dependência. A interpretação de Osório das dinâmicas econômicas regionais a partir da noção do Padrão de Reprodução do Capital permite uma compreensão acertada do papel de cada região do globo na divisão internacional do trabalho. Neste tocante, Osório estuda a fundo o padrão de reprodução do capital nos marcos da América Latina, bem como outros aspectos importantes como a questão do Estado, o que justifica sua escolha como referente teórico do presente trabalho.

No segundo capítulo fizemos uma análise do período estudado (2003 a 2014) à luz da economia mundial e brasileira, a partir do estudo de alguns aspectos da economia chinesa e seu papel de alavancagem do crescimento econômico verificado no período em diversas regiões do mundo e de alguns aspectos da economia brasileira que teve seu crescimento associado ao aumento da demanda mundial por *commodities* e do estabelecimento de uma dinâmica interna de estímulo à economia. Neste capítulo analisamos também a economia nacional em três momentos distintos. Um primeiro, de 2003 a 2007, marcado por uma retomada do crescimento econômico; Um segundo, de 2008 a 2010, marcado por medidas de resposta à crise econômica mundial de 2008. Um terceiro, de 2011 a 2014, marcado pelo que Singer chama de “Ensaio desenvolvimentista”.

No terceiro capítulo realizamos o objeto do trabalho, ao identificarmos os dados de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os recursos do Orçamento de Investimento da União dentro do período estudado e constataremos que seu destino reforça o novo padrão exportador de especialização produtiva a partir da promoção de setores econômicos de bens primários com baixo valor agregado. Por fim, concluímos o trabalho com uma análise que concatena o objeto elaborado com a condição dependente que segue organizando a economia e a vida social brasileira, apontando para a necessidade de se romper com o caráter exógeno da economia brasileira para a construção de um projeto de autonomia, que se oriente pelos interesses da maioria do povo brasileiro.

1 – O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, pra o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. [...] O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JR., 2007, p.31-32)

O atual cenário da economia e da sociedade brasileira parece sustentar a assertiva cunhada por Caio Prado Jr. pela primeira vez em 1942, e aqui utilizada como epígrafe. Resta claro que a economia nacional, não obstante o sentido extrovertido destacado, se tornou mais complexa tendo como critério o avanço industrial verificado, sobretudo, entre a década de 1930 e 1980; contudo, convivemos nos últimos quarenta anos com um quadro caracterizado por um novo padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2009). Este novo padrão exportador de especialização produtiva é caracterizado por Osório nos seguintes termos:

A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da década de 1970, nas principais economias da região. Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização.

Em todas as economias, o novo padrão pressupôs o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante⁶, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais (OSÓRIO, 2012, p. 105-106)

Ainda que esteja tratando da América Latina em seu conjunto Osório destaca o papel do Brasil e discute algumas de suas particularidades, considerando sua forma específica de reprodução do capital numa economia que se processa em nível mundial, ou seja, o que denomina como o novo padrão exportador de especialização produtiva. Considerando

⁶ Em nota, Osório diz que “é necessário distinguir entre um projeto de industrialização que se constitui como o eixo articulador da reprodução do capital – assunto que teve lugar na América Latina entre os anos 1940 e 1960, pelo menos nas economias de maior peso regional – e a presença de indústrias ou estratos industriais subsumidas a padrões de reprodução de outra natureza.”

que o nosso objeto se inscreve no espectro brasileiro abaixo trazemos um quadro atual das exportações brasileiras que está em conexão com a assertiva acima.

Tabela 1 – Principais Produtos de exportação – Brasil, 2014

<u>Principais produtos de exportação como participação no total</u>	%
Mineral de hierro y sus concentrados (excepto piratas de hierro tostadas)	11.6
Soya (excepto la harina fina y gruesa)	10.4
Petróleos crudos	7.3
Azúcar de remolacha y de caña, sin refinar (excepto los jarabes)	3.3
Aves de corral, muertas o limpias (incluso sus despojos, excepto el hígado), frescas, refrigeradas o congeladas	3.2
Tortas y harinas de semillas oleaginosas y otros residuos de aceite vegetal	3.1
Café verde o tostado y sucedáneos del café que contengan café	2.7
Carne de ganado vacuno, fresca, refrigerada o congelada	2.6
Pulpa de madera al sulfato blanqueada, con excepción de la soluble	2.2
Maíz sin moler	1.8

Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 02 de dezembro de 2015. Tradução Nossa

Se observamos os três produtos de maior destaque no quadro acima verificamos a correção da afirmação de Osório (2012) ao dizer que tais eixos exportadores integram, via de regra, “segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais”. A periodização que localiza os últimos quarenta anos da economia brasileira nos termos de um novo padrão exportador de especialização produtiva está inserida na noção de padrão de reprodução do capital que, por sua vez, trata-se de um referente teórico fundante da presente pesquisa. Osório (2012, p. 41) elucida a questão ao dizer que:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante. (OSÓRIO, 2012, p. 41)

A compreensão da realidade que se constrói a partir da noção do padrão de reprodução do capital⁷ localiza com maior precisão um dado momento do país compreendendo sua localização no âmbito da divisão internacional do trabalho⁸, a partir de suas particularidades históricas, econômicas e conjunturais. Ao compreender historicamente o movimento da economia num país dependente como o Brasil e seu atual padrão de reprodução do capital é possível inferir que o financiamento e o investimento prioritário de instrumentos públicos como o BNDES e a política de investimento da União (expressa por meio de seu orçamento) voltado para setores exportadores de especialização produtiva não se revela como um fenômeno, se não como uma resultante de um modelo econômico extrovertido que predomina no atual padrão de reprodução do capital verificado no Brasil.

Outro ponto chave de localização do debate reside na caracterização da dependência⁹, condição que determina o Brasil e sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Para (Osório, 2009, p. 28)

Dependencia era mucho más que responsabilidad del imperialismo, del capital extranjero o de los desequilibrios estructurales internos por insuficiencia del capitalismo en la explicación del "atraso". Era, por el contrario, una modalidad de reproducción del capital en la que tanto el capital extranjero como el capital local juegan un papel de primer orden al extremar la contradicción capital-trabajo y establecer un régimen que de manera regular pone en entredicho la vida de los trabajadores.

A partir da passagem acima é possível inferir que a dependência se configura como uma categoria que supera a noção amplamente difundida e ainda presente no imaginário social de que um país como Brasil é “atrasado”¹⁰, como se sua condição de

⁷ A escolha por Jaime Osório está associada à sua capacidade de atualizar os marcos da Teoria Marxista da Dependência. A interpretação de Osório das dinâmicas econômicas regionais a partir da noção do Padrão de Reprodução do Capital permite uma compreensão acertada do papel de cada região do globo na divisão internacional do trabalho. Neste tocante, Osório estuda a fundo o padrão de reprodução do capital nos marcos da América Latina, bem como outros aspectos importantes como a questão do Estado, o que justifica sua escolha como referente teórico do presente trabalho.

⁸ No curso de sua obra Osório (2009) desenvolve o papel da divisão internacional do trabalho mediada pelo capital que se reproduz em países de maneiras distintas, especialmente no que se refere às relações centro-periferia.

⁹ Assumimos como marco inicial da Teoria Marxista da Dependência (TMD) as formulações que ganham forma sistemática a partir do Centro de Estudos Socioeconômicos – CESO, da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, a partir do encontro no exílio dos brasileiros Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, bem como do alemão André Gunder Frank, dentre outros. Osório também fez parte do CESO neste período. Para maiores informações, ver Santos (2013).

¹⁰ Rostow (1961) lança a tese de que o desenvolvimento seria alcançado a partir de um crescimento econômico por etapas. Desta forma, a um país periférico bastaria passar por “fases” de crescimento da economia a partir do avanço de suas forças produtivas para chegar no patamar de desenvolvimento alcançado por países centrais. Em nossa concepção essa noção é determinante para estabelecer uma

subdesenvolvimento¹¹ não fosse uma decorrência direta do padrão de reprodução do capital organizado a partir de economias centrais, como se fosse uma questão de “incompetência” de seu povo ou de sua classe dirigente em promover alternativas “modernizadoras”.¹²

Para Marini (2000), a dependência “es una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia”. Diz ainda que “La formación del capitalismo dependiente sólo puede entenderse en función de la acumulación de capital en escala mundial y en particular de su resorte vital, la cuota general de ganancia”.

Ou seja, as economias dependentes são aquelas que se relacionam no bojo do mercado mundial e assumem lugares distintos no que se refere ao padrão de reprodução do capital no bojo da divisão internacional do trabalho. Em termos práticos, a constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva só se justifica a partir da demanda de um ou mais países que possuem um padrão de reprodução do capital orientado por um maior grau de industrialização. Osório, a esse respeito, destaca que:

a) el capitalismo como sistema mundial es el punto de partida necesario para reflexionar sobre América Latina; b) la concepción del desarrollo y del subdesarrollo como dos caras de un mismo proceso que se explica en la teoría del subdesarrollo por el deterioro en los términos de intercambio y la incapacidad de retener el progreso técnico, y, en el marxismo de la dependencia, por la acumulación de capital en escala y la gestación de formas particulares de reproducción de capital en las regiones dependientes, y c) la interrogante sobre la especificidad del capitalismo latinoamericano, ya que diversos fenómenos indicaban que las formas de comportamiento del capitalismo en esta zona eran distintas de las que se observaban en otras regiones. (OSÓRIO, 2009, p. 72)

dicotomia “arcaico vs moderno” em que países periféricos são entendidos numa condição de atraso.

¹¹ Para maior compreensão do debate do subdesenvolvimento vide FRANK (1968).

¹² Na relação que se estabelece entre “arcaico vs moderno” a noção de modernização é vendida como uma variante positiva de um país que sai da condição do atraso para a condição moderna, numa relação mecânica associada à noção de crescimento por etapas, conforme vimos na nota 10 a partir das ideias de Rostow (1961). Não se trata de negar os termos da modernização, mas de torna-lo mais preciso. Kurz (1996) em seu livro desenvolve a noção de modernização recuperadora que marca países periféricos – como Rússia e Brasil – que não tiveram o mesmo tempo histórico para realizar sua acumulação primitiva, diferente de alguns países europeus que a fez num período de pelo menos 3 séculos. Num mesmo sentido, Ribeiro (2011) trabalha com a noção de modernização reflexa, a partir da denúncia do eurocentrismo que marca o pensamento das Universidades brasileiras a partir da concepção que vê o desenvolvimento brasileiro como simples réplica de países desenvolvidos.

A noção de atraso versus modernidade é tida como uma falsa dualidade¹³. Ainda a esse respeito, (Osório, 2009, p. 103-104) diz que:

el subdesarrollo y el desarrollo no se explican simplemente por despojos de unas economías y regiones a otras, como llegó a formular la teoría de la CEPAL (y Dussel Ambrosini posteriormente), sino porque internamente se crean formas de reproducción del capital que generan dependencia en unas y desarrollo en otras. Una condición de posibilidad para el funcionamiento de este sistema de relaciones económicas asimétricas es la existencia de capitales, clases sociales, espacios nacionales y regionales en la periferia que se benefician de esta situación debido a su articulación con el capital central (lo que no excluye conflictos éste), el cual a su vez genera mecanismos que reproducen tanto esa relación como la propia configuración interna que le corresponde como centro del sistema.

No trecho acima o autor discute a relação de dependência e suas expressões nas relações de classes num dado país periférico, bem como as relações que se estabelecem a partir de formas de reprodução do capital que criam dependência num país e desenvolvimento em outro. No entanto, não se trata de afirmar que as relações de exploração se estabelecem entre um país e outro, como se um fosse o patrão e o outro o empregado¹⁴. Há formas específicas na qual o capital se organiza, a exemplo de empresas multinacionais e bancos.

Por otra parte, los movimientos mundiales de valores y capitales muestran que éstos tienden a ser apropiados por empresas multinacionales y bancos con sedes matrices ubicadas en las naciones y regiones del mundo central. No hay, por tanto, como algunos suponen, una red indeterminada de valores y capitales que se mueven y circulan sin localizaciones establecidas. A la hora de sacar cuentas el poder económico tiende a concentrarse en espacios geográficos específicos, primordialmente Estados Unidos, países de la antigua Europa occidental y Japón¹⁵.

Aunque es inherente al capitalismo explotar y generar riqueza y pobreza de manera simultánea en todos los rincones del planeta, hay diferencias no sólo de grado, sino de cualidad entre las regiones centrales y las periféricas. El capital se reproduce de maneras diferenciadas en unas y otras. La presencia de unos cuantos *malls*, por más sofisticados que sean, o fábricas de punta en la periferia, no permite suponer que ya desapareció el subdesarrollo, ni modifica la polarización de la reproducción del capital en centros e regiones dependientes con nuevos desequilibrios. De igual forma, la presencia de zonas de hambre y pobreza en las regiones centrales no las convierte en periferia e en no-centros. (OSÓRIO, 2009, p. 105)

¹³ A respeito da falsa dualidade, ver VASCONCELLOS (2014).

¹⁴ Para melhor compreensão do termos das trocas desiguais entre centro e periferia ver PEREIRA (2015)

¹⁵ Em uma nota elucidativa do quadro de concentração da economia mundial Osório (2009) destaca que: “Estados Unidos cuenta con 45% de las mayores empresas transnacionales, seguido de Europa occidental com 28% y Asia (particularmente Japón) con 18%. Entre los 10 principales bancos del mundo, Estados Unidos controla 60%, Europa 30 e Japón 10%. *Financial Times*, 27 de mayo de 2004. Citado em James Petras, “La base económica del poder imperial”, *La Jornada*, México, 21 de agosto de 2004.

O trecho acima elucida a forma como o capital se reproduz e se organiza de modo distinto em cada região. Explicita, portanto, que estes capitais têm pátria, não se trata de “una red indeterminada de valores y capitales que se mueven y circulan sin localizaciones establecidas” (OSÓRIO, 2009). De outra parte, esclarece que a existência de nichos de sofisticação em países periféricos, bem como a existência de bolsões de pobreza em países centrais não anula o caráter periférico dos países subdesenvolvidos e nem a condição de desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Numa perspectiva histórica a condição periférica de países dependentes e, especialmente, da América Latina, advém de um lugar específico na história relacionado a seu passado colonial, estruturado a partir do processo de acumulação primitiva do capital. Marx, em seu texto sobre a “Assim Chamada Acumulação primitiva” descreve o lugar da América no processo de acumulação primitiva do capital:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras ao ópio contra a China, etc. (MARX, 2013, p. 821)

No trecho acima Marx destaca na América o descobrimento de suas terras abundantes em recursos metálicos como um fator que compõe o surgimento da era da produção capitalista. A partir desta passagem é possível inferir a centralidade do processo de espoliação colonial na formação do capitalismo que se desenvolve a partir da formação e reconfiguração histórica de Estados Nações, com destaque para América dado por Marx¹⁶.

Não se trata, portanto, de afirmar que o que vai desenvolver o capital¹⁷ é a simples relação de exploração que se organiza a partir de países europeus e países periféricos, há

¹⁶ Em seu texto sobre a Assim chamada acumulação primitiva Marx desenvolve pouco o papel da espoliação colonial, sendo que seu debate está mais centrado no processo de transição das relações feudais – especialmente na Inglaterra – para as relações capitalistas. Mais tarde, em 1944, Willians (1975) desenvolve seu clássico “Capitalismo e Escravidão” que determina melhor o papel da espoliação colonial – com destaque para o tráfico negreiro – e sua centralidade no processo de acumulação de capital.

¹⁷ Osório (2009) indica que o capital trata-se de uma relação social. A esse respeito, diz que: “Es la valorización, esto es, de um dinero que sale a circular con la voluntad de acrecentarse lo que define el capital. Esa pulsión a la valorización no opera, sin embargo, solamente en la periferia de la vida social,

historicamente distintas formas de acumulação organizadas a partir de centros dinâmicos que vão se alterando ao longo do tempo¹⁸. Spilimbergo (2002) em seu livro “A Questão Nacional em Marx” discute um conjunto de relações sociais dada em alguns países da Europa no século XIX e demonstra como o processo de expansão do capital se desenvolve a partir de relações entre desiguais.

Em sua inacabada monografia sobre a Irlanda, Engels denunciara as manobras da Inglaterra para submeter a sua colônia à miséria da monocultura e ao fornecimento de alimentos e matérias-primas como complemento da economia dominante. Refuta com veemência o argumento sobre o determinismo das “condições naturais” com o qual se pretende ocultar a raiz social daquela deformação econômica. (SPILIMBERGO, 2002, p. 88)

Acima, o autor destaca que as relações desiguais que se estabelecem entre Inglaterra e Irlanda não são frutos de determinações naturais, não se trata de “vocaçãõ”, mas sim estão conectadas numa relação de “causa-efeito”. No mesmo texto, Spilimbergo (2002) traz uma passagem de Marx em carta escrita para Engels em 2 de dezembro de 1867 que diz: “Eu costumava pensar que separar a Irlanda da Inglaterra era impossível. Agora creio que é inevitável”. E dois anos depois, em dezembro de 69 diz a Engels que:

É do interesse direto da classe operária inglesa que esta se livre do seu atual vínculo com a Irlanda (...) Durante muitos anos acreditei que seria impossível derrotar o regime irlandês pela ascendência da classe operária... Porém um estudo mais profundo me convenceu do contrário. A classe operária inglesa jamais fará nada enquanto não se libere da Irlanda. A alavanca está na Irlanda (SPILIMBERGO, 2002, pp. 88,89)

Na passagem acima Spilimbergo afirma que o nó da questão reside no fato de que a “Irlanda é o reduto da aristocracia latifundiária inglesa. Irlanda é, pois, o grande meio pelo qual a aristocracia inglesa mantém sua dominação na própria Inglaterra”¹⁹. Desta

como en las primeras sociedades que compran y venden, sino que en el capitalismo se instala en un espacio estratégico: se apropria de la producción material de bienes que hace posible la vida de sujetos que necesitan comer, abrigarse, contar con um techo, etcétera. De manera creciente, esas y demás esferas de la vida social van quedados atrapadas por la lógica de la valorización, incluida tempranamente la propia vida de los trabajadores, cuya capacidad física y espiritual de producir se convierte en mercancía y se ven sometidos a los avatares de la producción de un valor excedente.” (OSÓRIO, 2009, p. 33)

¹⁸ A esse respeito, Osório (2009) diz que: “Por exemplo, Braudel destaca que “toda economía-mundo” tiene un “corazón” o “centro” y que en la etapa de surgimiento del capitalismo operó un centramiento hacia 1380, a favor de Venecia. Hacia 1500 se produjo un salto brusco y gigantesco hacia Venecia y Amberes y después, hacia 1550-1560, una vuelta al Mediterráneo, pero esta vez a favor de Génova: finalmente, hacia 1590-1610, una transferencia a Ámsterdam, en donde el centro económico de la zona europea se estabilizará durante casi dos siglos. Entre 1780 y 1815 se desplazará hacia Londres, y en 1929 atravesará el Atlántico para situarse en Nueva York”. (OSÓRIO, 2009, p. 39)

¹⁹ Conforme referência de Spilimbergo (2002) trata-se de Carta de Marx a Meyer e Vogt, de 9 de abril de 1970.

forma a relação centro-periferia²⁰ se estabelece historicamente entre as economias que se relacionam na divisão internacional do trabalho e a diferença no bojo de economias como a europeia se verifica em qualquer tempo histórico, a exemplo da economia grega que na atualidade se integra de forma subordinada nos marcos da comunidade europeia e tem vivido um quadro de profundo agravamento das condições de vida de seu povo²¹.

Na passagem seguinte Frank (2012) afirma no mesmo sentido ao negar a dualidade que supõe a existência de um “arcaico vs moderno”²², a partir de exemplos que expressam a realidade brasileira.

É importante que busquemos compreender a estrutura real do capitalismo e não somente alguns de seus elementos e sintomas. O sistema capitalista não deve ser confundido com suas manifestações apenas no setor mais desenvolvido – o moderno ou racional ou competitivo – da metrópole europeia-estadunidense ou de São Paulo. O capitalismo representa um só sistema, e como tal se desenvolveu: o capitalismo “brasileiro” ou “paulista” ou “estadunidense” não é mais que um setor deste único sistema universal. Este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro não tem sido menos determinado pelo capitalismo do que o desenvolvimento de São Paulo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução total do sistema. Chamar “capitalista” ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao “feudalismo” é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido. Se o subdesenvolvimento atual e os males atuais da agricultura se devem ao capitalismo, dificilmente podem ser sanados “estendendo-se” ainda mais o capitalismo. Nesse caso, é o capitalismo e não o feudalismo que deve ser abolido. (FRANK, 2012, p. 58)

No trecho acima Frank destaca que o capitalismo trata-se de um só sistema, um sistema universal. E que, portanto, o desenvolvimento de um dado lugar no Brasil ou no mundo possui relação com o desenvolvimento de outro, não se trata, portanto, de “fenômenos”, de manifestações isoladas de um tipo de acumulação específica. A citação acima mantém-se atual, pois, ainda hoje, há uma série de caracterizações que considera o país

²⁰ Aprofundando no debate da relação centro-periferia Osório (2009) diz que “En el proceso de desarrollo del sistema mundial capitalista lo que tenemos entonces son formas diversas de capitalismo – que se han calificado como desarrollado y subdesarrollado; central, semiperiférico y periférico; imperialista y dependiente, etcétera, según los esquemas teóricos elegidos – que se imbrican y se condicionan, pero que – y esto es diversos capitalismo originales que en sus interrelaciones constituyen formas particulares de reproducirse como tales”. (OSÓRIO, 2009, p. 191)

²¹ Para melhor compreensão da questão grega ver PAPTAEODOROU, C. ; SAKELLAROPOULOS, S. ; YEROS, P. (2012)

²² Ver nota 12.

como “em desenvolvimento”, ainda com base na ideia generalizada a partir de Rostow (1961)²³ que arroga a existência de um crescimento por etapas.

Se no caso concreto brasileiro temos um padrão de reprodução do capital marcado atualmente por um novo padrão exportador de especialização produtiva não podemos dizer que se trata de uma forma “incipiente” de capitalismo, se não devemos afirmar que trata-se de uma forma de capitalismo plenamente desenvolvida e funcional às determinações do padrão de reprodução do capital que se articula a partir dos países centrais. Nesta passagem Osório trata de tipologias distintas de capitalismo que vão se conformando:

La lógica del capital, en su despliegue en tanto sistema mundial, termina generando diversas formas de capitalismos o capitalismo particulares, que no deben ser reducidos al universal capital o capitalismo. En sus líneas más significativas, en relación con los problemas que aquí nos ocupan, ello implica concebir el sistema mundial capitalista como una unidad heterogénea compuesta de regiones y Estados con mayor poder y con la capacidad de apropiarse de valor desde otras economías y que generan sus propias formas de reproducción, el llamado mundo central o imperial, junto a regiones y Estados que sufren despojos de valor y que en mutua relación con aquéllos generan a su vez sus formas específicas de reproducción del capital, el mundo dependiente. (OSÓRIO, 2009, p. 35)

Acima o autor destaca que o que se dá, portanto, são diversas formas de capitalismos “que no deben ser reducidos al universal capital o capitalismo”. Qualificar o capitalismo a partir de suas particularidades e forma específica de inserção no sistema mundial é fator preponderante para entender as particularidades que se dão em cada conformação histórica, bem como em cada conjuntura manifestada num dado país:

El capitalismo, en tanto expresa la esencia del capital, reclama un espacio planetario para desplegarse como sistema mundial capitalista. Aquí debe hacer frente a una contradicción que le es intrínseca: el capital necesita de un espacio mundial en su expansión constitutiva, pero su conformación histórica ha debido sustentarse sobre la base de Estados nacionales, los cuales impulsan pero también limitan aquella vocación. (OSÓRIO, 2009, p. 35)

No trecho acima Osório ressalta o papel dos Estados nacionais no processo de expansão constitutiva do capital que garante impulsionamentos e também limites à sua vocação de expansão. Mais adiante discorreremos sobre o papel dos Estados nacionais e apontamentos sobre o debate do Estado, entendendo ele em última instância como uma

²³ Acerca de Rostow vide nota 10.

categoria derivada do capital²⁴. No entanto, por ora cabe qualificar ainda mais algumas particularidades da América Latina no contexto da nova divisão internacional do trabalho.

El papel de la región en la nueva división internacional del trabajo perpetúa su antigua vocación productora de materias primas y alimentos para el mercado mundial en condiciones de mayor procesamiento industrial local (alentando, por ejemplo, la producción agro-industrial), a lo que se agregan segmentos de actividades industriales de baja intensidad tecnológica y débil conocimiento. Todo ello supone mantener y reproducir, bajo nuevas condiciones, las transferencias de valor de la región al mundo central y su papel subordinado en los nuevos encadenamientos productivos de la economía mundial. (OSÓRIO, 2009, p. 221)

Ao destacar “las transferencias de valor de la región al mundo central y su papel subordinado en los nuevos encadenamientos productivos de la economía mundial” Osório reafirma o pressuposto do presente trabalho de que a América Latina tem seu registro atual no Novo Padrão exportador de especialização produtiva que se organiza a partir de eixos exportadores que integram, via de regra, “segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais”. Cabe, portanto, ao nosso propósito discutir as particularidades do capitalismo dependente, com foco na América Latina e Brasil. A esse respeito Osório diz que:

El análisis del capitalismo dependiente supone el despliegue del capital en general como sistema mundial. Este sistema es heterogéneo y genera diversas modalidades de capitalismo como el central y el dependiente. Es en este nivel de abstracción que el problema del capitalismo dependiente alcanza visibilidad y sentido; en el mercado mundial, una vez que se han constituido las distintas regiones formalmente independientes se establecen entre ellas relaciones que implican transferencias de valor que favorecen la acumulación de capital en unas de esas regiones y la descumulación en otras; estas relaciones propician modalidades de reproducción de capital diferenciadas que tienden a reproducir a su vez la condición central o imperial, por un lado, y la dependiente, por el otro; en las economías dependientes esa reproducción tiene como sustento la superexplotación de la fuerza de trabajo. (OSÓRIO, 2009, p. 130, 131).

Osório discute no trecho acima uma categoria central para entendermos os fundamentos da acumulação de capital, qual seja, a superexploração da força de trabalho. É parte de um imaginário social que a transferência de riqueza de um país para o outro se passa pela via da exploração dos recursos naturais. Portanto, seríamos dependentes porque exportamos minério bruto, celulose e outros recursos com baixo valor agregado e

²⁴ Para maior apreensão do debate do Estado como uma derivação do capital vide Mathias e Salama (1983).

importamos produtos de alto valor agregado. A existência dos recursos naturais num país dependente é um fator que agudiza as relações de interesses na relação centro-periferia, pois a existência de minerais estratégicos em países como o Brasil²⁵ é útil ao padrão de reprodução do capital que se estabelece em países centrais a partir da realização da mercadoria, ou seja, em economias em que a esfera da circulação está integrada à esfera da produção, na medida em que o consumo do trabalhador é determinante para o processo de acumulação²⁶. Abaixo uma passagem de Osório a esse respeito:

En los países imperiales el capital se reproduce de una manera específica. En un determinado momento de su desarrollo el consumo de los trabajadores se constituye en condición para la realización de los productos generados por ellos mismos. En esta modalidad de capitalismo parte sustantiva de la producción se dirige al mercado interno donde los asalariados juegan un papel relevante. No es que los capitalistas del mundo central fueran más civilizados o más éticos, sino que necesitaban expandir el mercado interno para realizar la enorme producción que se generaba mediante la elevación de la productividad del trabajo para abaratar los bienes-salarios, se logró – por medio de la producción de plusvalía relativa – elevar la explotación y al mismo tiempo el consumo de los productores. (OSÓRIO, 2009, p. 137)

No trecho acima Osório retoma o papel da acumulação primitiva e a possibilidade que leva a alguns capitalistas dos países centrais a estabelecer um maior grau de composição orgânica do capital. Não se trata, portanto, destes capitalistas serem mais civilizados ou mais éticos, o fundamental reside na capacidade do capital realizar sua produção e sua crescente necessidade de expansão para novos mercados, bem como na capacidade de inovação tecnológica²⁷. Osório (2009) aprofunda o aspecto da expansão de novos mercados sob uma perspectiva histórica ao dizer que:

Esto fue posible en el capitalismo central gracias tanto a las revoluciones tecnológicas que se produjeron allí como a procesos de acumulación en los que participaron las transferencias de metales preciosos provenientes de la periferia, así como a la activa incorporación de América Latina al mercado mundial en el siglo XIX como productora de alimentos y materias primas, lo que abarató el capital variable y el capital constante, incidiendo a su vez en morigerar la tendencia a la caída de la tasa de ganancia. (OSÓRIO, 2009, p. 136)

²⁵ O Brasil possui uma vasta gama de recursos minerais, tal como: Nióbio, Barita e Grafita Natural (o Brasil possui as maiores reservas mundiais); Tântalo, Terras Raras (o país possui as segundas maiores reservas mundiais); Níquel e Estanho (o país possui as terceiras maiores reservas mundiais) e Talco e Pirofita, Magnesita, Manganês, Zircônio e Vanádio (o Brasil possui a quarta maior reserva mundial). Conforme: *Balança Comercial do Setor Mineral – 2003 a 2013*, DNPM, p. 12. Disponível em: < <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2014> >. Acesso em: 02/12/2015

²⁶ Para Osório (2009) existe uma “tendência del capitalismo dependiente a mantener separadas la esfera de la circulación y la de la producción como consecuencia de una estructura productiva alejada de las necesidades de las grandes mayorías trabajadoras”. (OSÓRIO, 2009, p. 234)

²⁷ A respeito da questão tecnológica nos países centrais e periféricos ler BREDA (2015)

Mais uma vez destaca o autor sobre a inserção subordinada da América Latina no mercado mundial que se dá a partir do século XIX como uma região especializada em produzir alimentos e matérias primas, o que destaca mais uma vez o papel da espoliação das Américas para o desenvolvimento dos países centrais e o barateamento do capital variável e o capital constante que incide, de outro lado, na tendência de redução da taxa de lucros²⁸. No tocante ao capital latino-americano Osório destaca que:

Luego de su reinsertión en el capitalismo mundial tras los procesos de independencia, el hecho de producir para mercados ya existentes en otras regiones, particularmente Europa y más tarde Estados Unidos, propició que el capital latinoamericano, al no reclamar el consumo de los trabajadores locales como condición fundamental para su reproducción para la realización de la plusvalía, estableciera modalidades de explotación en donde se viola de manera permanente y estructural el valor de la fuerza de trabajo, favoreciendo que parte del fondo de consumo de los trabajadores sea convertido en fondo de acumulación del capital. Así se agudiza al máximo el conflicto entre el capital y el poseedor de la fuerza de trabajo pues en tanto productor trata de exprimirlo al máximo pero en tanto consumidor requiere de su poder de consumo o realización. (OSÓRIO, 2009, pp. 26,27)

Diz ainda que:

El modo en que América Latina se inserta en el mercado mundial en tanto productora de metales preciosos, materias primas y alimentos, dio lugar a una economía que desde sus orígenes pudo prescindir de la capacidad de consumo de los trabajadores en tanto esos productos se destinaban a mercados externos. Sobre esta base, en la reproducción del capital, el consumo de la población trabajadora tiene una importancia secundaria para la realización de la producción local, lo cual favorece la transformación de una parte significativa del fondo de consumo de los obreros en fondo de acumulación del capital. (OSÓRIO, 2009, p. 110)

Na passagem acima Osório diz que as condições históricas que inserem a América Latina de maneira subordinada na expansão do mercado mundial estabelece uma modalidade de exploração em que o valor da força de trabalho²⁹ é violado de maneira permanente e estrutural, fazendo com que parte do fundo de consumo do trabalhador seja convertido em fundo de acumulação do capital. Trata-se, aqui, de uma análise fundamental para o objeto da presente pesquisa, pois fundos de financiamento e investimento como os que alimentam o BNDES e a União por meio de seu orçamento é uma expressão prática do fundo de consumo do trabalhador convertido em fundo de acumulação do capital, considerando que, conforme veremos no segundo capítulo, tais

²⁸ A respeito da tendência de redução da taxa de lucros ver Marx (2013).

²⁹ Para Marx “el capital como relación social sólo puede existir si profundiza constantemente la subordinación del trabajo y de la naturaleza a sus necesidades de producción de plusvalor” (MARX, 1990, p. 54)

fundos são formados a partir de recursos que advém diretamente da renda do trabalho, a exemplo do FAT³⁰ – Fundo de Amparo ao Trabalhador. No trecho adiante Osório explica, a partir da superexploração, que:

El pago del salario por abajo del valor de la fuerza de trabajo le da sentido a las propuestas duras de Marini referidas a la reproducción del capital en las economías dependientes, sobre todo la gestación de una estructura productiva que se separa de las necesidades de las masas trabajadoras y la consecuente ruptura del ciclo del capital. Esta ruptura es la que induce al capital local a volcar la producción hacia mercados exteriores y/o hacia el reducido mercado interno (la esfera alta de consumo) de los agrupamientos humanos que viven de plusvalía, renta y salarios elevados. (OSÓRIO, 2009, p. 140)

O pagamento do salário abaixo da força do trabalho tem como uma das resultantes a geração de uma estrutura produtiva apartada da necessidade das massas trabalhadoras, orientada para o mercado externo e que prioriza os agrupamentos sociais que vivem de mais valia, renda e salários elevados, voltados para a alta esfera de consumo³¹.

Outro aspecto que Osório (2009) discute no que diz respeito ao investimento estrangeiro³² é sua escassa ou nula vinculação que ele estabelece “con el resto del aparato productivo en las regiones periféricas, donde no promueven el crecimiento de nuevas industrias e servicios.” Via de regra, trata-se de unidades produtivas que recebem insumos vindos do exterior e deixam para os países da periferia o pagamento de baixos salários e baixos impostos.

Eis algumas das consequências de um modelo produtivo extrovertido, especialmente no que se refere à escassa ou nula vinculação que os investimentos estrangeiros

³⁰ “O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho – MTb, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social – PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970.” Ver mais em < <http://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/> >. Acesso em 02/12/2016

³¹ Para Amaral; Carcanholo (2009) “há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – valendo o comentário de que este mecanismo atua no sentido de criar “condiciones a través de las cuales el capital termina violando el valor de la fuerza de trabajo” (OSÓRIO, 2004, p. 95); e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

³² Ver De Campos (2009)

estabelecem com o resto do aparato produtivo das regiões periféricas³³. Neste mesmo sentido já destacava Furtado (1974) sobre o quadro estrutural relativo ao capitalismo no Brasil em que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se”. Osório ainda diz que:

En las regiones dependientes prevalecen nulos o muy bajos impuestos y grandes facilidades para la repatriación de ganancias; subsidios mediante el abastecimiento de fuentes de energía barata y abundantes; legislaciones laborales “amigables” para el capital (referidas a la permisividad para la contratación de niños y adolescentes, prolongar jornadas, practicar despidos e imponer restricciones para la sindicalización, etcétera); plataformas de exportación con acceso a grandes mercados de consumo. Estas condiciones constituyen alicientes para que las empresas transnacionales se instalen en los más variados rincones del mundo periférico y dependiente. (OSÓRIO, 2009, p. 213)

No trecho acima Osório estabelece um conjunto de facilidades que se verificam na prática em países como o Brasil, a partir de diversos mecanismos que favorecem a transferência de valores entre nações. No segundo momento do trabalho traremos um panorama geral sobre a economia brasileira que comunicam com os termos traçados por Osório acima.

Osório (2009) ressalta ainda que, ainda que se considere novos enclaves industriais e semiindustriais “los países dependientes latinoamericanos continúan especializados com mayores o menores readecuaciones en la producción de bienes primarios, agrícolas o mineros, con escaso valor agregado.” Nestes termos, resta a perpetuação da condição subdesenvolvida e dependente da região nos marcos da divisão internacional do trabalho, que agora se verifica nos marcos do Novo padrão exportador de especialização produtiva, guardada as diferenças entre os países da região. Vale ainda destacar o seguinte trecho:

Si comparamos la planta productiva latinoamericana de fines del siglo XIX o comienzos del siglo XX con la actual es difícil negar que se han producido cambios y que el nivel tecnológico y la complejidad productiva se han elevado. Pero esto difícilmente puede ser calificado como “ascenso”. Por el contrario, se ve un retroceso, si se compara la distancia entre las economías de la región y las del mundo central en aquellas fechas con la enorme brecha que existe en la actualidad. Además, el entramado productivo más complejo no sólo no ha desatado los nudos estructurales de la región, sino que ha creado otros que acentúan los problemas propios de la condición dependiente. (OSÓRIO, 2009, p. 222)

³³ Ver Furtado (1974)

No trecho acima Osório traz uma contribuição importante ao afirmar que as mudanças produzidas ao longo do século XX pautada numa maior complexidade tecnológica³⁴ não podem ser confundidas com avanço, pois o que determina são as relações sociais e a tônica da sociedade brasileira segue sendo a superexploração do trabalho. Para Osório, a superexploração tem quatro fatores estruturantes:

Cuatro factores permiten que la compra-venta de la fuerza de trabajo se realice a precios por debajo de su valor. En primer lugar, como el nuevo patrón de reproducción privilegia el mercado exterior y el alto mercado de consumo local, vuelve irrelevante el consumo del grueso de la población trabajadora para la acumulación de capital, lo que alienta la permanente reducción de los salarios. En segundo lugar, este patrón se establece luego de una profunda derrota popular – mediante proyectos contrainsurgentes que incluyeron golpes militares – que permitió la degradación de las condiciones de existencia de la población, sobre todo la caída de los salarios, junto con la destrucción de la seguridad laboral y social en general. En tercer lugar, los nuevos adelantos tecnológicos en las comunicaciones y el transporte favorecen la movilidad del capital hacia aquellas regiones en las que puede obtener los mismos resultados en calidad pagando los más bajos salarios, lo que exacerba la competencia entre las economías dependientes por atraer inversiones foráneas mediante el abaratamiento de la fuerza de trabajo. Finalmente, existe una abundancia local e internacional de mano de obra propiciada por el crecimiento del desempleo y la acelerada incorporación de la fuerza de trabajo femenina e infantil al mercado laboral. (OSÓRIO, 2009, p. 231)

Em suma, o fato de se ter economias orientada para fora, a degradação da condição de vida e queda dos salários após os regimes autoritários que assolaram a região, o avanço do capital sobre novos mercados e a consequência no rebaixamento do preço da força de trabalho e a abundante disponibilidade de força de trabalho no mundo são mecanismos que estruturam a superexploração no âmbito da divisão internacional do trabalho. A partir destes aspectos Osório qualifica melhor os determinantes sociais da superexploração do trabalho, que se processam de maneira distinta nas diferentes formações históricas e sociais, mas possuem fundamentos semelhantes. Osório alerta também que:

El nuevo patrón de reproducción del capital significa una nueva vuelta de tuerca de las tendencias a la explotación redoblada y a la ruptura en el ciclo del capital en América Latina. Aunque emergen islotes de prosperidad y bienestar en un mar de pobreza e indigencia, en el mundo

³⁴ A respeito do debate da tecnologia em termos conceituais ver PINTO (2005) que afirma que a tecnologia é a expressão das relações sociais e toda sociedade que se constitui como tal produz tecnologia. Portanto, tecnologia não é algo inerente ao capitalismo, mas a todos os modos de produção que se constituem historicamente.

del trabajo nunca tan pocos trabajaron tanto y en condiciones tan precarias, ni tantos encontraron tan pocas condiciones para trabajar. A la vez, nunca tan pocos capitalistas lograron amasar tan grandes fortunas como en los tiempos actuales. El capitalismo dependiente latinoamericano muestra así, sin impudicia, su capacidad de extremar las contradicciones inherentes a todo capitalismo. (OSÓRIO, 2009, p. 236)

Ou seja, a existência de ilhas de prosperidades – a exemplo de um bairro rico em uma cidade qualquer no Brasil – não pode expressar uma relação de desenvolvimento, o que se deve é considerar o conjunto das relações de um país como o Brasil, dependente e subdesenvolvido. Outro aspecto que Osório ressalta é o alto grau de concentração da riqueza mundial expressa na existência de grandes fortunas nunca antes vista.

Outro debate estruturante e que se relaciona intrinsecamente com a noção do Padrão de reprodução do capital diz respeito ao debate do Estado. Otoni (2011) explica que o golpe civil-militar de 1964 no Brasil foi decisivo na promoção de uma disjuntiva entre a luta pela democracia e pela nação. A luta por maior inclusão política e reivindicação da inclusão de maiores setores sociais na vida pública se desvinculou da luta pela distribuição das riquezas que ganhava expressão na vida nacional, a exemplo do Comício feito por João Goulart no dia 13 de março de 1964³⁵.

Uma das implicações práticas foi a perda do referente econômico como condição estruturante das relações sociais e a prevalência do que Osório chama de um “politicismo”:

En estos estudios, a política termina explicándose a si misma. Este abandono de los referentes estructurales y de la ligazón de la política con los fenómenos económicos y sociales tiene un doble razón: por un lado, el justificado rechazo a los abusos en que incurrió un marxismo vulgar que daba por sentado que todo se explicaba en la economía; por otro lado, la pérdida de una perspectiva de totalidad en una nueva ciencia social, que da por supuesto que cualquier intento de buscar referentes en los procesos económicos es reduccionista. (OSÓRIO, 2009, p. 163)

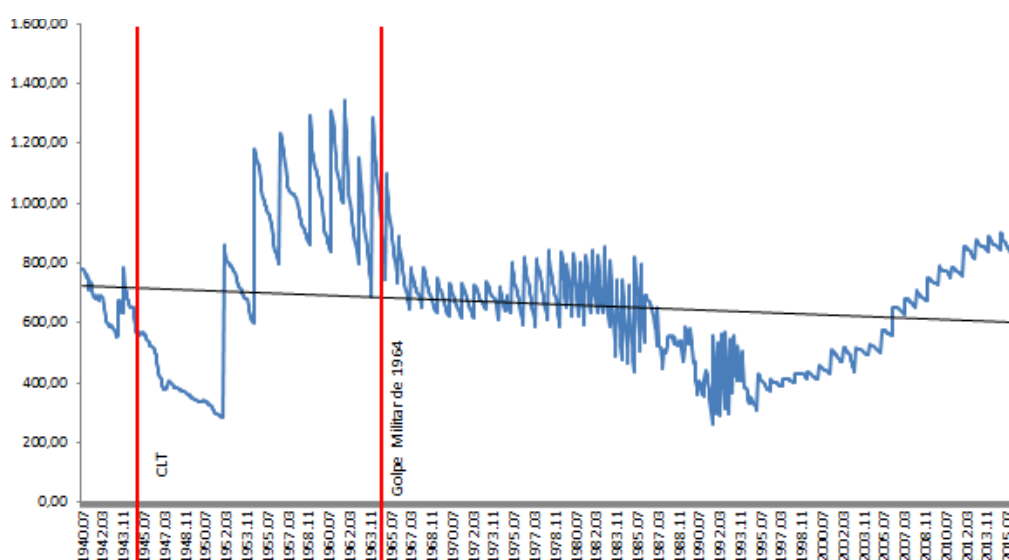
No trecho acima Osório propõe uma interpretação sobre o que levou a perda do referente econômico na América Latina. No caso brasileiro entendemos que a questão se coloca no plano da disjuntiva proposta por Otoni (2011) relacionada à ruptura entre o elemento democrático e o elemento nacional, ainda que seja factível aceitar que a perda

³⁵ Comício realizado no Rio de Janeiro que contou com mais de 100 mil pessoas e pautou as reformas de base, com destaque para a reforma agrária. No que se refere ao golpe de 1964, ver o livro de Costa (1996), a Política salarial no Brasil.

do referente marxista da totalidade explique a ascensão pós-moderna³⁶, que acima Osório trata como “uma nueva ciência social, que da por supuesto que cualquier intento de buscar referentes em los procesos económicos es reduccionista.”

Na realidade brasileira, após a ditadura militar, observa-se também a queda da capacidade de consumo da classe trabalhadora que pode ser verificada na queda do salário mínimo, a partir do gráfico a seguir que considera o período que vai de 1940 a 2015. Trata-se de um efeito econômico real agudo a partir do que identificamos como uma disjuntiva entre a questão democrática e a questão nacional brasileira.

Gráfico 1 - Salário Mínimo Real (R\$). Brasil 1940 – 2015



Fonte: www.ipeadata.gov.br

Uma das implicações desta perda do referente econômico foi a *fetichização* que permitiu a retomada democrática expressa pela constituição de 1988. É comum que em diversos trabalhos acadêmicos e textos de análises políticas a constituição de 1988 se coloque como um balizador, na medida em que o apelo às leis expressa uma visão que concebe o Estado como um garantidor a priori. A conquista de direitos configura-se como uma conquista histórica. Autores como Lênin³⁷ discutem o papel da luta concreta

³⁶ Em seu trabalho Osório (2009) cita alguns autores que expressam bem a vertente pós-moderna. Destacamos Hard e Negri. Para uma apreensão da crítica a pós modernidade a partir destes autores indicamos a leitura de BORON (2002).

³⁷ A esse respeito vide Lênin (1973).

na formação de uma consciência de classe e na constituição de uma base material mais assegurada para o conjunto da classe trabalhadora.

No entanto, o referente das leis pode guardar também uma “crença” no Estado como um garantidor a priori. Se é verdade que o Estado assegura um conjunto de direitos individuais e coletivos, é verdade também que o faz para assegurar condições mínimas para reprodução do capital, afinal mais valor só se pode criar com trabalho humano³⁸.

Para Osório (2009) “El Estado es en esencia una condensación de relaciones de poder y dominio de clase, que adquiere la forma institucional de un aparato que cumple diversas funciones de acuerdo con las necesidades e intereses de las clases dominantes”. Tal explicação ilustra a constituição do Estado como uma construção social e histórica que se processa de modos distintos em diferentes formações sociais. A esse respeito, diz que:

El Estado-nación es resultado de la imposición del dominio de alguna nación o etnia sobre otras y es a través suyo que las clases dominantes establecen un espacio de reproducción de capital desde el cual entran en relación – y a veces en conflicto – con otros Estados nacionales, también hegemonizados por su respectivo capital social nacional. Las grandes guerras del siglo XX fueron resultado de conflictos de esa naturaleza. (OSÓRIO, 2009, p. 199)

Ou seja, os Estados se conformam a partir de relações sócio-históricas, a partir desta passagem acima Osório contribui para refutarmos qualquer teoria que pretenda explicar a conformação do Estado em termos generalistas, a exemplo da visão positivista³⁹ que resume o debate de Estado à relação entre seus poderes⁴⁰. No caso concreto latino-americanista, Osório diz que:

Las tesis que discutimos emergen en momentos en que como nunca antes el Estado capitalista en general y los latinoamericanos en particular se centralizan y ejercen brutalmente el poder político. Ni Microsoft, ni General Motors, ni Citicorp, ni ninguna otra corporación extranjera puede establecer la paz social interna – reprimiendo y aniquilando “enemigos” cuando sea necesario – que reclama el capital – internacional y local –, como tampoco fijar los marcos legales para reducir los salarios, concentrar la riqueza, multiplicar la pobreza,

³⁸ A esse respeito ver nota 29.

³⁹ A matriz positivista ficou consagrada a partir da visão de Hans Kelsen que arrogou a ideia do direito como algo abstrato, oriundo para além das relações sociais. Para Kelsen, existe uma lei que surge e dá origem a outra lei, e assim por diante. Em oposição a ele está Ferdinand Lassare que entende as leis como expressão de uma relação social. A esse respeito ver PAULO (2005).

⁴⁰ É consagrado na organização do ordenamento jurídico brasileiro a teoria dos três poderes de Montesquieu que supõe a existência de três poderes para gerar equilíbrio nas relações de Estado e torná-lo um ente representativo do conjunto da sociedade. Ver ALVES (2004)

firmar acuerdos comerciales con otras producción del capital local. Estas tareas les corresponde a los Estados nacionales, que como tales expresan una condensación de relaciones de poder y de intereses específicos. (OSÓRIO, 2009, p. 201)

O trecho acima de Osório elucida o papel do Estado de articular relações de interesses a favor do capital (especialmente a partir do monopólio da força), o que não poderia ser feito por nenhuma corporação capitalista, a exemplo de grandes multinacionais, considerando que nenhuma destas corporações podem condensar relações de poder e de interesses específicos, diferentemente do Estado. Em outra passagem Osório destaca que o Estado se coloca como um lugar avançado para alianças locais (especialmente no que toca ao grande capital) com o capital estrangeiro, alianças essas que geram benefícios mútuos, ainda que contradições não deixem de existir a partir destas relações.

Não se trata, portanto, da inexistência de disputas “intra-classe”, na medida em que as políticas econômicas do Estado pode beneficiar ou atrapalhar a criação de determinadas condições para o avanço de determinados capitais. Eis o que explica “las permanentes disputas entre los distintos sectores y fracciones de la clase capitalista por la hegemonía del Estado y por las posiciones privilegiadas dentro del bloque en el poder. (OSÓRIO, 2009)”. No trecho a seguir Osório diz que:

Formulo una hipótesis-respuesta: pocos momentos de la historia latinoamericana muestran una oligarquización del Estado tan marcada como en las últimas décadas del siglo XX y una concentración del poder de decisión política en grupos económicos tan reducidos, fortalecidos con la venta de empresas estatales, las políticas económicas que acentúan la centralización de capitales y los mecanismos de relación con el capital transnacional. Quizá haya que retroceder hasta la segunda mitad del siglo XIX, que siguió a la constitución de los Estados nacionales, para encontrar circunstancias que se asemejen a las presentes en ese periodo en las que el Estado se convirtió en el botín de unos pocos. En definitiva, las transiciones no supusieron una modificación sustancial del bloque en el poder ni de la hegemonía conformada bajo los gobiernos autoritarios. Por el contrario, en general, fortalecieron el poder de estos grupos económicos. (OSÓRIO, 2009, p. 239)

No trecho acima Osório traça uma hipótese sobre o que chama de oligarquização do Estado, dado o predomínio das multinacionais e da “benevolência” do setor público para desenvolver os interesses que servem ao regime de acumulação mundial. Destaca também o processo de centralização do capital e os mecanismos de relação com o capital transnacional. E diz ainda que “los Estados latinoamericanos son atravesados por procesos electorales que producen la apariencia de que los asuntos públicos son materia

de decisión del grueso de la población, y cada uno de ellos intenta presentarse como el Estado de todos. (OSÓRIO, 2009, p. 240)”

A partir dessa afirmação Osório revela um aspecto chave da agenda de diversos países latino-americanos que são atravessados por processos eleitorais que produzem uma aparência de que assuntos públicos são matérias da população, a exemplo do caso brasileiro⁴¹. E, mais adiante, diz que:

Por lo general, las discusiones en torno a las transiciones adoptaron un sesgo formalista (cuándo hablar de transiciones, qué elementos califican a las democracias, los diversos aspectos que definen la ciudadanía, etcétera) y asumieron de hecho que existe una única forma de democracia, de ciudadanía, de relación mando-obediencia (por lo general, la propuesta liberal), por lo que el tema de quiénes determinan el carácter del proceso, y con ello sus limitaciones inherentes, quedó relegado como un problema secundario. (OSÓRIO, 2009, p. 237)

A partir dessa passagem Osório revela também outro aspecto central na medida em que há um intento de se tratar a “democracia como algo universal”, passível de ser padronizado e explicar toda e qualquer realidade. E diz mais:

Aquí reside una de las principales limitaciones de la llamada teoría de la transición (o consolidación) democrática, objeto de fuerte discusión en el análisis político en América Latina en las últimas dos décadas del siglo XX. Su interés fundamental se centró en el problema relativo a cómo se ejerce el poder, agotándose en precisiones sobre el inicio y el término de las transiciones, sobre las instituciones de los regímenes democráticos y sus interrelaciones, la calidad de la democracia y otros temas similares. (OSÓRIO, 2009, p. 237)

No trecho acima Osório critica o fato do debate se centrar na forma do exercício do poder. Adiante, diz que:

Sin embargo, su preocupación en torno a quiénes detentan el poder quedó circunscrita a los relevos del personal que administra el Estado: del paso de militares y tecnócratas en el caso de las dictaduras militares, o de partidos de Estado y tecnócratas en las formas civiles autoritarias, a la gestión de gobiernos civiles en manos de nuevos tecnócratas y políticos, sin preguntarse por los intereses de clase específicos que el Estado, bajo una u otra administración, realmente representa. Esto dejó desarmado a los teóricos de la transición para comprender – entre otros asuntos – los límites reales a los que se enfrentan los procesos de liberalización política y de traspaso de la administración estatal en los procesos de democratización a otras manos. (OSÓRIO, 2009, p. 238)

⁴¹ No dia 31 de agosto de 2016 o Brasil sofreu um golpe de estado por meio da aprovação pelo Senado Federal de um *impeachment* sem crime de responsabilidade, marcado por um arranjo complexo entre interesses econômicos e políticos, o que denota quão frágil é esse democracia em que o poder econômico e político, na prática, não é controlado pelos trabalhadores.

El énfasis en la cuestión de las formas de gobierno, así como en los cambios en el personal que maneja y administra el aparato de Estado, relegando el estudio de los problemas referidos a los grupos sociales, clases y fracciones que detentan el poder político, constituye la principal limitación de los estudios relativos a la llamada transición democrática. A esta limitación teórica se agrega un elemento metodológico más de fondo. De manera implícita se impone en estos estudios una idea de organización política (la democracia occidental liberal) como modelo a seguir y meta posible de alcanzar por el conjunto de las sociedades. (OSÓRIO, 2009, p. 248)

Acima Osório (2009) coloca o debate no seu eixo central. Afinal, quem de fato detém o poder? Localizar o debate acerca do Estado – especialmente em países dependentes – se coloca como tarefa na constituição de um marco teórico considerando que o Estado é, em última instância, uma categoria derivada do capital⁴² e, portanto, possui um papel determinante no padrão de reprodução do capital. De outro lado, fez-se também importante discutir a função da aparência democrática como algo que fetichiza as relações e é funcional na perpetuação da dependência e do subdesenvolvimento mesmo porque esta pesquisa integra um esforço mais amplo de colocar no centro do debate os referentes estruturais da economia brasileira.

No capítulo seguinte, buscaremos revelar um quadro geral da economia brasileira no período estudado (2003 a 2014) em que prevalece o novo padrão exportador de especialização produtiva.

⁴² Ver nota 24, a respeito do debate de Estado como derivação da categoria capital.

2 – A ECONOMIA BRASILEIRA DE 2003 A 2014

A caracterização do Brasil nos marcos do Novo padrão exportador de especialização produtiva verifica-se no período estudado, de 2003 a 2014. Como observamos em Osório (2009), trata-se de um período que na América Latina “vai da década de 70 até os dias atuais”, ainda que seja importante ressaltar as diferenças existentes em cada país, que possuem características estruturais distintas no campo econômico, social, cultural, etc.

No Brasil, a mudança de um período marcado pelo neoliberalismo⁴³ e a configuração do que se chama de um período neo-desenvolvimentista⁴⁴ não alterou sua condição estrutural nos marcos do regime de acumulação mundial e da divisão internacional do trabalho. Autores como Sader (2015) advogaram que vivemos, neste último período, numa era marcada pelo “pós-neoliberalismo”⁴⁵, o que nos parece um debate, se não infrutífero, limitado, dado que o central é a permanência do Brasil em sua condição estrutural de dependência e nos marcos do Novo Padrão exportador de especialização produtiva.

Ao desenvolvermos adiante o objeto da presente pesquisa, que apresenta o direcionamento do financiamento do BNDES e o Investimento União por meio de seu Orçamento de Investimento no período que vai de 2003 a 2014 pretendemos reforçar esse quadro que demonstra tal condição estrutural do Brasil. No entanto, faz-se necessário caracterizar esse período da economia brasileira a partir de três momentos distintos, sendo que: O primeiro se dá nos anos de 2003 a 2007 (que coincide com o primeiro governo Lula e o primeiro ano de seu segundo mandato) em que há, dentre outros fatores, uma retomada do crescimento econômico, elevação das exportações, implementação de Políticas Sociais, a formação de *players* mundiais⁴⁶, um aquecimento da dinâmica interna da economia, dentre outros aspectos. A esse período denominaremos de “Retomada do Crescimento”; O segundo momento, se dá entre os

⁴³ Em seu texto “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico” Filgueiras (2006) discorre sobre a dinâmica do neoliberalismo que marca o Brasil a partir da década de 1990.

⁴⁴ Há um conjunto de autores que passaram a caracterizar o período que se dá a partir do Governo Lula (2003) como “neodesenvolvimentista”. Em resumo, seria um período pautado por crescimento com transferência de renda para os trabalhadores. A esse respeito, ver Boito (2012).

⁴⁵ Em seu livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.” Sader (2015) trata deste período que considera como pós-neoliberal.

⁴⁶ A esse respeito, ver Luce (2007)

anos de 2008 e 2010 (os três anos finais do segundo governo Lula), marcado pela crise mundial que se manifesta a partir dos Estados Unidos, sendo que o Brasil recorre a mecanismos anticíclicos para responder a crise e sustentar a dinâmica de crescimento. A esse período chamaremos de “Crise mundial e medidas anticíclicas”; O terceiro momento, entre os anos de 2011 e 2014, em que o governo (primeiro mandato de Dilma) já se dá num contexto de declínio do ritmo de crescimento da economia mundial e internamente procura estabelecer medidas de estímulo à economia, conforme veremos adiante. A esse momento denominaremos de “O assim chamado ensaio desenvolvimentista”.

No entanto, antes de adentrar na análise da economia brasileira no período de 2003 a 2014 é importante a constituição de um breve quadro da economia mundial no período estudado, especialmente naquilo que diz respeito à reconfiguração da divisão internacional do trabalho a partir de um novo ator global de destaque, qual seja, a China.

2.1 UM BREVE QUADRO DA ECONOMIA MUNDIAL

LEÃO; PINTO; ACIOLY (2012) sintetizam bem o papel que assume a economia chinesa no cenário internacional, especialmente no que se refere ao início do século XXI. A seguir uma passagem em que destacam o lugar que a China passa a ocupar no início do século XXI:

A ascensão chinesa tem sido impressionante! A economia cresce 10% ao ano (a.a) há mais de 30 anos, sendo hoje considerada a “fábrica do mundo”, mesmo título já dado outrora a seu algoz do século XIX. No plano da política internacional, o Estado chinês tem obtido mais poder tanto no âmbito das instituições multilaterais – Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, G-20 financeiro etc. – como nas negociações bilaterais com outros países. Fica cada vez mais evidente que boa parte das transformações ocorridas no sistema econômico e político internacional neste início do século XXI – nova divisão internacional do trabalho e mudanças nas posições relativas de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial – foi fruto da ascensão econômica e política da China e de seus desdobramentos para o resto do mundo (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2012, p. 14)

A emergência da economia chinesa na economia mundial coloca-se como um novo vetor de crescimento para diversas regiões do mundo, pois, ainda como explica LEÃO; PINTO, ACIOLY (2012) “os mecanismos de transmissão da dinâmica chinesa possibilitaram crescimento quase sincronizado em diversos países das várias regiões do

mundo – Ásia, África, América Latina e Europa.”. Neste cenário, ganha a economia chinesa um papel de destaque e de importante indutora da dinâmica econômica mundial, ainda que a elevação de sua expressão não signifique a eliminação da liderança norte-americana na economia mundial. Neste tocante Pinto ressalta que:

A despeito do aumento do poder relativo de alguns Estados, os Estados Unidos mantêm uma elevada concentração do poder – econômico e político –, pois possui a moeda de curso internacional – dólar –, a maior economia mundial (24,4% do produto interno bruto – PIB global em dólares correntes em 2009) e uma força militar sem precedentes históricos (42% das despesas militares do mundo são realizadas pelos americanos). (PINTO, 2012, p. 19).

No entanto, ainda que prevaleça o protagonismo dos Estados Unidos no campo da economia o papel da China é crescente. Neste mesmo ano de 2009 o PIB de ambas as economias (EUA e China) juntas totalizaram 33% do PIB mundial (PINTO, 2012), fazendo com que as duas economias ocupassem um lugar de liderança na economia mundial. Há um ponto de maior destaque no período estudado (2003 a 2014) que se refere à crise de 2008, iniciada nos EUA a partir da crise dos *subprimes* e a quebra do Banco *Lehman Brothers*⁴⁷. No entanto, conforme destaca Pinto a China se recoloca com ainda maior destaque a partir da crise:

Essa dinâmica das exportações e importações chinesas e americanas provocou mudanças significativas em seus respectivos *market-share*. Neste sentido, a China passou à condição de maior exportador e de segundo maior importador mundial. Os dados na tabela 3 evidenciam a extraordinária mudança de posição chinesa em tão pouco tempo. Em 2000, 3,9% e 3,4% das exportações e importações de bens, respectivamente, originavam-se da China, ao passo que em 2008 essa participação saltou para 8,9% e 6,9%. Cabe observar que após a crise internacional de 2008 essa tendência se acelerou, pois a participação chinesa nas exportações e importações mundiais saltou de 9,7% em 2009 para 10,4% em 2010 e de 7,9% em 2009 para 9% em 2010, respectivamente. Quanto aos Estados Unidos, verificou-se perda substancial de *market-share* das exportações (de 12,3% em 2000 para 8,7% em 2010) e das importações (de 19,1% em 2000 para 13% em 2010) mundiais. (PINTO, 2012, p. 35)

Apesar da elevação da participação da economia chinesa verificada no período pós-crise de 2008 veremos mais adiante que há uma alteração neste quadro de crescimento da economia chinesa (de um período que vai de 2011 até os dias atuais), o que impacta nas economias de outros países, a exemplo da brasileira. No entanto, veremos que tal alteração (que se reflete num menor crescimento da economia chinesa) está,

⁴⁷ Para melhor compreensão da Crise de 2008 vide Gontijo (2008) e Carneiro (2010).

fundamentalmente, associada a um conjunto de decisões do governo do país que opta por alterar qualitativamente o padrão de crescimento da economia. Não se trata, portanto, de uma redução em função de determinações exógenas.

Ainda sobre a crise de 2008, Pinto (2012) destaca algumas medidas que foram relevantes para o enfrentamento do quadro econômico mundial regressivo e que permitiram que a China repusesse seu patamar de crescimento num nível ainda maior.

O governo chinês agiu de forma rápida e agressiva, redirecionando o seu foco de atuação, que até então estava voltado à contenção da inflação que se mantinha acelerada no primeiro semestre de 2008 – 8% para o índice de preço ao consumidor –, para a manutenção do crescimento econômico. O Banco Central da China (Banco do Povo) adotou uma mudança no sinal da política monetária em curso por meio da i) expansão do crédito – base monetária M1 em porcentagem do PIB – de 57,1% entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 (de 171,3% para 257%) e ii) da redução nas taxas de juros (de 4,14 pontos percentuais – p.p. no terceiro trimestre de 2008 para 2,79 p.p. no quarto trimestre de 2008). No plano fiscal, o esforço de expansão foi ainda maior, haja vista o imenso pacote de RMB 4 trilhões (US\$ 586 bilhões) – 54,3% desse valor foram destinados aos investimentos em infraestrutura – e as iniciativas de ampliação da proteção social e de políticas trabalhistas que sinalizam o reforço da estratégia de crescimento pautada pelo avanço de seu mercado interno (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2012, p. 61)

A passagem acima destaca o papel ativo do governo no sentido de intervir na economia e privilegiar o mercado interno como fator de indução do crescimento econômico. No que se refere a aspectos estruturais que foram importantes para a China assumir o protagonismo verificado no início do século XXI, Leão destaca que:

Simultaneamente à ação norte-americana, a expansão da estrutura produtiva e a escalada tecnológica asiática apenas se materializaram por meio da ampla participação estatal em cada país, tanto para fomentar e coordenar as empresas privadas – via concessão de crédito, controle de importações etc. – como para criar algumas indústrias e grande parte da infraestrutura. (LEÃO, 2012, p. 117)

(...)

A capacidade do governo chinês de controlar o valor da sua taxa de câmbio somente foi possível devido à execução de fortes controles de capitais. Embora em 1996 tivesse sido instaurada a livre conversibilidade da conta-corrente – que autorizou aos residentes e não residentes instalados na China o acesso às moedas estrangeiras –, a autoridade monetária chinesa (Banco do Povo da China) manteve forte aparato regulatório na conta capital. Até a crise asiática de 1997, a liberalização nesta conta tinha sido bastante restrita, tendo como principal avanço a permissão para *joint ventures* estrangeiras financiar sua produção local de bens exportados com os lucros obtidos em

iuane. Ademais, autorizou-se a conversão desses lucros em moeda estrangeira dentro do mercado de *swaps*. (LEÃO, 2012, p. 129)

(...)

As elevadíssimas taxas de crescimento alcançadas pela economia chinesa materializaram-se na forte ampliação do consumo interno – tanto de alimentos, como bens industriais duráveis e não duráveis – e dos investimentos industriais. (LEÃO, 2012, p. 135)

Acima Leão (2012) destaca alguns fatores que foram estruturantes para a China assumir o protagonismo verificado no início do século XXI, como o da forte ampliação do consumo interno, mas a eles somam-se outros aspectos variados, conforme destaca Pinto (2012)⁴⁸. Outro fator de destaque são os aspectos que compõe esse cenário de elevação da economia chinesa. Conforme destaca Barbosa (2012) há um mito difundido que a competitividade chinesa se deve, a rigor, ao baixo custo da força de trabalho. O autor explica que os fatores são diversos, tal como “escala de produção, mercado interno potencial, taxa de investimento elevada, planejamento do Estado e crédito abundante e barato, além de incentivos fiscais e câmbio desvalorizado – que contribuem para atrair empresas transnacionais e incentivam as exportações”. A isso, se soma um menor custo da força de trabalho, além de uma política de transferência de tecnologia nas relações comerciais que o país estabelece ao redor do mundo.

A introdução do capítulo com aspectos que explicam em parte o destaque da China no início do Século XXI e alguns fatores que explicam os caminhos que levaram o país a essa condição se coloca como relevante para melhor localização do Brasil e da América Latina nos marcos do período estudado. A correlação que se estabelece entre o crescimento chinês é direta ao crescimento verificado na América Latina no período, conforme veremos em detalhes adiante. Ainda que estejamos tratando de estruturas produtivas distintas, conforme nos informa Barbosa

Segundo as categorias traçadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003), a China pode ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural de sua base produtiva em direção aos setores de maior produtividade relativa. Já a América

⁴⁸ Em nota Pinto (2012, p. 32) destaca outros fatores: “Entre as condições estruturais internas destacam-se: i) elevado funding com um sistema bancário amplamente regulamentado que direcionou esse recurso para os investimentos considerados cruciais no processo de desenvolvimento; ii) elevados superávits no balanço de pagamentos que possibilitaram ao mesmo tempo o acúmulo de reservas em moeda estrangeira e a gestão da política cambial que busca promover as exportações e controlar as importações; e iii) elevação da produtividade do trabalho e dos fatores de produção – economias de escala e de escopo ao mesmo tempo –, notadamente nos segmentos intensivos em tecnologia, na década de 2000, e também nos intensivos em trabalho, especialmente nos anos 1990.”

Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização precoce, ainda que o caso brasileiro não se encaixe perfeitamente nessa tipologia. (BARBOSA, 2012, p. 272)

(...)

Na América Latina, a perda de participação da produção industrial não se deu em virtude da transformação da estrutura produtiva de modo a incorporar serviços agregadores de valor, como no caso dos países desenvolvidos, mas sim em virtude do encolhimento da base industrial herdada durante o modelo de industrialização por substituição de importações. Já no caso chinês, a indústria de transformação, cada vez mais diversificada, representa 35% do PIB, alavancando a expansão dos setores de serviços, haja vista que no setor agrícola predomina um vasto conjunto de atividades de baixíssima produtividade, por mais que desponham algumas ilhas de excelência. (BARBOSA, 2012, p. 273)

Nas duas passagens acima Barbosa colabora na compreensão da distinção das duas estruturas produtivas, em se tratando de China e de América Latina, ao destacar a industrialização como vetor de organização da economia chinesa, ao contrário da América Latina que, nos dizeres do autor, sofreu uma desindustrialização precoce, ressalvada sua diversidade em termos de países. Demonstra também que essa estrutura divergente leva as duas regiões a ocuparem papéis distintos no regime de acumulação mundial e na divisão internacional do trabalho.

Um aspecto determinante da compreensão do Brasil no período estudado reside na elevação de suas exportações, movidas pela alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, fator diretamente relacionado ao crescimento chinês, conforme nos ajuda a entender Barbosa (2012) no seguinte trecho.

Quanto aos novos projetos de investimentos realizados pelas empresas transnacionais, observa-se que o grau de abertura econômica e de regulação estatal pouco interferem. Estas empresas têm aumentado seus projetos em países dinâmicos economicamente, como a China, enquanto que em boa parte da América Latina tendem a se circunscrever a alguns setores de atividade, geralmente nos serviços e nos setores intensivos em recursos naturais. Esse quadro sintético permite explicar por que, a partir dos anos 2000, verificou-se a aceleração do crescimento chinês, impactando diretamente sobre os preços – e quantidades – dos produtos agrícolas e minerais que a América Latina exporta. Isto contribuiu para o *boom* da economia mundial e para que o padrão de inserção externa dos países latino-americanos apresentasse resultados menos negativos do que nos anos 1990. Desta forma, os níveis de expansão da renda *per capita* chegaram a 3,5% anuais para a média da região entre 2003 e 2008. (BARBOSA, 2012, p. 275)

A passagem acima elucida dois aspectos importantes, qual seja, a tendência de maior especialidade que assume a economia de países da América Latina em setores de

serviços e em setores intensivos em recursos naturais. De outra parte, estabelece a relação direta entre crescimento chinês e o aumento dos preços e quantidades dos produtos agrícolas e minerais que a América Latina exporta.

As variáveis que levam a uma maior especialidade de economias como as latino-americanas frente à expansão da economia chinesa guarda aspectos variados. Em seu texto que trata da expansão da compra de terras pelo mundo pro meio da China, Faleiros; Nakatani; Vargas; Nabuco; Gomes (2014, p. 61-62) destacam fatores que elevam a demanda da China por recursos naturais e ativos como as terras ao redor do mundo:

A China enfrenta inúmeras dificuldades naturais e climáticas para assegurar uma oferta adequada de alimentos à sua população. A perspectiva de ampliação da área cultivada é praticamente nula há alguns séculos, tanto por conta de suas condições geográficas quanto por sua antiga ocupação territorial e expansão da fronteira agrícola, assim como a sua vasta população. Assim, o processo recente de aquisição de terras em outros países é uma peça importante desse quebra cabeças, estando associado de maneira intrínseca à sua dinâmica populacional, às suas transformações e aos impactos que estes fenômenos geram sobre as necessidades de provisão do país.

(...)

Além das questões de Segurança Alimentar a China se depara com uma demanda crescente por matérias primas, consequência do seu elevado ritmo de crescimento combinado com uma taxa de urbanização também crescente. Apenas para citar alguns exemplos, o país asiático é hoje o maior consumidor mundial de cimento, maior consumidor e comprador de minério de ferro do mundo e tem adotado diversas políticas para reduzir sua dependência dos fornecedores, a despeito do contínuo crescimento de seu consumo. Deve-se destacar que este país não conta com reservas de minério de ferro que possam suprir sua crescente demanda por esse produto, tornando-o cada vez mais dependente dos países e/ou empresas fornecedoras.

A elevação da demanda por matérias primas explica o aquecimento da economia mundial gerado pela expansão da economia chinesa. O país viu o forte aumento de sua população urbana, que em 1980 era 20% da população (aproximadamente 180 milhões de pessoas), e em 2010 esse patamar chegou a 50% (aproximadamente 665 milhões de pessoas). (Nakatani et al, 2014). No que se refere ao Brasil, trataremos daqui por diante de aspectos de sua economia no período que vai de 2003 a 2014, construindo nexos com fatores determinantes do conjunto da economia mundial, a exemplo da supracitada expansão da economia chinesa. Dividiremos em três momentos a análise da economia do país para uma caracterização mais precisa do período estudado. Não se trata de uma análise sistemática que dê conta de todos os aspectos da economia

brasileira do período – o que fugiria do alcance do presente trabalho – mas sim de uma análise de aspectos importantes da economia e algumas de suas repercussões sociais (a exemplo do quadro do desemprego do período estudado) que ajudam a compor o cenário do período e cumprir com o objetivo do trabalho.

2.3 TRÊS MOMENTOS NO PERÍODO: 2003 A 2007; 2008 A 2010; 2011 A 2014

Vale destacar, antes de tudo, que o período é marcado por diferenças qualitativas em termos econômicos. Trata-se de um período pelo qual passaram três governos, sendo dois do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e um da presidente Dilma Roussef (2011 – 2014). Mais do que perceber formas distintas da condução da economia por cada governo, nestes anos há variações do ambiente econômico, relacionados em alguns momentos com a expansão da demanda mundial por *commodities* (que se verifica entre 2003 e 2008), assim como se relacionam também com um período de crise (iniciada em 2008) e um conjunto de respostas anticíclicas por parte do governo que identificaremos também no capítulo 3, ao constataremos o maior papel do BNDES do Investimento da União por meio de seu Orçamento no período. Adiante passaremos para a análise do período estudado, ressaltado as diferenças marcadas em cada momento da economia.

A campanha eleitoral para Presidente em 2002 foi dada por um clima de instabilidade política diante da possibilidade de alteração da condução da política econômica, até então conduzida pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso num contexto de austeridade fiscal e baixo crescimento econômico⁴⁹. No segundo semestre de 2002 ocorreram bruscas flutuações cambiais (o câmbio chegou a R\$ 3,90 em outubro de 2002) e um aumento do chamado “Risco Brasil”⁵⁰. O governo eleito (Lula), de sua parte, já havia se comprometido com o *status quo* econômico por meio da famigerada “Carta ao povo brasileiro”⁵¹ e iniciou o governo com medidas tidas como de estabilidade macroeconômica. Na análise econômica do período feito no PNE 2030 (2007) a seguinte passagem informa algumas das medidas de governo:

Manutenção dos regimes de câmbio flutuante e de metas de inflação e reafirmação do compromisso com a austeridade monetária e fiscal. Com efeito, a meta de superávit primário consolidado foi elevada para 4,25% do PIB e, na prática, superada em 2004 (4,59%) e 2005

⁴⁹ Ver Miranda sobre o governo FHC e sua herança maldita (2003)

⁵⁰ Índice medido pelo spread over treasury do C-Bond que classifica o país acerca do grau de investimento. Ver Garcia (2003)

⁵¹ Ver Lula da Silva (2002)

(4,97%). Além disso, o Banco Central ainda elevou a taxa básica de juros em janeiro e fevereiro de 2003, fixando-a em 26,5% ao ano. Somente a partir de maio, iniciou-se um processo de lenta redução. (PNE, 2007, p. 69)

Desta forma, o governo manteve intacto os fundamentos da política econômica do governo anterior. Bielschowsky (2012) destaca que o Brasil possui o privilégio de possuir três frentes poderosas de expansão econômica, qual seja: 1) Um amplo mercado interno de consumo de massa – que se amplia quanto melhor a distribuição da renda, somada de uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações; 2) Uma forte demanda nacional e mundial por seus muitos recursos naturais; 3) Perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social).

Carneiro (2010) explica que a dinâmica do crescimento teve dois fatores determinantes de impulsionamento, sendo que no início do período (2003) há uma aceleração associada exclusivamente ao crescimento da demanda externa, oriunda da aceleração do comércio internacional. No período seguinte (2004 a 2007) a demanda externa, embora positiva, passa a ter peso menor na determinante do crescimento, sendo que a demanda doméstica passa a ser fator preponderante, ou seja, o fator consumo que é influenciado por uma melhor distribuição na renda e pelo endividamento das famílias. De 2007 em diante agrega-se ao fator consumo o investimento induzido por ele. No trecho a seguir Carneiro faz um resumo do período:

se a combinação entre ampliação do multiplicador, o consumo autônomo e o investimento induzido foram capazes de deslocar o crescimento do produto para um patamar médio de 4,5% ao ano, será necessário, nos próximos anos, contar com outras fontes de crescimento, para assegurar ou mesmo ampliar esse nível. O candidato mais forte será o Investimento autônomo. (CARNEIRO, 2010, p. 23)

No trecho acima o autor trata da incapacidade dos fatores combinados (ampliação do multiplicador, consumo autônomo e investimento induzido) sustentar uma dinâmica ampliada do crescimento. Aponta o Investimento autônomo como um indutor do crescimento para o próximo período (2007 em diante) que é marcado por uma crise mundial manifestada a partir dos Estados Unidos. Conforme já assinalada em nota⁵², a crise de 2008 tem seu início na crise das hipotecas *subprime* no ano de 2007 nos

⁵² Vide nota 47

TOTAL GERAL	48,3	62,8	73,6	91,3	120,6	173,0	127,7	181,8	226,2	223,2	239,7	229,1
----------------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Adaptado de: < <http://www.mdic.gov.br/> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima coaduna com a afirmação de Carneiro (2010) de que há um deslocamento do eixo do comércio internacional para a China, pelo menos nos quadros que se manifesta na economia brasileira. Conforme extraímos do quadro acima o Brasil saiu de um quadro de exportação de 11,8 bilhões de dólares com a Ásia em 2003 para 73,9 bilhões em 2014, sendo que no que se refere ao comércio com a China, Hong Kong e Macau o número saiu de 5,2 bilhões para 43,9 bilhões no período, representando um crescimento de mais de 800%. No mesmo período, as exportações com a América do Norte saiu de 20,4 bilhões (2003) para 33 bilhões (2014), sendo que tocante ao comércio com os Estados Unidos o número saiu de 16,7 bilhões para 27 bilhões, representando um crescimento de pouco mais de 60% no período. No que diz respeito às importações há uma tendência semelhante, no que se refere ao padrão do crescimento do comércio entre o Brasil e as diferentes regiões, especialmente no que se relaciona entre a Ásia e a América do Norte.

Ainda no que diz respeito ao comércio com a China, como já tratamos anteriormente há uma tendência crescente à especialização produtiva nessa relação comercial dado que 80% das exportações feitas a partir de países da América Latina são de produtos primários, enquanto que a maior parte dos produtos importados da China são de manufaturados. (CEPAL, 2010).

O papel do Investimento Autônomo destacado por Carneiro (2010), bem como o papel das chamadas medidas anticíclicas (a exemplo do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida lançado em 2009 pelo governo) marcam o segundo momento da economia (2008 a 2010) que denominamos como “Crise mundial e medidas anticíclicas” e ganham destaque como mecanismo para retroalimentar a dinâmica do crescimento e minimizar os impactos da Crise mundial no Brasil. Programas como o supracitado Minha Casa, Minha vida assumem um papel de excelência como medida anticíclica, ainda que o seu papel de enfrentamento ao *déficit* de moradia (objetivo anunciado do programa) mereça várias críticas, pois do ponto de vista social trata-se de uma espécie de

“política de enxugar gelo”⁵³. Carneiro (2010) destaca que o PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento) implementado no segundo governo Lula (2007-2010) cumpriu o papel de fortalecer o Investimento, sendo que o Programa resultou num total de R\$ 503,9 bilhões em Investimento de Infraestrutura nas áreas de Transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, sendo que aproximadamente R\$ 58,3 bilhões voltaram-se para a Infraestrutura logística (envolvendo a construção e ampliação de rodovias, portos, aeroportos e hidrovias), aproximadamente R\$ 274,8 bilhões voltaram-se para Infra-estrutura energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustível renováveis) e R\$ 170,8 bilhões voltaram-se para Infra-estrutura social e urbana, envolvendo saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do Programa Luz para todos e recursos hídricos (Carneiro, 2010).

Já o terceiro momento da economia (2011 a 2014) é marcado por um período em que ainda se verifica níveis de crescimento, ainda que com uma redução da atividade econômica em função da queda do dinamismo interno da economia e dos preços das *commodities* no plano internacional. A China, conforme analisamos, reduz seu ritmo de crescimento, bem como altera sua qualidade, primando por uma estratégia de maior busca de soberania energética e autonomia no que se refere a sua demanda por matérias primas, a exemplo do minério de ferro⁵⁴. A taxa de crescimento da economia mundial que atingiu uma média de 4,1% entre 2000 a 2008 recuou para 2,9% entre 2009 e 2014 (Singer, 2015).

Singer (2015) sustenta que há, no período que vai de agosto de 2011 a abril de 2013 um ensaio desenvolvimentista por parte do Governo Dilma, a partir de um conjunto de medidas de enfrentamento a interesses do rentismo⁵⁵. Tais medidas se iniciaram pela redução dos juros, em que a taxa Selic saiu de 12,5% (agosto de 2011) para 7,25% (abril de 2013), chegando a atingir uma taxa real de juros (ou seja, a taxa nominal descontada da inflação) de 0,62%. Junto dessa iniciativa o governo agiu, por meio dos bancos

⁵³ O programa acaba por alimentar a especulação imobiliária sem enfrentar a questão do déficit. A esse respeito ver < <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html> >. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

⁵⁴ Entre 2010 e 2014 a China adquiriu autorização para comprar duas minas de minério de ferro na África e reduzir sua dependência energética. Ver Nakatani et al (2014).

⁵⁵ O rentismo se manifesta como uma apropriação da riqueza na esfera das finanças, sem um lastro real na economia. A esse respeito, ver Paulani (2013).

públicos, na redução dos *spreads*⁵⁶ bancários, o que pressionou os bancos privados a reduzirem seus *spreads*.

Outras medidas do governo Dilma também foram: 1) Uso intensivo do BNDES, sendo que uma das iniciativas foi o fortalecimento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) que se voltou para a “produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica”; 2) Lançamento do Plano Brasil Maior (agosto de 2011), com foco no incentivo daquilo que Singer (2015) chama de Reindustrialização; 3) Desonerações fiscais, chegando a atingir 42 setores da economia e um valor estimado em 400 bilhões de reais; 4) Plano para Infraestrutura, a partir do lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL) em agosto de 2012 a partir de um pacote de concessões com foco em rodovias e ferrovias; 5) Reforma do Setor Elétrico com objetivo de reduzir em 20% o preço da eletricidade, a partir da Medida provisória 579 lançada em setembro de 2012. 6) Desvalorização do real, que saiu de um patamar médio de R\$ 1,65 no final de 2010 para R\$ 2,05 em maio de 2012. Além de outras medidas, como algumas que oneraram a entrada de capitais externos no país e estimularam a proteção ao produto nacional, a exemplo de um Programa de Compras Governamentais beneficiando a Petrobrás, setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos, dentre outras medidas. (Singer, 2015)

No entanto, confrontamos a tese de Singer (2015) de que tal movimento tratou-se de um “ensaio desenvolvimentista”. As propostas convergiram com a agenda da FIESP apresentada por meio de um acordo em conjunto com Centrais Sindicais como Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores (CUT) num documento intitulado de “Brasil do Diálogo, da produção e do emprego” em que a maior parte das reivindicações foram as supracitadas, ou seja, as medidas executadas pelo governo federal, que passou pela redução dos juros, política de desonerações tributárias, aumento do papel do BNDES, etc.

Carneiro (2010) destaca que o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) implementado no primeiro governo Dilma (2011 a 2014) cumpriu o papel de fortalecer o Investimento, com destaque para o setor de Infra-estrutura Social, sendo que o Programa resultou num total de R\$ 955 bilhões em Investimento de Infraestrutura nas

⁵⁶ Trata-se das taxas estabelecidas pelos bancos em função do risco associado a fatores de mercado.

áreas de Transporte, energia, habitação e infraestrutura urbana, sendo que aproximadamente R\$ 461,6 bilhões voltaram-se para a área de energia (como no estímulo a fontes renováveis e às descobertas do Pré-sal), aproximadamente R\$ 104,5 bilhões voltaram-se para Infra-estrutura de Transportes (consolidação e ampliação de rede logística e interligação de diversos modais), R\$ 30,6 bilhões para o Água e Luz para Todos (universalização de acesso), R\$ 27,2 bilhões para o Minha Casa, Minha vida e R\$ 80,1 bilhões voltaram-se para Infra-estrutura social e urbana, envolvendo melhorias em bairros populares e grandes aglomerações urbanas.

A partir de abril de 2013 o Banco Central reinicia uma onda de elevação das taxas de juros e coloca fim ao assim chamado ensaio desenvolvimentista. Naquele mesmo ano o país fora tomado por uma onda de manifestações (as jornadas de junho) deflagradas a partir de atos contra o aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre e São Paulo que “contaminaram” o país a partir de reivindicações por mais direitos e que contestaram gastos como os efetuados pela realização da Copa do Mundo de 2014⁵⁷. Nesse momento de elevação dos protestos a classe política silenciou por pelo menos 10 dias, silêncio esse que fora rompido pela Presidente Dilma Rousseff ao assumir cinco pactos⁵⁸ com a nação, sendo que o primeiro pacto passava pela reafirmação do compromisso com a dita responsabilidade fiscal (manutenção do superavit primário), além de outros quatro que tratavam da reforma política, além de compromissos com saúde, transporte e educação. O que ao fim se verificou, no ano de 2014, foi um baixo crescimento econômico, um superavit primário negativo (0,6%) e uma vitória apertada de Dilma nas eleições de 2014 a partir daquilo que já se revelava como um desgaste de seu governo e que posteriormente se manifesta, a partir de 2015, numa política de austeridade fiscal que, ao fim, cria lastro para o golpe de estado dado em 31 de agosto de 2016⁵⁹ pelo Congresso Nacional por meio de um *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Eis um quadro resumido deste período do Brasil e sua economia que passou por períodos qualitativamente distintos, mas que ao fim resumiu-se numa dinâmica permanente de crescimento econômico (com poucas variações) num quadro de desaceleração da atividade econômica, execução de Políticas

⁵⁷ Sobre as Jornadas de Junho ver Maricato Et. Org (2013).

⁵⁸ <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

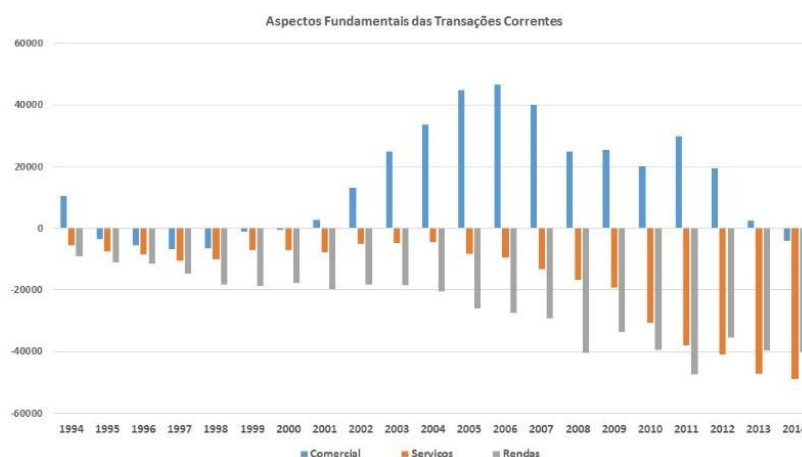
⁵⁹ Vide nota 5.

Sociais, redução do nível de desemprego, dentre outros aspectos da economia que passaremos a ver adiante a partir de alguns dados que avaliam o período de 2003 a 2014 em seu conjunto.

2.3 ANÁLISE DE DADOS GLOBAL DO PERÍODO DE 2003 A 2014

No que diz respeito ao Balanço de Pagamentos brasileiro, que traz aspectos fundamentais das transações correntes do Brasil num período que vai além do estudado, é possível verificar em que momento se dá saldos positivos na economia brasileira, conforme verificamos a seguir.

Gráfico 2 – Aspectos fundamentais das transações correntes. Brasil 1994-2014



Fonte: Banco Central do Brasil

Acima podemos observar os saldos em transações correntes (comercial, serviços, rendas). Chama a atenção o fato de que entre 2002 e 2012 convivemos com expressivos saldos comerciais advindos do aumento do volume de exportações (baseado, sobretudo, no efeito-China) e de um contexto favorável no que se referia aos preços das *commodities*.

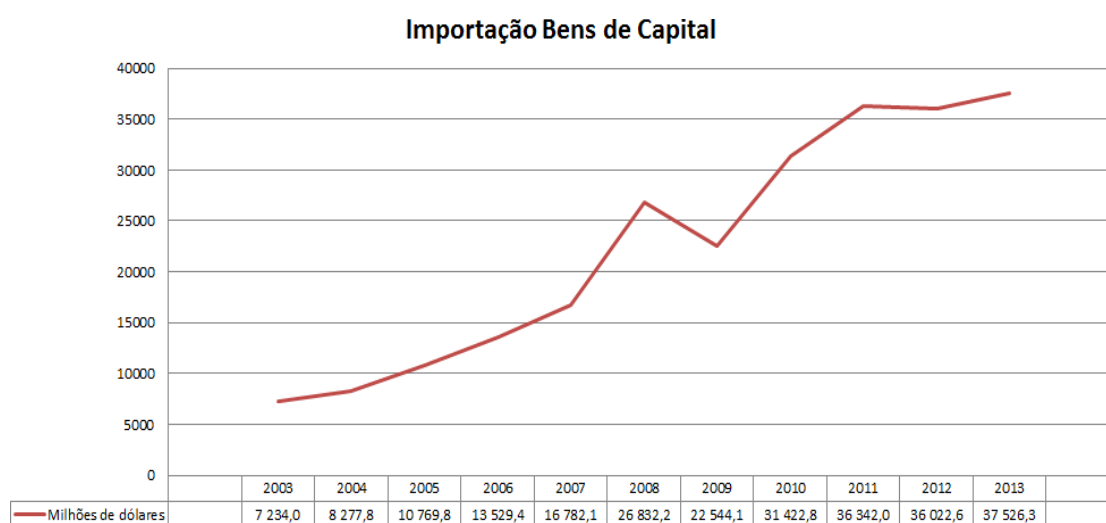
Crescente também foi o déficit de serviços com destacada ênfase ao aluguel de equipamentos, pois a elevação das exportações de bens primários corresponde ao aprofundamento da dependência tecnológica, alugando-se bens, maquinários, plantas e

tecnologias exógenas ao país, atestando a tragédia da modernização dos padrões de consumo desarticulada do avanço das forças produtivas (FURTADO, 1974) e de uma estratégia de soberania que priorize os interesses populares. Trata-se, pois, de uma engrenagem importante no quadro identificado nos termos do Novo Padrão exportador de especialização produtiva.

No que se refere às rendas, basicamente remessa de lucros/dividendos e pagamentos de juros, a dependência financeira manifesta cristalinamente a partir dos dados a seguinte constatação: dado que as remessas de lucro ao exterior são crescentes, isso indica que estamos nos endividando, para abastecer as grandes potências com nosso patrimônio natural (minérios, soja, carnes, álcool, celulose), e, nesse processo, é necessário a manutenção de certo equilíbrio fiscal e previsibilidade cambial, daí o crescimento considerável do pagamento de juros nesse período, conforme apresentaremos adiante.

Nesse quadro, nem a retomada dos saldos comerciais, como podemos ver acima, seria suficiente. Constata-se subsidiariamente, que essa tem sido a prioridade do governo federal, com os crescentes aportes de recursos do BNDES para financiar os empreendimentos ditos “exportadores” e que os resultados dos grandes investimentos não estão sendo usados na diversificação produtiva e tecnológica nacional, pois são enviados em volumes crescentes para o exterior. Um quadro que ilustra com precisão as constatações que fazemos acima diz respeito às importações de Bens de Capitais no período estudado.

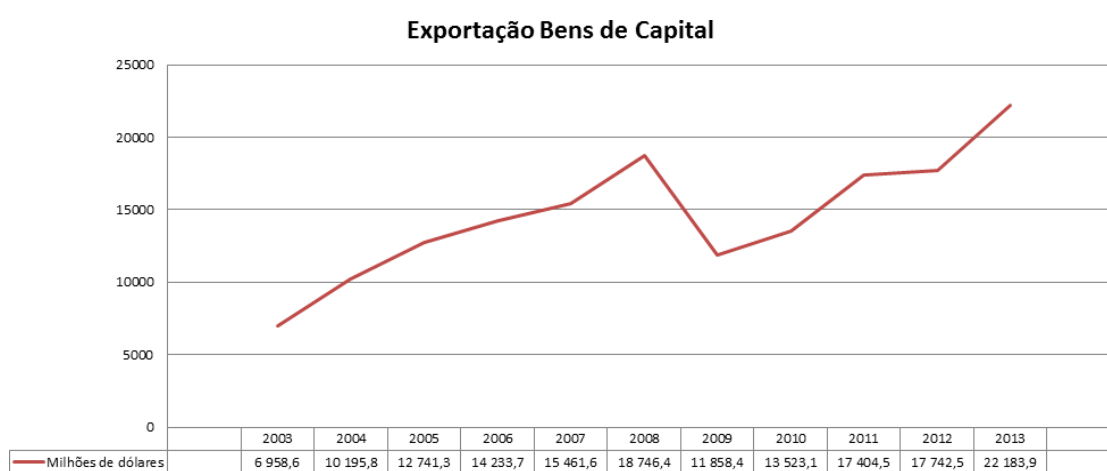
Gráfico 3 – Importação de Bens de Capitais. Brasil 2003 a 2013



Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima reflete o que se configura como a tragédia da modernização dos padrões de consumo desarticulada do avanço das forças produtivas (FURTADO, 1974), pois existe uma demanda crescente de importação de bens de capital no período que sai de 7,234 bilhões de dólares no ano de 2003 para 37,526 bilhões de dólares no ano de 2013, o que significou uma elevação de mais de 500% num período de pouco mais de 10 anos. Analisamos também no mesmo período um quadro que diz respeito às exportações de bens de capitais, verificado no seguinte quadro.

Gráfico 4 – Importação de Bens de Capitais. Brasil 2003 a 2013



Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima denota também um crescimento em se tratando da exportação de bens de capital, o que sugere um nexo entre importações e exportações de bens de capital, considerando que as multinacionais integram sua dinâmica produtiva em nível mundial⁶⁰. O que denota uma pauta exportadora mais complexa, que vai além das exportações de *commodities*.

No entanto, tal crescimento não acompanha o crescimento da importação de bens de capitais, pois sai de um patamar de 6,959 bilhões de dólares no ano de 2003 para 22,184 bilhões de dólares no ano de 2013, o que se configura como um crescimento de aproximadamente 320%, aquém do verificado no quadro das importações. Em compensação, o crescimento das exportações de bens primários é exponencial e supera os demais em termos de valores absolutos. Abaixo um quadro que reflete tal quadro e

⁶⁰ Ver Andreff & Pinheiro (2000).

que, em grande medida, explica o importante saldo comercial verificado no quadro do Balanço de Pagamentos do primeiro gráfico.

Gráfico 5 – Exportação Total em R\$ – Produtos Primários. Brasil 2003 a 2013



Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima revela o aumento expressivo das exportações de produtos primários. Mais adiante veremos em detalhe os principais produtos que compõem a pauta da exportação brasileira e a evolução de cada um no período estudado, mas esse gráfico acima expressa o brutal aumento das exportações de produtos primários no país. Saímos, em 2003, do valor de 35,113 bilhões de dólares para a quantia de 152,393 bilhões de dólares no ano de 2013, uma elevação de aproximadamente 420% em 10 anos que atinge um alto patamar, especialmente em termos de valores absolutos, se comparamos aos valores que correspondem às importações e às exportações de bens de capital. Em termos de participação total nas exportações o gráfico abaixo apresenta o quadro dos produtos primários.

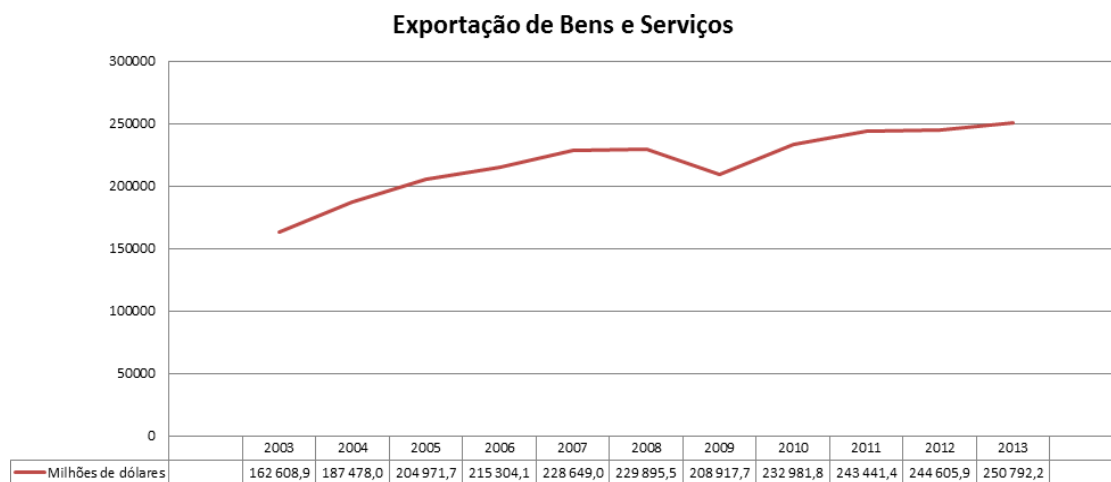
Gráfico 6 – Exportação Total em % – Produtos Primários. Brasil 2003 a 2013



Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Em termos de participação no total exportado verificamos que as exportações de produtos primários saem de um percentual de 48,2% para 63,6%. Na proporção inversa vão as exportações de produtos manufaturados, que saem de 51,8% em 2003 para 36,4% no ano de 2013. Verificamos também no período uma elevação considerável na exportação de bens e serviços, conforme podemos verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 7 – Exportação Total – Bens e Serviços. Brasil 2003 a 2013



Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima demonstra um valor expressivo da economia brasileira em termos de exportações de bens e serviços. Em termos absolutos, seu valor supera todas as pautas exportadoras (inclusive a de bens primários), fornecendo mais uma vez um indicativo de uma relação importação/exportação que se estabelece a partir das empresas

multinacionais e suas matrizes e filiais⁶¹. Em 2003, o valor exportado de bens e serviços era de 162,609 bilhões de dólares, passando para 250,792 bilhões no ano de 2013, o que revela um crescimento de aproximadamente 80%.

Gonçalves (2012) analisa que nos dois governos de Lula (2003 a 2010) há um quadro de desindustrialização e reprimarização das exportações. A esse respeito, o autor afirma que:

A participação da indústria de transformação no PIB no Brasil reduz-se de 18% em 2002 para 16% em 2010 (IEDI, 2011). A taxa média anual de crescimento do PIB real é de 4,0% no período 2003-10. Neste período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da agropecuária é 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%. Os diferenciais entre estas taxas de crescimento informam, de fato, um processo de desindustrialização da economia brasileira no Governo Lula. (p. 7)

(...)

A reprimarização é determinada, em boa medida, pelo boom de preços das commodities na maior parte do período em análise. Entretanto, a tendência de deterioração do padrão de comércio exterior (exportação) é reforçada pela análise da estrutura das exportações de produtos industriais segundo a intensidade tecnológica (Tabela 2, cols. 6-10). A participação (média móvel 4 anos) dos produtos altamente intensivos em tecnologia reduz-se 13,1% em 2002 para 8,8% em 2006 e 8,1% em 2010 enquanto a participação de produtos das indústrias de médio-baixa tecnologia aumenta de 21,7% em 2002 para 24,2% em 2006 e 25,1% em 2010. (p. 9)

Os dados apresentados pelo autor qualifica a análise dos gráficos acima no que diz respeito ao fator desindustrialização e reprimarização. Eis uma consequência direta de um padrão de reprodução do capital que reforça seu caráter exógeno frente a expansão da economia mundial e sua demanda por *commodities*. Para uma melhor aproximação da realidade exportadora do Brasil e sua evolução no período estudado apresentamos a seguir um quadro que detalha a pauta a partir do destaque de seus 10 principais produtos.

Tabela 4 – Produtos Principais de Exportação Total - Brasil 2003 a 2013

Produtos Principais de Exportação % Total - BRASIL	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mineral de Ferro e seus concentrados	4,7	4,9	6,2	6,5	6,6	8,4	8,7	14,8	16,5	12,9	13,6
Soja, exceto a	5,9	5,6	4,5	4,1	4,2	5,6	7,5	5,6	6,4	7,2	9,5

⁶¹ Ver Carneiro (2002).

farinha fina e grossa											
Petróleos cru	2,9	2,6	3,5	5,0	5,6	6,9	6,2	8,3	8,5	8,5	5,4
Açúcar de beterraba e cana de açúcar	2,9	2,0	...	3,9	4,8	4,6	4,1	3,8
Barcos para missões especiais	3,2
Aves de criação	2,6	2,8	3,0	2,2	2,7	3,1	3,3	3,0	2,9	2,9	3,0
Bolo de Sementes e Farelos	3,6	3,4	2,4	...	1,8	2,2	3,0	2,4	2,2	2,7	2,8
Milho sem moer	2,2	2,6
Veículos automotores, montados ou não	3,6	3,5	3,7	3,4	2,9	2,5	2,1	2,3	1,7	...	2,3
Gado de corte	...	2,0	...	2,3	2,2	2,0	1,6	1,9	2,2

Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O quadro acima revela com maior detalhe a composição da pauta exportadora brasileira. Pela descrição, *per si*, dos principais produtos fica evidente a forte presença dos produtos primários que carregam consigo um baixo valor agregado. Já em 2005 a exportação de minério de ferro assume a liderança da pauta, mantendo-a até o ano de 2013 e ampliando sua liderança ao longo dos anos. Há, neste período, o surgimento de grandes empreendimentos, a exemplo do Projeto Minas Rio na cidade de Conceição do Mato Dentro, MG, que revela o caráter extremamente regressivo em termos sociais e ambientais que tais empreendimentos provocam nas regiões que atingem⁶². Exemplo é a construção de um mineroduto de 525 km para o Projeto Minas Rio que atravessa 43 cidades, entre Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro, provocando enormes impactos sócio – ambientais⁶³.

Tratam-se de impactos que já vinham provocando grandes descontentamentos sociais, com destaque para as populações atingidas. No entanto, a proporção e a capacidade destrutiva dos impactos da atividade mineradora era pouco conhecida dos brasileiros até o crime cometido pela empresa Samarco na cidade de Mariana, a partir do rompimento da barragem de Fundão no dia 5 de novembro de 2015 que causou destruição em 2 estados, causando a morte de 19 pessoas, além de um impacto de enormes proporções na bacia do Rio Doce que possui em torno de 1,2 milhões de habitantes⁶⁴.

⁶² Sobre os impactos sociais e ambientais do empreendimento Minas-Rio na cidade de Conceição do Mato Dentro, vide Pereira; Becker e Wildhagen (2013)

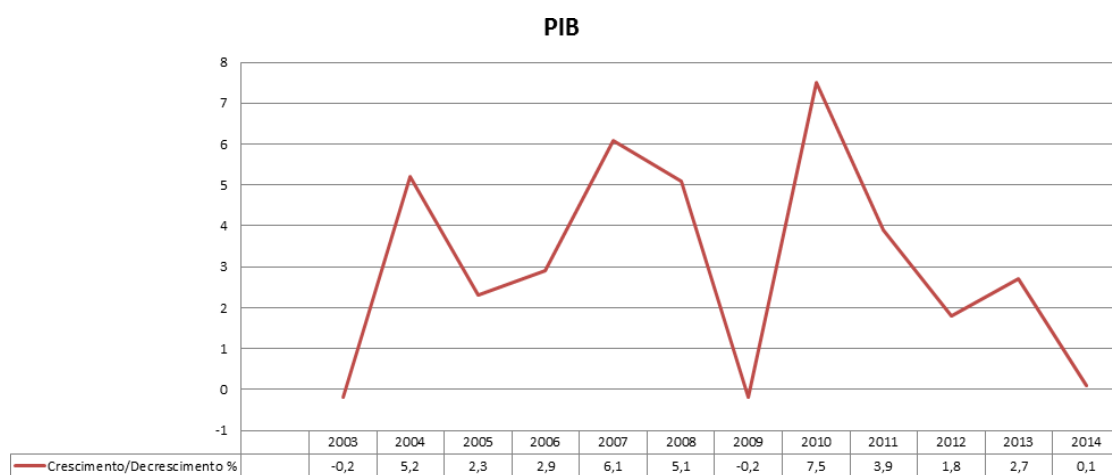
⁶³ Vide Barcelos (2013)

⁶⁴ Vide FINAL (2015)

Eis um quadro que reflete o “custo” socioambiental do crescimento do Brasil a partir de um modelo calcado no Novo Padrão exportador de especialização produtiva e na manutenção da condição estrutural da dependência. Trata-se, pois, de darmos com a presente pesquisa uma contribuição para o debate da economia política brasileira que, via de regra, é a noção de desenvolvimento⁶⁵ como mera expressão do crescimento do PIB, o que por si só significaria um avanço das forças produtivas, sem na prática corresponder a um padrão endógeno de desenvolvimento.

Neste tocante, podemos afirmar que o período estudado é marcado pela vulnerabilidade externa inerente ao Novo padrão exportador de especialização produtiva e aos quadros da dependência, ainda que o crescimento econômico se realize em alguns momentos e permita algum grau de distribuição de renda na economia⁶⁶. Abaixo um quadro da evolução do PIB no período.

Gráfico 8 – Taxa de variação do PIB. Brasil 2003 a 2014



Adaptado de: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

Conforme podemos verificar há um crescimento médio de 3,4% no período que vai de 2003 a 2014, num patamar acima da década de 90 no Brasil, que teve um crescimento médio de 2,6%. No entanto, o que procuramos é ir mais além ao aprofundar com maior detalhe o que leva os determinantes estruturais desse modelo econômico.

⁶⁵ Vide nota 10, sobre a noção de desenvolvimento por etapas.

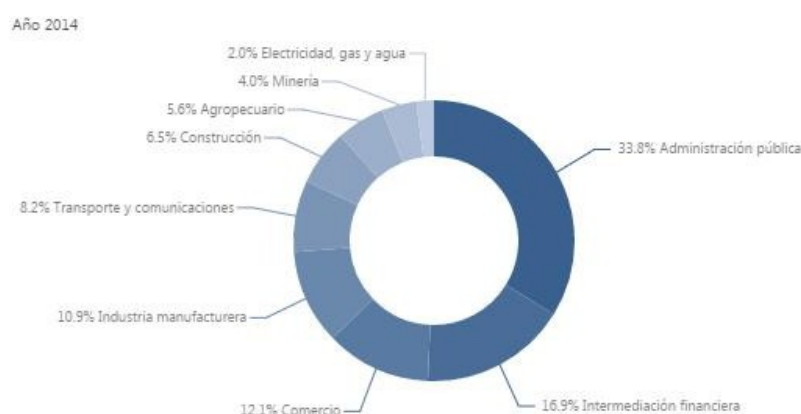
⁶⁶ Neste boletim de conjuntura da Fundação João Mangabeira dados revelam a manutenção de um alto grau de concentração de renda no Brasil. < <http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/201606010243400.boletimconcentracaoderenda.pdf> > Acessado em 02 de dezembro de 2016.

Neste tocante, é importante compreender também que fatores que levam a elevação do PIB são diversos, como podemos verificar nesta passagem de SIMAN, TONIN (2016):

Já o terceiro mito passa pela ideia crua de que é preciso “retomar o crescimento econômico”. No entanto, tal crescimento pode existir e não garantir, por si só, a criação de postos de trabalho. A propósito, o PIB possui cinco partes constitutivas: Consumo das famílias, gasto do governo, investimento, exportações e importações. No ano de 2015 todos os fatores reduziram e apenas as exportações cresceram, o que resulta na alta regressão econômica vivida atualmente, resultando numa queda de 3,8% do PIB, se retiramos a inflação. Ou seja, pode se elevar as exportações e haver uma queda da atividade econômica, se os outros fatores não avançam. Ou mesmo pode haver crescimento do PIB com elevação de fatores como o gasto do governo, o consumo das famílias e a redução das exportações e, criar-se, a partir daí, postos de trabalhos, mesmo que o PIB não cresça. Essa nos parece uma regra de ouro do movimento sindical e popular, colocar no centro da disputa política o questionamento do tipo de crescimento que se pretende, pois crescimento econômico não necessariamente significa criação de empregos e muito menos empregos de qualidade.

Ou seja, os fatores que levam ao crescimento econômico estão para além da elevação do volume das exportações, eles dizem respeito também ao gasto público, ao gasto privado – associado à capacidade de consumo das famílias, dentre outros aspectos. A propósito, o gasto público possui papel central na economia brasileira, a exemplo do que nos informa esse gráfico que reflete sua participação na economia brasileira, no ano de 2014.

Gráfico 9 – Composição gasto – Economia Brasileira. Ano 2014



Retirado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

O que, de outra parte, confronta o discurso recorrente nos tempos atuais de que o ajuste fiscal é um caminho inevitável para a retomada do crescimento econômico, algo que contraria a lógica que sustenta a própria dinâmica de elevação do PIB – pautado em grande medida pelo gasto público. No entanto, trata-se de um debate que retomaremos um pouco mais adiante, não sem antes detalhar mais alguns aspectos da economia brasileira no período de 2003 a 2014 que confirma a assertiva de que o Brasil encontra-se nos marcos do Novo Padrão exportador de especialização produtiva.

Ainda no âmbito da economia brasileira é importante destacar o reflexo do crescimento da economia no Estado. A propósito, trata-se de um período marcado pela ampliação de Políticas Sociais a exemplo de políticas de distribuição de renda como o Bolsa Família⁶⁷, política de ampliação do acesso às Universidades⁶⁸, dentre outras. Bem como também um período marcado por uma política econômica que elevou em termos reais o salário mínimo⁶⁹, ampliou a política de acesso ao crédito e estimulou a formalização de setores da economia que outrora encontravam-se na informalidade. No que se refere a elevação da formalização, Carvalho diz que:

Os resultados indicam a preponderância que a expansão econômica possui para explicar a maior parte do processo de formalização. A expansão do setor formal, com um crescimento econômico contínuo, elimina as firmas informais mais ineficientes, havendo indícios das firmas que usam trabalho não remunerado serem as primeiras a desaparecerem. Uma maior escolaridade dos trabalhadores é indispensável para possibilitar a expansão de empregos em empresas formais mais produtivas, mas não parece ser o mecanismo gerador do aumento da formalização, embora extensões deste estudo, incluindo especialmente a evolução da produtividade setorial do trabalho, possam contribuir para esclarecer melhor esta questão. (CARVALHO, 2015, p. 106).

Na passagem acima Carvalho destaca o papel do crescimento econômico na redução da informalidade. Em seu estudo, faz uma análise comparativa dos anos de 1995 a 2012 e verifica que no período em que não há elevação do PIB (a exemplo dos anos de 1995 a 2003) a informalidade segue como tendência, diferente dos períodos de crescimento da economia. Ao mesmo passo, desmistifica ideias que a qualificação educacional explicaria, *per si*, uma maior formalização dentro da economia.

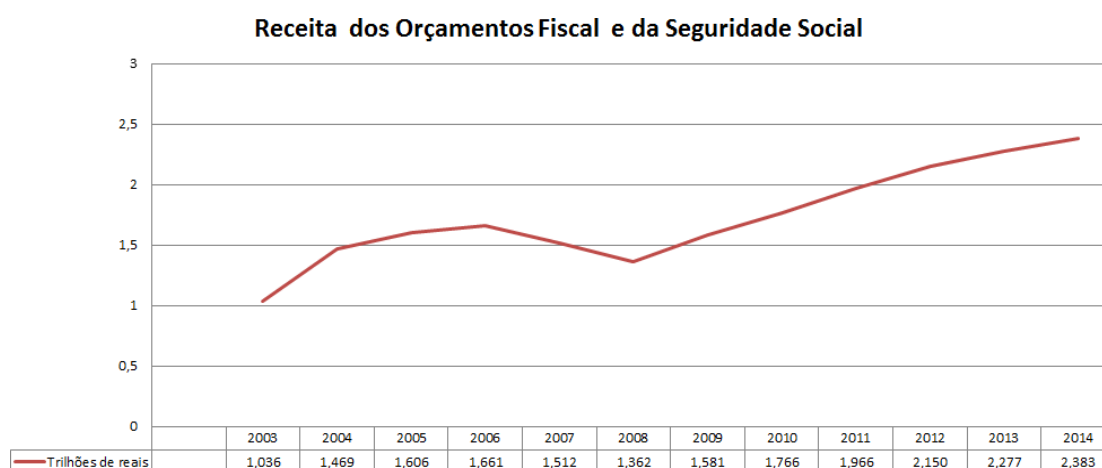
⁶⁷ Ver Marques (2008)

⁶⁸ Catani (2007)

⁶⁹ Em termos nominais, o salário mínimo se elevou de R\$ 200 de janeiro de 2003 para R\$ 724 em dezembro de 2014. Em termos de ganho real, trata-se de uma valorização de 72,3%. Fonte < <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028> >.

No gráfico a seguir apresentamos a evolução das receitas⁷⁰ do Estado no período estudado, que vai de 2003 a 2014. Trata-se de uma “fotografia” importante que informa a maior capacidade do estado desenvolver políticas públicas, bem como de investir diretamente na reprodução do capital, a exemplo do objeto estudado no capítulo seguinte.

Gráfico 10 – Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Brasil 2003 a 2014



Adaptado de: < www.orcamentofederal.gov.br >. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

É importante verificar a relação direta que se estabelece entre crescimento econômico, crescimento das exportações e crescimento da receita pública. Não se trata de uma relação simétrica, mas que possui uma sinergia na medida em que apresentam a mesma tendência (de crescimento ou queda). Quando afirmamos acima que a relação não é de simetria estamos referindo ao fato da arrecadação do Estado depender de mais fatores, além do crescimento econômico. A propósito, existem diversos mecanismos que dizem respeito a arrecadação pública e um deles é a maior ou menor eficiência das administrações tributárias do Estado⁷¹. Outro aspecto está associado à decisão do Estado em intervir mais ou menos na economia, a exemplo do período verificado entre 2008 e 2009, marcado por uma crise do capital que

⁷⁰ Inclui Receitas do Tesouro Nacional (correntes e de capital), Receitas de outras fontes de entidades da administração pública federal indireta, inclusive fundos e fundações públicas (correntes e de capital) e Refinanciamento da Dívida Pública Federal.

⁷¹ Um dos aspectos que prejudica a arrecadação são as sonegações de impostos. Veja a lista dos maiores sonegadores. < <http://fundacaoanfp.org.br/site/2016/06/conheca-a-lista-dos-maiores-sonegadores-de-impostos-do-brasil/> >. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

se expressou na explosão da “bolha imobiliária”⁷² da economia norte americana e refletiu em toda economia mundial.

No caso brasileiro, houve as chamadas medidas anti-cíclicas como tratamos mais acima, que visaram estimular a economia nacional a partir de medidas como a redução de impostos para a indústria e políticas como o Programa *Minha Casa, Minha Vida* que estimulou o setor imobiliário a partir da construção de moradias⁷³. A esse respeito, Pinto (2016) sintetiza que:

Um dos eixos desse acordo foi a manutenção, durante os governos Lula, do regime macroeconômico do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e taxa de câmbio flutuante). Apesar da manutenção destes pilares, este regime foi, de certa forma, sendo flexibilizado no segundo mandato Lula após a crise do mensalão e, sobretudo, depois da crise internacional iniciada em 2007, em meio a uma conjuntura que contava com uma restrição externa menos limitadora, dado o acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central. Essa flexibilização centrou-se na ampliação do crédito, no aumento do salário mínimo, na ampliação dos programas de transferência de renda, na criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa Minha Vida, na ampliação da atuação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em termos gerais, nas políticas anticíclicas do período do pós-crise internacional. (p. 14)

No trecho acima o autor destaca as medidas anticíclicas utilizadas com resposta à crise internacional, trataram-se de medidas que repuseram o investimento em vários níveis, tal como no âmbito do consumo e das políticas de estímulos a diversos setores econômicos, como o da construção, além de setores de eletricidade e gás, insumos básicos como indústria extrativa de mineração e de celulose, conforme veremos no capítulo adiante. Gentil (2014) detalha tais medidas ainda mais, ao informar que:

Finalmente, a resposta mais contundente do governo brasileiro à crise financeira está, seguramente, nas medidas fiscais. Entre as medidas de desonerações fiscais, a primeira foi anunciada ainda no ano de 2008, beneficiando o setor automotivo, seguido dos setores produtores de eletrodomésticos de linha branca, de material de construção e, no final de 2009, do setor moveleiro. Para viabilizar o pacote de desonerações fiscais sem que o governo devesse incorrer em um programa de corte de gastos públicos – o que seria um contrassenso – o governo brasileiro também anunciou a redução da meta de superavit primário de 4,3% para 2,5% do PIB para 2009. Medidas complementares, que não podem ser classificadas necessariamente em alguns dos grupos acima, também foram implementadas, como o aumento real do salário mínimo (SM) e o Programa Minha Casa, Minha Vida, que visava à construção de um milhão de casas populares para atender às

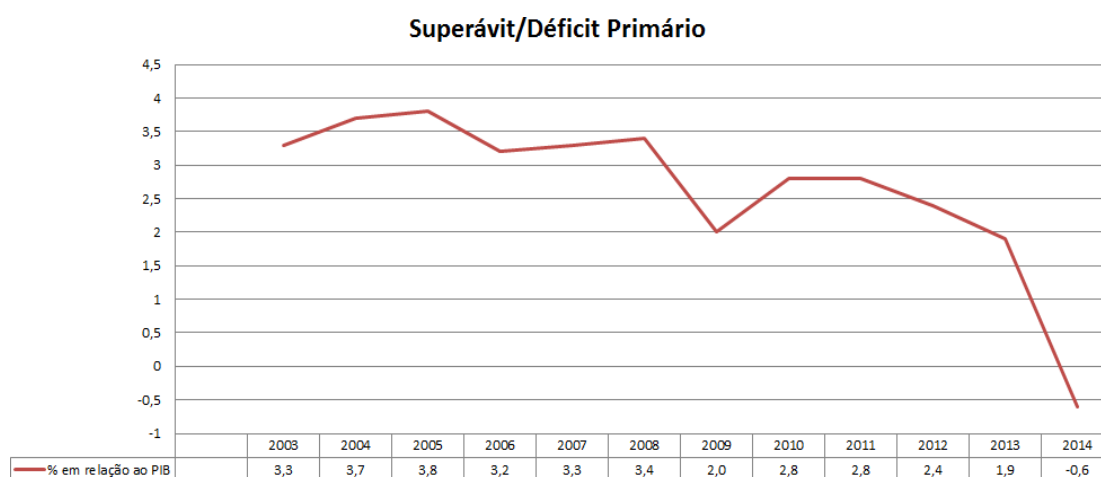
⁷² Sobre crise mundial de 2008, ver nota 47.

⁷³ Ver nota 53

necessidades de estimular o setor de construção civil – ainda que tenha sido anunciado como um programa que visava reduzir o déficit habitacional do país (p.14)

A autora destaca a política fiscal do governo como resposta à crise que se deu por meio de desonerações fiscais para setores relacionados à produção de bens. Tratou também de reduzir o superávit primário, que vinha sendo uma marca forte de uma política econômica mais conservadora e alinhada a agenda do rentismo. A propósito dos superávits primários, tratam-se da diferença entre a receita e a despesa que, na prática, serve para pagar juros da dívida pública. O superávit é realizado mais facilmente no período de crescimento econômico, pois somente num período de expansão econômica é possível fazê-lo sem uma política de austeridade, ou seja, de corte de gastos que penalize parcelas da classe trabalhadora. No gráfico a seguir verificamos o quadro do superávit primário da economia no período de 2003 a 2014

Gráfico 11 – Superávit/Déficit Primário. Brasil 2003 a 2014

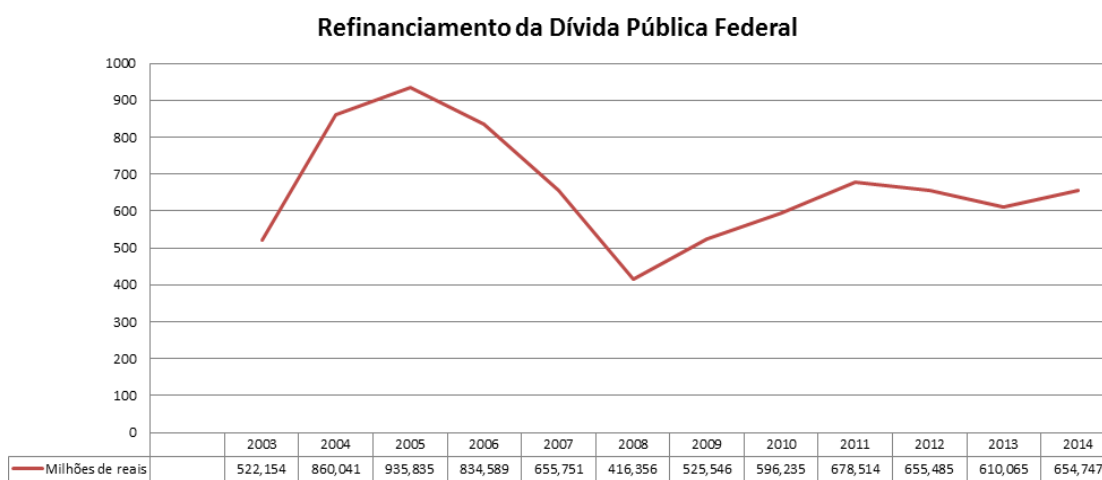


Adaptado de: < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Ao avaliar o quadro acima é possível estabelecer o momento de déficit primário do período (ano de 2014, déficit de 0,6%) como o início da crise política que marca o Brasil no tempo atual, trata-se do período que marca o fim do arranjo da conciliação de classes na qual o PT governou o país durante 13 anos, em que o crescimento econômico permitiu acomodar os mais diversos interesses das classes e suas frações na sociedade brasileira.

Outro aspecto relevante e que carece de análise reside no endividamento público, trata-se de um elemento estruturante da economia brasileira e podemos verificar sua expressiva presença em todos os anos da economia, considerando o período estudado. Abaixo um gráfico do período que reflete o volume do refinanciamento da dívida, que não necessariamente segue a tendência de crescimento verificada acima na receita pública, bem como no crescimento verificado na economia.

Gráfico 12 – Refinanciamento da Dívida Pública Federal. Brasil 2003 a 2014

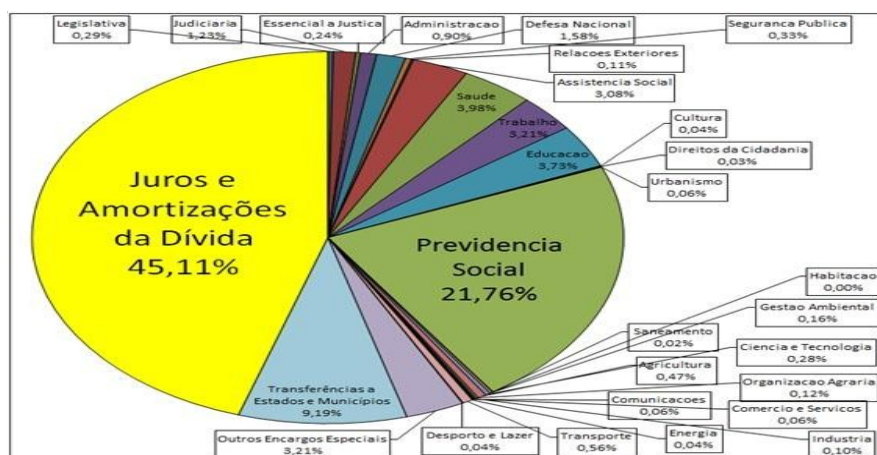


Adaptado de: < www.orcamentofederal.gov.br >. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

Como podemos identificar, o volume gasto com o refinanciamento da dívida pública trata-se de uma parte importante da receita pública, mesmo no seu mínimo (verificado em 2008, na quantia de 416,356 milhões de reais) e, especialmente, no seu máximo (verificado no ano de 2005, na quantia de 935,835 milhões de reais). Outra relação que expressa bem a questão do endividamento é a relação dívida bruta/PIB, que manteve estabilidade no período, ficando na média em 60% no período que vai de 2003 a 2014⁷⁴. Ainda sobre o tema da dívida o gráfico a seguir revela o impacto do serviço da dívida (juros e amortizações) na despesa pública. Abaixo destacamos os dados de 2014, referente aos gastos da União (total executado, 2,168 Trilhões de reais).

Gráfico 13 – Orçamento Geral da União

⁷⁴ <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/268570/Kit+Portugues+07+07+14+.pdf/0f5cc1f1-9ab5-48bd-8fc1-0d95e8448533>

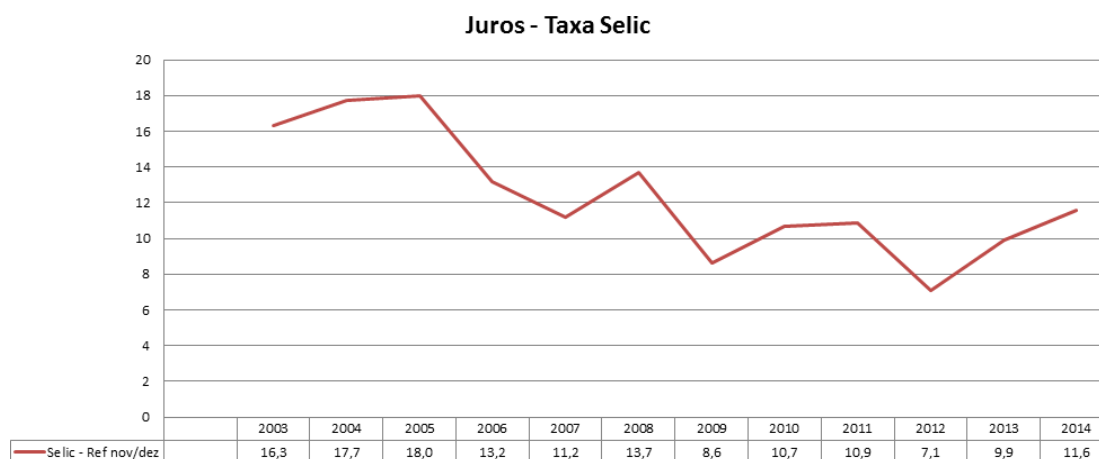


Retirado de < www.auditoriacidade.org.br >. Acesso em 22 de agosto de 2016

Eis um gráfico que elucida com nitidez o grande embate que se passa hoje na luta política brasileira marcada pelo interesse do chamado rentismo que alimenta uma falsa ideia no conjunto da sociedade de que a previdência pública possui *déficit* e seria a grande “vilã” das contas públicas brasileiras.

Outro aspecto determinante da economia brasileira reside na questão da política de juros praticada pelo Banco Central por meio de sua taxa básica (Selic), pois sua manutenção num patamar maior ou menor diz respeito a todo funcionamento da economia, pois os juros maiores desestimulam o investimento produtivo e favorecem o rentismo. Abaixo um gráfico que demonstra a série histórica da taxa de juros no período estudado, considerando como referência a última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) de cada ano elencado (novembro ou dezembro).

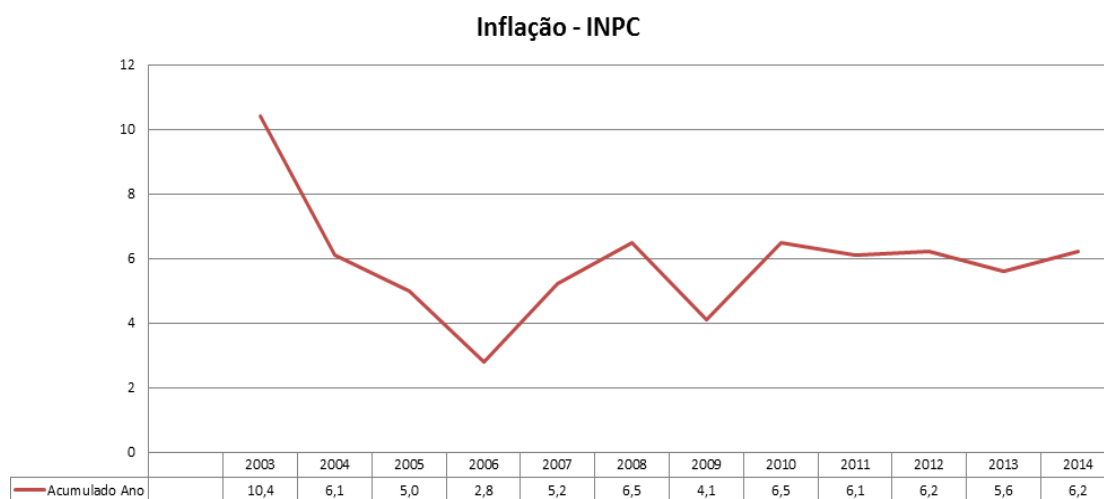
Gráfico 14 – Taxa Básica de Juros – Selic. Brasil 2003 a 2014



Adaptado de: < www.bcb.gov.br >. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

Conforme verificamos no gráfico ainda que tenha apresentado uma tendência de redução os juros mantiveram-se num alto patamar, chegando na sua menor taxa no ano de 2012 (7,1%), com uma taxa média de 13,5% no período estudado, de 2003 a 2014. Os juros devem ser estudados junto com a taxa de inflação e abaixo apresentamos um gráfico com a série do período, a partir do índice do INPC⁷⁵.

Gráfico 15 – Índice de Inflação. Brasil 2003 a 2014



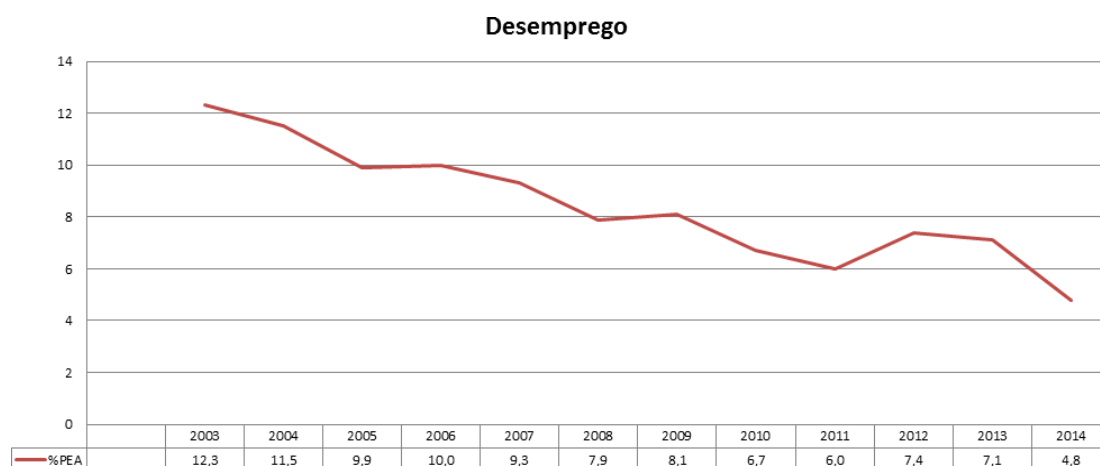
Adaptado de: < www.calculador.com.br >. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

Ou seja, para se chegar na taxa real de juros é necessário diminuir a taxa nominal (refletida no gráfico 14) da inflação. De sua parte, a inflação também é um dado importante para compreensão da economia brasileira em qualquer período, pois ela reflete a alta dos preços num dado período e a corrosão do poder de compra da população. Na média, a inflação do período estudado ficou em 6,4%, próxima das metas estipuladas pelo Banco Central.

Por fim, uma análise que também importa sobre o período no âmbito da economia diz respeito à taxa de desemprego, especialmente porque trata-se do principal efeito do ponto de vista social que informa o maior ou menor sucesso da política econômica. Adiante, um gráfico que reflete o quadro do desemprego no período.

Gráfico 16 – Taxa de Desemprego. Brasil 2003 a 2014

⁷⁵ Sobre o INPC e outros índices de inflação ver < <http://www.intersindicalcentral.com.br/a-inflacao-na-crise-brasileira-atual-desvendando-mitos/> > Acesso em 03 de dezembro de 2016.



Adaptado de: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

Conforme verificamos na análise do gráfico acima houve uma queda expressiva do quadro do desemprego. Outro fator que também se configura como positivo no período foi o aumento real do salário mínimo, que no período estudado teve aumento real de 72,3%⁷⁶.

2.4 ASPECTOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO PAÍS E SUA RELAÇÃO COM O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Os recursos mais expressivos do financiamento do BNDES e do Orçamento de Investimento da União no período estudado se direcionaram pro setor de energia. Dentro do período estudado (2003 a 2014) aproximadamente 265 bilhões dos 692 bilhões que foram financiados pelo BNDES na economia brasileira se direcionaram pro setor de energia, no que se refere aos Serviços de Eletricidade e Gás.

A expansão energética do país está também diretamente associada aos quadros do Novo Padrão exportador de especialização produtiva, considerando que a maior parte dos recursos energéticos servem para alimentar os setores econômicos do país que, por sua parte, estão integrados a este padrão exportador.

Considerando a centralidade dos financiamentos do BNDES e dos Investimentos da União no setor de energia tornou-se pertinente destacar a expansão do setor energético no país no período estudado (2003 a 2014), bem como analisar os setores alimentados

⁷⁶ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/salario-minimo-teve-ganho-real-de-72-3-em-dez-anos-e-ajudou-a-reduzir-pobreza-no-pais>

pelos recursos energéticos do país, como um mecanismo para avançar na análise da economia nacional no período estudado. Abaixo o quadro que informa o consumo final de energia por setor.

Tabela 5 – Consumo final de Energia por Setor – Brasil 2005 a 2014

IDENTIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CONSUMO FINAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CONSUMO FINAL NÃO-ENERGÉTICO	6,8	7,1	6,6	6,5	6,8	7,3	6,8	6,7	6,3	6,0
CONSUMO FINAL ENERGÉTICO	93,2	92,9	93,4	93,5	93,2	92,7	93,2	93,3	93,7	94,0
SETOR ENERGÉTICO	9,0	9,3	9,8	10,9	10,8	10,1	9,0	9,0	10,0	10,3
RESIDENCIAL	11,2	10,9	10,3	10,1	10,5	9,8	9,5	9,4	9,1	9,3
COMERCIAL	2,8	2,8	2,8	2,7	2,9	2,8	2,9	3,0	3,1	3,2
PÚBLICO	1,8	1,7	1,7	1,6	1,7	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
AGROPECUÁRIO	4,3	4,2	4,2	4,4	4,3	4,2	4,1	4,1	4,1	4,2
TRANSPORTES - TOTAL	27,0	26,5	27,0	27,8	28,6	28,9	30,1	31,2	32,0	32,5
RODOVIÁRIO	24,6	24,2	24,6	25,4	26,1	26,5	27,6	28,7	29,6	30,1
FERROVIÁRIO	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
AÉREO	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,5	1,5	1,4	1,4
HIDROVIÁRIO	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6
INDUSTRIAL - TOTAL	37,2	37,5	37,7	36,1	34,5	35,5	36,1	35,1	33,9	32,9
CIMENTO	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	2,0	2,0	2,0	2,0
FERRO-GUSA E AÇO	8,7	8,1	8,2	7,8	5,9	6,8	7,1	6,7	6,3	6,2
FERRO-LIGAS	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5
MINERAÇÃO E PELOTIZAÇÃO	1,4	1,4	1,5	1,4	1,0	1,3	1,4	1,3	1,2	1,3
NÃO-FERROSOS E OUTROS DA METALURGIA	2,8	2,8	2,8	2,6	2,4	2,7	2,9	2,8	2,7	2,5
QUÍMICA	3,6	3,6	3,6	3,2	3,3	3,0	3,0	2,9	2,7	2,5
ALIMENTOS E BEBIDAS	9,2	9,9	9,9	9,1	9,8	9,6	9,4	9,5	9,0	8,4
TÊXTIL	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
PAPEL E CELULOSE	3,9	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,0	4,1	4,3
CERÂMICA	1,7	1,7	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
OUTROS	3,0	3,0	3,0	3,0	3,1	3,0	3,2	3,0	3,1	3,0

Adaptado de: < https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf >. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

No quadro acima destacamos (em negrito) o somatório dos setores que resultam no percentual total de consumo final energético (93,2%). O setores não destacados integram os grandes setores da economia, a exemplo dos setores rodoviário, ferroviário,

aéreo e hidroviário que integram o grande setor de transportes. Em termos absolutos, o consumo do ano de 2005 foi de 195.491 toneladas equivalente de petróleo; o de 2006 foi de 202.534; o de 2007 foi de 215.197; o de 2008 foi de 226.215; o de 2009 foi de 220.732; o de 2010 foi de 241.194; o de 2011 foi de 245.860; o de 2012 foi de 253.037; o de 2013 foi de 260.218; e no ano de 2014 o consumo foi de 265.864 toneladas equivalente de petróleo.

A predominância do setor industrial no consumo energético e sua respectiva composição setorial (cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, mineração e pelletização, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, alimentos e bebidas, têxtil, papel celulose e cerâmica) já denota a predominância da economia do país nos quadros do Novo Padrão exportador de especialização produtiva, considerando que tais setores integram, via de regra, as exportações com baixa intensidade tecnológica. No que se refere à matriz energética do país o quadro abaixo destaca sua composição no que se refere ao Consumo Final por Fonte.

Tabela 6 – Consumo final por Fonte – Brasil 2005 a 2014

IDENTIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
GÁS NATURAL	6,9	7,1	7,2	7,4	6,9	7,0	7,3	7,2	7,1	7,1
CARVÃO MINERAL	1,4	1,4	1,4	1,4	1,1	1,3	1,5	1,4	1,4	1,4
LENHA	8,2	8,1	7,6	7,5	7,5	7,1	6,7	6,5	6,2	6,3
BAGAÇO DE CANA	10,8	12,0	12,4	12,7	12,9	12,5	11,1	11,2	11,3	10,8
OUTRAS FONTES PRIMÁRIAS	2,2	2,3	2,3	2,3	2,5	2,5	2,5	2,3	2,4	2,6
GÁS DE COQUERIA	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
COQUE DE CARVÃO MINERAL	3,3	3,0	3,1	3,0	2,4	3,1	3,3	3,2	3,0	3,0
ELETRICIDADE	16,5	16,6	16,5	16,3	16,6	16,6	16,8	16,9	17,1	17,2
CARVÃO VEGETAL	3,2	3,0	2,9	2,7	1,8	1,9	2,0	1,8	1,6	1,5
ÁLCOOL ETÍLICO	3,7	3,4	4,2	5,2	5,7	5,2	4,6	4,2	4,8	5,1
ALCATRÃO	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
SUBTOTAL DERIVADOS DE PETRÓLEO	42,9	42,4	41,7	41,0	41,9	42,1	43,6	44,6	44,4	44,5
ÓLEO DIESEL	16,7	16,4	16,4	16,7	16,9	17,2	17,7	18,3	18,8	18,8
ÓLEO COMBUSTÍVEL	3,4	3,0	3,0	2,8	2,7	2,0	1,8	1,6	1,6	1,5
GASOLINA	7,0	7,2	6,7	6,4	6,7	7,3	8,5	9,7	9,4	9,7
GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO	3,6	3,6	3,5	3,4	3,4	3,2	3,3	3,2	3,2	3,1
NAFTA	3,7	3,6	3,6	3,0	3,3	3,2	3,0	2,9	2,5	2,3
QUEROSENE	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,5	1,5	1,4	1,4
PRODUTOS NÃO-ENERGÉTICOS DE PETRÓLEO	2,3	2,7	2,3	2,7	2,6	3,2	3,1	3,0	3,0	3,0
OUTRAS SECUNDÁRIAS DE	4,9	4,8	5,0	4,7	5,0	4,6	4,8	4,5	4,6	4,6

PETRÓLEO										
GÁS DE REFINARIA	1,9	1,8	1,8	1,7	1,8	1,6	1,6	1,5	1,6	1,7
COQUE PETRÓLEO	2,0	2,0	2,2	2,2	2,3	2,2	2,4	2,3	2,3	2,3
OUT.EN.PETRÓLEO	1,0	1,0	1,1	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,6
GÁS CANALIZADO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	3,0

Adaptado de: < https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf >. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

No quadro acima destacamos (em negrito) o somatório das fontes que resultam no percentual total de consumo final energético (100%). As fontes não destacadas integram grandes fontes de energia, a exemplo daquelas que compõem o subtotal de derivados do petróleo (42,9%). Em termos absolutos, o consumo por fonte equivale ao consumo descrito acima por setor, qual seja: O consumo do ano de 2005 foi de 195.491 toneladas equivalente de petróleo; o de 2006 foi de 202.534; o de 2007 foi de 215.197; o de 2008 foi de 226.215; o de 2009 foi de 220.732; o de 2010 foi de 241.194; o de 2011 foi de 245.860; o de 2012 foi de 253.037; o de 2013 foi de 260.218; e no ano de 2014 o consumo foi de 265.864 toneladas equivalente de petróleo.

A predominância da fonte de derivados de petróleo destaca no quadro acima, seguida do consumo de energia por eletricidade, o que corresponde aos financiamentos do BNDES e os Investimentos da União por meio de seu orçamento que no período de 2003 a 2014 privilegiam o desenvolvimento destas fontes, conforme veremos no capítulo seguinte. Por fim, vale destacar a produção de Energia primária, que por sua vez demonstra a reduzida dependência energética do país.

Tabela 7 – Produção de Energia Primária – Brasil 2005 a 2014

IDENTIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
NÃO RENOVÁVEL	53,3	53,2	51,9	52,1	53,8	53,0	54,8	54,7	54,2	56,5
PETRÓLEO	42,0	42,1	40,6	39,7	42,0	42,1	42,5	41,7	40,6	42,8
GÁS NATURAL	8,8	8,3	8,1	9,0	8,7	9,0	9,3	10,0	10,8	11,6
CARVÃO VAPOR	1,2	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	1,0	1,3	1,1
CARVÃO METALÚRGICO	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
URÂNIO (U3O8)	0,7	1,1	1,6	1,7	1,7	0,7	1,6	1,5	0,9	0,2
OUTRAS NÃO RENOVÁVEIS	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1
RENOVÁVEL	46,7	46,8	48,1	47,9	46,2	47,0	45,2	45,3	45,8	43,5
ENERGIA HIDRÁULICA	14,5	14,2	14,4	13,4	14,0	13,7	14,4	13,9	13,0	11,8
LENHA	14,2	13,5	12,8	12,4	10,2	10,3	10,1	10,0	9,5	9,1
PRODUTOS DA CANA-DE-	15,5	16,6	18,1	19,0	18,6	19,3	16,9	17,6	19,1	18,1

AÇÚCAR										
OUTRAS RENOVÁVEIS	2,6	2,6	2,9	3,1	3,4	3,7	3,8	3,8	4,1	4,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Adaptado de: < https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf >. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

No quadro acima destacamos (em negrito) o somatório das fontes que resultam no percentual total de consumo final energético (100%), qual seja, as fontes não renováveis e renováveis. Em termos absolutos, a produção de energia primária no ano de 2005 foi de 200.522 toneladas equivalente de petróleo; o de 2006 foi de 211.802; o de 2007 foi de 223.708; o de 2008 foi de 236.555; o de 2009 foi de 240.567; o de 2010 foi de 253.198; o de 2011 foi de 256.387; o de 2012 foi de 256.969; o de 2013 foi de 258.092; e no ano de 2014 o consumo foi de 260.218 toneladas equivalente de petróleo.

A predominância da fonte de não renováveis destaca no quadro acima, o que corresponde aos financiamentos do BNDES e os Investimentos da União pro meio de seu orçamento que no período de 2003 a 2014 privilegiam o desenvolvimento destas fontes, conforme veremos no capítulo seguinte. No que se refere à dependência energética, o país aproxima de sua autossuficiência, sendo que depende de importar apenas 10% do total da energia consumida (BEN, 2015).

3 – EXPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO BNDES E DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DA UNIÃO DE 2003 A 2014

O objeto do presente capítulo reside numa exposição dos financiamentos realizados pelo BNDES no período de 2003 a 2014, bem como dos recursos investidos diretamente pela União, por meio de seu orçamento anual, também neste período. Faremos também uma breve análise que identifica os recursos de acordo com os setores a que eles se destinam, a partir do recorte temporal feito para analisar a economia brasileira, qual seja, um primeiro período que vai de 2003 a 2007 (Retomada do Crescimento), o segundo período que vai de 2008 a 2010 (Crise mundial e medidas anticíclicas) e um terceiro que vai de 2011 a 2014 (O assim chamado Ensaio Desenvolvimentista).

Os setores beneficiados pelo financiamento e pelo investimento público, por meio destes dois importantes instrumentos de política econômica, colaboram na verificação de que o Brasil é marcado atualmente por um Novo Padrão exportador de especialização produtiva, uma vez que os setores beneficiados dizem respeito à integração de “segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais” (Osório, 2009), além de referirem-se, via de regra, a segmentos de baixa intensidade tecnológica. Veremos, na análise dos dados, que existe um forte direcionamento destes recursos para os setores de Energia, o que nos levou também a discutir aspectos da política energética nacional e suas correlações com a dinâmica produtiva do país.

Ao mesmo passo, o Brasil vive um período em que a onda de privatizações retoma a agenda política do país⁷⁷, em especial a partir do golpe de Estado dado em 31 de agosto de 2016 a partir de uma agressiva agenda legislativa que se revela como uma verdadeira desconstituinte, além da ofensiva sobre direitos dos trabalhadores⁷⁸. Neste contexto, a seguinte análise ajuda a concluir que são vultosos os investimentos e o financiamento do Estado para setores estratégicos (como petróleo e energia) em termos de volume de

⁷⁷ O atual Governo presidido por Michel Temer apresentou a plataforma chamada de “Ponte para o Futuro” como programa de Governo em que há, dentre outros fatores, uma agenda intensa de privatizações. < http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf > Acessado em 03 de dezembro de 2016.

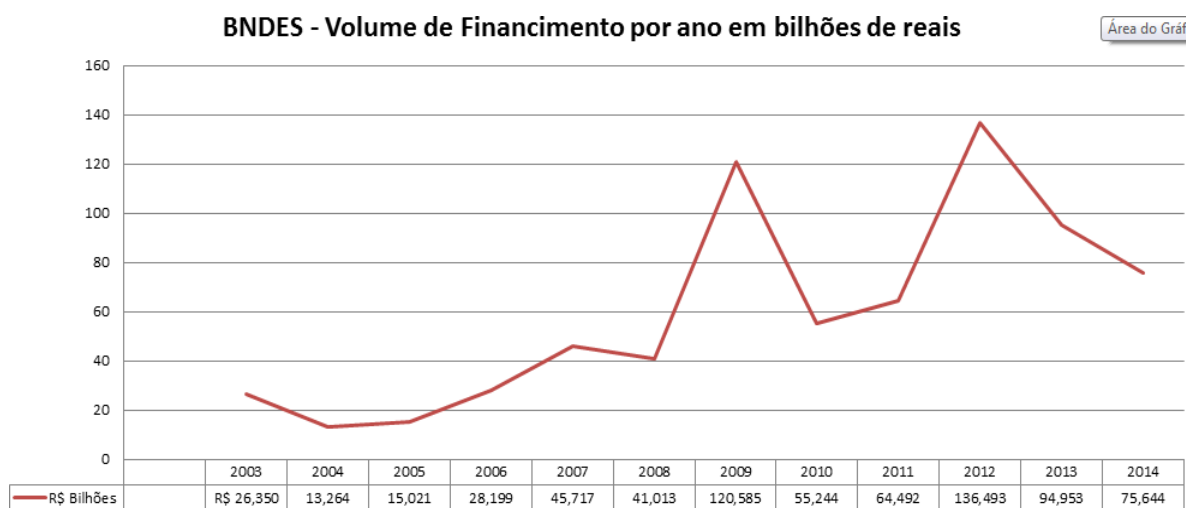
⁷⁸ Neste matéria o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar lista 55 projetos em tramitação que ameaçam direitos. < <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/25839-55-ameacas-de-direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional> >.

recursos, e isso em tempos em que resta configurado grandes interesses de multinacionais pela compra de recursos estratégicos do Brasil, a exemplo do pré-sal⁷⁹.

A propósito, é largo o histórico no Brasil de entrega do patrimônio público por preços subestimados, a exemplo da venda da Vale do Rio Doce e de outras estatais entregues num período que ficou marcado pela Privatária tucana⁸⁰. Não é correto afirmar também que o período em análise (2003 a 2014) se deu por uma agenda anti-privatista, pois é extensa a agenda de concessões feita pelo governo federal neste período. No entanto, diferenças existem, e elas ficam evidentes na disputa que se deu a partir do Golpe de Estado no Brasil, especialmente na polêmica em torno do regime de concessão do pré-sal⁸¹.

Antes de passarmos aos quadros de investimento e de financiamento nos três períodos conformados entre 2003 a 2014 apresentamos dois gráficos que trazem, respectivamente, a evolução dos recursos de financiamento do BNDES e do orçamento de Investimento da União.

Gráfico 17 – Evolução do Financiamento BNDES. Brasil 2003 – 2014



Fonte: BNDES. Acesso em: 02 de dezembro de 2015.

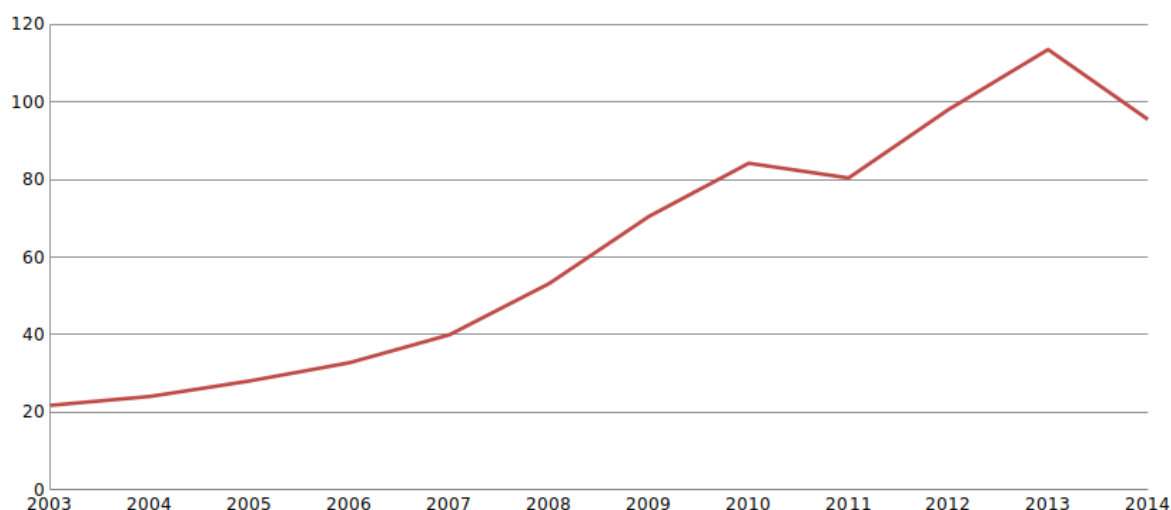
⁷⁹ Existe um aberto interesse de petroleiras norte-americanas pelo controle dos recursos do pré-sal. < <http://www.presalemjogo.com.br/> >. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

⁸⁰ Privatária Tucana foi o nome de um livro em que as mais diversas vendas das empresas nacionais foram retratadas por RIBEIRO NETO (2011).

⁸¹ Ver nota 79.

A partir do gráfico acima podemos observar a evolução do volume de financiamento do BNDES, em se tratando dos recursos direcionados para a economia brasileira⁸². Há uma forte tendência de crescimento verificada, especialmente, a partir do ano de 2007 (45,717 bilhões de reais) que atinge seu auge no ano de 2012, com um volume total de 136,493 bilhões. No total do período, foram R\$ 691.474.936.512 financiados pelo BNDES. A seguir, verificamos o gráfico que retrata a evolução dos recursos da União, em se tratando de seu orçamento de investimento. O gráfico também se mede em bilhões de reais.

Gráfico 18 – Evolução do Orçamento de Investimento da União. Valores executados por ano em bilhões de reais. Brasil 2003-2014



Elaboração própria, fonte Ministério do Planejamento. Acesso em: 22 de julho de 2018.

Verificamos também que o gráfico manifesta a mesma tendência de crescimento, que coincide também no ano de 2007 (39,973 bilhões de reais) e chega em seu auge no ano de 2013, com R\$ 113,469 bilhões. No total do período, foram R\$ 826.232.772.711 em investimentos. Adiante, na exposição dos dados, veremos que os investimentos correspondem à ampliação de infra-estrutura, especialmente no que tange ao investimento em energia, o que de outra parte reforça a condição do país nos quadros do Novo Padrão exportador de especialização produtiva, conforme discutimos ao longo do trabalho⁸³. A seguir, apresentaremos os dados em três períodos distintos, entre os anos de 2003 a 2014.

⁸² No período estudado há uma série de recursos do BNDES que se voltam para financiar projetos no exterior, destacadamente em países da América Latina e da África. Fugiria ao escopo do presente trabalho tal análise.

⁸³ Explicitamos no capítulo anterior que parte expressiva da energia e dos combustíveis são direcionados para alimentar eixos exportadores que constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais.

3.1 PERÍODO DE 2003 A 2007 2003

– Financiamento BNDES

Tabela 8 – Financiamento BNDES – 2003

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% Total
Comércio e Serviços - Agropecuária e Pesca	360.562.148	4%
Comércio e Serviços – Comércio	314.611.621	3%
Comércio e Serviços – Transp Aquaviário	127.445.158	1%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	219.716.000	2%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	5.208.302.694	51%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	1.477.930.600	15%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	522.264.000	5%
Indústria de Transformação – Metalurgia	323.912.780	3%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	765.936.535	8%
Indústria de Transformação – Máq aparelho elétrico	138.208.000	1%
Indústria de Transformação – Produtos alimentícios	174.948.854	2%
Indústria de Transformação – Bebidas	105.421.346	1%
Outras ⁸⁴	397.077.090	4%
TOTAL	10.136.336.826	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2003 foi de R\$ 10.136.336.826 bilhões de reais. A predominância foi do setor de Eletricidade e Gás (Comércio e Serviços), que correspondeu a 51% do total financiado, totalizando R\$ 5.208.302.694 bilhões de reais, seguido pelo setor de Transporte Terrestre (R\$ 1.477.930.660), que correspondeu a 15%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 658.842.404 (6%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$

⁸⁴ **Comércio e Serviços:** Administração Pública, R\$ 64.496.883; Água, esgoto e Lixo: R\$ 11.202.983; Cultura, arte e esporte, R\$ 8.143.554; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 4.122.000; Educação, R\$ 21.426.758; Informática e Comunicação, R\$ 5.562.081; Saúde e Serviço Social, R\$ 26.182.294. **Indústria de Transformação:** Celulose e Papel, R\$ 30.247.818; Madeira, R\$ 25.932.242; Máquinas e Equipamentos, R\$ 1.602.056; Mineral não metálico, R\$ 87.045.281; Produto de Metal, R\$ 7.912.000; Química, R\$ 30.296.679; Têxtil, R\$ 12.266.372; Veículo, Reboque e carroceria, R\$ 60.638.089.

381.566.386 (4%), Industrial foram R\$ 1.522.820.387 (15%), de Insumos Básicos foram R\$ 2.175.947.523 (21%) e de Infra-estrutura foram R\$ 5.397.160.124 (53%).

2003 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 9 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2003⁸⁵

Programa	R\$ Valor (milhares de reais)
Atuação Internacional na Área de Petróleo	1.932.503.078
Corredor Araguaia – Tocantins	6.290.204
Corredor Leste	3.975.273
Corredor Nordeste	6.471.222
Corredor São Francisco	2.849.514
Corredor Transmetropolitano	941.253
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	44.996.911
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool	289.265.408
Energia na Rede Sudeste	1.059.866.939
Energia no Eixo Arco Norte	36.486.628
Energia no Eixo Madeira-Amazonas	176.621.900
Energia no Eixo Sul	378.101.562
Energia nos Eixos do Centro-Oeste	621.894.298
Energia nos Eixos do Nordeste	479.554.862
Gestão da Política de Previdência Social	5.410.450
Integração Elétrica Norte -Sul	637.307.193
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	1.498.960.459
Investimento de Instituições Financeiras em Infra-Estrutura	700.563.809
Luz no Campo	13.118.143
Nacionalização do Material Bélico	3.483.810
Oferta de Petróleo e Gás Natural	8.396.703.977
Pesquisa Aplicada na Área Energética	19.223.635
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo	458.977.388
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	12.745.928
Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo	6.335.746
Qualidade Ambiental	17.730.782
Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural	28.025.279
Repasse levantamento de Itaparica	77.890.113
Refino de Petróleo	3.475.526.645
Serviços Postais	336.495.391
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	1.044.797.616
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	20.440.791
TOTAL	21.793.556.227

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2003 foi R\$ 21.793.556.227. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 8.396.703.977, o equivalente a 39% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia, que correspondeu a aproximadamente correspondeu a 88%.

2004 – Financiamento BNDES

Tabela 10 – Financiamento BNDES 2004

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços - Agropecuária e Pesca	315.214.031	2%
Comércio e Serviços – Adm. Pública	210.935.317	2%
Comércio e Serviços – Água, esgoto e lixo	433.632.070	3%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	233.507.307	2%
Comércio e Serviços –	5.953.806.542	45%

⁸⁵ O orçamento consta do valor autorizado e o efetivamente executado. Os dados levantados diz respeito aos valores executados e foram fornecidos pelo Ministério do Planejamento por meio de solicitação conforme a lei de acesso a informação.

Eletricidade e Gás		
Comércio e Serviços – Telecomunicação	2.055.282.000	16%
Comércio e Serviços – Aquaviário	192.709.048	2%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	1.515.712.000	11%
Indústria de Transformação – Metalurgia	171.585.525	1%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	211.335.511	2%
Indústria de Transformação – Alimentícios	439.809.734	3%
Indústria de Transformação – têxtil	146.306.866	1%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	436.821.981	3%
Outras ⁸⁶	926.132.637	7%
TOTAL	13.242.790.569	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2004 foi de R\$ 13.242.790.569 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁸⁷ de Eletricidade e Gás (Comércio e Serviços), que correspondeu a 45% do total financiado, totalizando R\$ 5.953.806.542 bilhões de reais, seguido pelo setor de Telecomunicação (R\$ 2.055.282.000), que correspondeu a 16%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 749.574.606 (6%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 692.746.270 (5%), Industrial foram R\$ 3.133.715.714 (24%), de Insumos Básicos foram R\$ 2.194.303.166 (17%) e de Infra-estrutura foram R\$ 6.472.450.813 (49%).

2004 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 11 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2004

Programa	Valor (milhares de reais)
----------	---------------------------

⁸⁶ **Comércio e Serviços:** Alojamento e Alimentos: 9.437.784; Artes, Cultura e esporte, R\$ 10.696.883; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 4.383.750; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 687.000; Comércio, R\$ 70.659.425; Construção, R\$ 81.556.000 Educação, R\$ 64.512.571; Informática e Comunicação, R\$ 14.884.950; Outras Atividades e Serviços, R\$ 10.385.000; Saúde e Serviço Social, R\$ 10.385.000; Transporte Terrestre, R\$ 108.322.000. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 43.938.321; Couro, artefato e calçado, R\$ 64.825.000; Equip. Informática, eletrônico, ótico, R\$ 16.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 54.873.000; Máquinas e Equipamentos, R\$ 56.000.000; Mineral não metálico, R\$ 81.025.278; Produto de Metal, R\$ 60.888.750; Química, R\$ 130.494.876.

⁸⁷ Comércio e Serviços: Alojamento e Alimentos, 9.437.784; Artes, Cultura e esporte, R\$ 10.696.883; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 4.383.750; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 687.000; Comércio, R\$ 70.659.425; Construção, R\$ 81.556.000 Educação, R\$ 64.512.571; Informação e Comunicação, R\$ 14.884.950; Outras Atividades e Serviços, R\$ 10.385.000; Saúde e Serviço Social, R\$ 10.385.000; Transporte Terrestre, R\$ 108.322.000. Indústria de Transformação: Borracha e Plástico, R\$ 43.938.321; Couro, artefato e calçado, R\$ 64.825.000; Equip. Informática, eletrônico, ótico, R\$ 16.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 54.873.000; Máquinas e Equipamentos, R\$ 56.000.000; Mineral não metálico, R\$ 81.025.278; Produto de Metal, R\$ 60.888.750; Química, R\$ 130.494.876.

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	792.045.015
Aprimoramento dos Serviços Postais	159.241.193
Atuação Internacional na Área de Petróleo	2.280.976.565
Brasil com Todo Gás	410.264.022
Corredor Araguaia -Tocantins	12.094.941
Corredor Leste	1.236.751
Corredor Nordeste	9.514.323
Corredor Oeste-Norte	1.133.373
Corredor São Francisco	5.857.391
Corredor Transmetropolitano	15.633.637
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	23.375.756
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	17.247.016
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	320.765.638
Eficiência Energética	47.607.325
Refino de Petróleo	2.753.712.109
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	625.662.577
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	2.260.804
Energia na Região Nordeste	627.355.602
Energia na Região Sul	195.309.449
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	943.029.497
Energia na Região Norte	643.548.077
Gestão da Política de Energia	37.874.253
Gestão da Política de Previdência Social	6.850.478
Gestão da Política dos Transportes	497.678
Indústria Petroquímica	1.414.184
Oferta de Petróleo e Gás Natural	11.716.499.435
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	549.266.494
Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo	1.592.802
Produção de Material Bélico	660.000
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	26.910.076
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	1.681.618.917
Energia nos Sistemas Isolados	156.038.631
Energia Alternativa Renovável	5.742.640
Energia Cidadã	60.365.167
TOTAL	24.133.201.816

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2004 foi R\$ 24.133.201.816. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 11.716.499.435, o equivalente a 49% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a aproximadamente 87%.

2005 – Financiamento BNDES

Tabela 12 – Financiamento BNDES 2005

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	218.003.056	1%
Comércio e Serviços – Construção	319.370.000	2%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	3.727.530.134	22%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	1.842.037.994	11%
Comércio e Serviços – Aquaviário	411.344.866	2%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	2.129.695.878	13%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	731.087.081	4%
Indústria de Transformação – Equip Info, Eletrônico, Ótico	256.812.829	2%
Indústria de Transformação – Metalurgia	1.183.312.551	7%
Indústria de Transformação – Máq Aparelho Elétrico	333.603.694	2%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	414.817.048	2%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.587.715.786	9%
Indústria de Transformação – Química	654.854.722	4%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	573.721.397	3%
Indústria de Transformação – Bebidas	620.355.036	4%
Indústria de Transformação – Extrativa	290.000.000	2%
Outras ⁸⁸	1.550.470.812	10%
TOTAL	16.884.732.885	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2005 foi de R\$ 16.884.732.885 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁸⁹ de Eletricidade e Gás (Comércio e

⁸⁸ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.813.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informática e Comunicação, R\$ 71.523.189; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

⁸⁹ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$

Serviços), que correspondeu a 22% do total financiado, totalizando R\$ 3.727.530.134 bilhões de reais, seguido pelo setor de Transporte Terrestre (R\$ 2.129.695.878), que correspondeu a 13%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 476.075.187 (3%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 1.539.436.840 (9%), Industrial foram R\$ 5.202.146.489 (31%), de Insumos Básicos foram R\$ 5.492.147.027 (33%) e de Infra-estrutura foram R\$ 4.174.947.342 (49%).

2005 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 13 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2005

Programa	Valor (milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	565.677.566
Aprimoramento dos Serviços Postais	231.083.564
Atuação Internacional na Área de Petróleo	3.147.509.483
Brasil com Todo Gás	230.453.692
Corredor Araguaia -Tocantins	11.308.784
Corredor Leste	30.781.018
Corredor Nordeste	14.183.418
Corredor Oeste -Norte	130.081
Corredor São Francisco	14.039.339
Corredor Transmetropolitano	12.420.202
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	265.711.690
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	16.759.888
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	458.665.889
Eficiência Energética	35.635.105
Energia Alternativa Renovável	1.767.135
Energia na Região Nordeste	538.915.748
Energia na Região Norte	623.797.638
Energia na Região Sul	273.775.624
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.472.887.379
Energia nos Sistemas Isolados	311.301.171
Gestão da Política de Energia	35.065.346
Gestão da Política dos Transportes	141.750
Indústria Petroquímica	2.996.359
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	1.784.565.995
Luz para Todos	122.591.188
Oferta de Petróleo e Gás Natural	13.361.783.092
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	567.183.541
Produção de Material Bélico	1.400.000
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	26.030.650
Refino de Petróleo	2.372.368.993
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	1.381.282
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	554.464.816
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	493.839
TOTAL	28.087.271.265

18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2005 foi de R\$ 28.087.271.265. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 13.361.783.092, o equivalente a 48% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a aproximadamente 96%.

2006 – Financiamento BNDES

Tabela 14 – Financiamento BNDES 2006

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Água, Esgoto e lixo	350.165.868	1%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	334.110.652	1%
Comércio e Serviços – Comércio	658.855.287	3%
Comércio e Serviços – Construção	289.363.900	1%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	4.878.979.078	19%
Comércio e Serviços – Saúde e Serviço Social	407.721.414	2%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	4.151.898.354	16%
Comércio e Serviços – Aquaviário	424.073.337	2%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	1.768.301.080	7%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	3.939.681.070	15%
Indústria de Transformação – Metalurgia	2.087.312.694	8%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	634.691.339	2%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.401.838.853	6%
Indústria de Transformação – Química	1.684.777.759	7%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	1.157.265.797	4%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	334.933.704	1%

Outras ⁹⁰	1.357.279.617	5%
TOTAL	25.861.249.803	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2006 é de R\$ 25.861.249.803 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁹¹ de Eletricidade e Gás (Comércio e Serviços), que correspondeu a 19% do total financiado, totalizando R\$ 4.878.979.078 bilhões de reais, seguido pelo setor de Telecomunicação (R\$ 4.151.898.354), que correspondeu a 16%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 1.403.465.988 (5%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 1.376.137.785 (5%), Industrial foram R\$ 7.487.478.190 (29%), de Insumos Básicos foram R\$ 11.173.945.166 (43%) e de Infra-estrutura foram R\$ 4.420.222.173 (17%).

2006 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 15 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2006

Programa	Valor (Milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	565.254.924
Aprimoramento dos Serviços Postais	166.126.501
Atuação Internacional na Área de Petróleo	5.945.327.383
Brasil com Todo Gás	455.536.190
Corredor Araguaia -Tocantins	514.054
Corredor Leste	41.973.463
Corredor Nordeste	28.077.517
Corredor Oeste -Norte	42.933
Corredor São Francisco	13.301.777
Corredor Transmetropolitano	8.314.993
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	578.666.851

⁹⁰ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 193.374.279; Administração Pública, R\$ 181.613.352; Alojamento e Alimentos, R\$ 21.563.000; Artes, Cultura e esporte, R\$ 21.003.103; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 30.542.357; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 30.836.519; Educação, R\$ 16.466.024; Informática e Comunicação, R\$ 39.287.361; Outras Atividades e Serviços, R\$ 808.190; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 563.318. **Indústria de Transformação:** Gráfica, R\$ 1.100.000; Borracha e Plástico, R\$ 110.000.000; Couro, artefato e calçado, R\$ 12.492.766; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 122.993.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 174.416.350; Máquinas e Equipamentos, R\$ 24.264.000; Mineral não metálico, R\$ 203.226.753; Produto de Metal, R\$ 35.465.412; Madeira, R\$ 50.748.989; Extrativa, R\$ 82.696.943. Gráfica, R\$ 1.100.000.

⁹¹ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	19.504.757
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	594.739.620
Eficiência Energética	33.544.633
Energia Alternativa Renovável	3.831.916
Energia na Região Nordeste	645.987.573
Energia na Região Norte	319.980.242
Energia na Região Sul	346.310.689
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.189.771.110
Energia nos Sistemas Isolados	356.194.594
Gestão da Política de Energia	32.753.137
Gestão da Política de Previdência Social	9.689.866
Gestão da Política dos Transportes	392.939
Indústria Petroquímica	5.765.982
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	1.584.531.695
Luz para Todos	252.976.094
Oferta de Petróleo e Gás Natural	14.917.055.545
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5.735.969
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	949.557.703
Produção de Material Bélico	1.550.000
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	34.149.053
Refino de Petróleo	3.041.322.541
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	552.953
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	632.599.050
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	39.508.250
TOTAL	32.821.142.497

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2006 foi de R\$ 32.821.142.497. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 14.917.055.545, o equivalente a 45% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 91%, aproximadamente.

2007 – Financiamento BNDES

Tabela 16 – Financiamento BNDES 2007

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Agropecuária e Pesca	568.415.064	1%

Comércio e Serviços – Comércio	938.353.657	2%
Comércio e Serviços – Construção	922.777.315	2%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	8.308.846.841	18%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	4.031.936.369	9%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	8.466.213.577	18%
Indústria de Transformação – Farmoquímico e farmacêutica	518.620.336	1%
Indústria de Transformação – Metalurgia	3.935.235.154	8%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	7.681.089.633	17%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.208.724.967	3%
Indústria de Transformação – Química	1.358.429.680	3%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	676.365.984	1%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	2.523.867.969	5%
Indústria de Transformação – Madeira	602.318.405	1%
Indústria de Transformação – Extrativa	826.958.753	2%
Outras ⁹²	3.894.900.237	8%
TOTAL	46.463.053.938	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2007 é de R\$ 46.463.053.938 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁹³ de Eletricidade e Gás (Comércio e Serviços), que correspondeu a 18% do total financiado, totalizando R\$ 8.308.846.841

⁹² **Comércio e Serviços:** Administração Pública, R\$ 418.506.849; Água, Esgoto e Lixo, R\$ 93.038.910; Alojamento e Alimentos, R\$ 45.208.000; Artes, Cultura e esporte, R\$ 12.573.360; Ativ Aux Transp. Entrega R\$ 120.569.019; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 27.370.000; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 468.680.955; Educação, R\$ 16.960.970; Informática e Comunicação, R\$ 84.921.720; Outras Atividades e Serviços, R\$ 410.208; Saúde e Serviço Social, R\$ 352.225.971; Transp Aquaviário, R\$ 430.595.979; Confeção, Vestuário e Acessário, R\$ 16.446.000 **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 335.723.028; Celulose e Papel, R\$ 171.466.931; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 269.560.049; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 152.483.000; Máquinas e Equipamentos, R\$ 54.705.000; Mineral não metálico, R\$ 451.660.587; Produto de Metal, R\$ 90.049.539; Têxtil, R\$ 94.388.162; Produtos Diversos, R\$ 143.115.000; Móveis, R\$ 44.241.000.

⁹³ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

bilhões de reais, seguido pelo setor de Outros equipamentos de transporte (R\$ 7.681.089.633), que correspondeu a 17%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 1.333.751.845 (3%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 1.160.169.888 (2%), Industrial foram R\$ 11.411.038.187 (25%), de Insumos Básicos foram R\$ 22.921.047.913 (49%) e de Infra-estrutura foram R\$ 9.604.329.204 (21%). Meio ambiente 32.716.900 (0%).

2007 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 17 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2007

Programa	Valor (Milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	572.461.474
Aprimoramento dos Serviços Postais	141.865.376
Atuação Internacional na Área de Petróleo	6.743.038.405
Brasil com Todo Gás	691.501.915
Corredor Araguaia -Tocantins	637.349
Corredor Leste	24.562.005
Corredor Nordeste	28.666.211
Corredor Oeste -Norte	30.000
Corredor São Francisco	24.399.962
Corredor Transmetropolitano	17.524.667
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	514.644.624
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	22.857.410
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	502.608.075
Eficiência Energética	55.517.598
Energia Alternativa Renovável	50.286.152
Energia na Região Nordeste	590.513.760
Energia na Região Norte	260.896.252
Energia na Região Sul	482.447.250
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.243.408.693
Energia nos Sistemas Isolados	304.240.132
Gestão da Política de Energia	39.784.771
Gestão da Política de Previdência Social	7.347.208
Gestão da Política dos Transportes	4.113.529
Indústria Petroquímica	12.405.187
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.043.431.691
Luz para Todos	227.774.419
Oferta de Petróleo e Gás Natural	18.147.528.022
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.044.706.447
Produção de Material Bélico	4.473.395
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	37.996.082
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.789.441
Refino de Petróleo	4.717.090.108
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	1.568.306
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	360.255
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	1.207.048.638
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	202.644.481

TOTAL	39.973.169.290
--------------	-----------------------

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2007 foi R\$ 39.973.169.290. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 18.147.528.022, o equivalente a 45% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 92%, aproximadamente.

Analisando o período de 2003 a 2007 chegamos aos seguintes dados: O total financiado pelo BNDES no período foi de R\$ 112.588.163.971, sendo que o setor predominante foi o setor de Eletricidade e gás que teve um total de R\$ 28.077.465.289 em financiamento. Neste período, na média 4,6% do financiamento direcionou-se para a área de Infra-estrutura Social, 5% para Agropecuária e Inclusão Social, 24,8% na área Industrial, 32,6% na área de Insumos Básicos e 37,8% na área de Infra-estrutura.

Do total financiado no período estudado (R\$ 691 bilhões, considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos financiados neste período de 2003 a 2007 representaram aproximadamente 16% do valor total, o que denota um papel mais tímido do BNDES neste período, tendência que se inverte no pós crise de 2008, conforme veremos adiante. É possível constatar também que no período de 2003 a 2007 a área industrial teve maior participação (24,8%), se comparada aos períodos posteriores, sendo que a área de Infra-estrutura social teve uma participação muito reduzida (4,6%), tendência que também se altera no período pós-crise.

Já no que se refere aos Investimentos, o total do período ficou em R\$ 146.808.341.095, sendo que o setor predominante foi o de energia, com aproximadamente 91% do total dos recursos investidos. Do total investido no período estudado (R\$ 826.232.772.711, considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos investidos neste período de 2003 a 2007 representou 17,8% do valor total, sendo verificado uma elevação substancial no período pós crise, acelerando sua tendência de crescimento.

3.2 PERÍODO DE 2008 A 2010

2008 – Financiamento BNDES

Tabela 18 – Financiamento BNDES 2008

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Agropecuária e Pesca	664.456.120	2%
Comércio e Serviços – Adm Pública	644.862.841	2%
Comércio e Serviços – Água, Esgoto e Lixo	1.095.768.915	3%
Comércio e Serviços – Comércio	1.097.915.756	3%
Comércio e Serviços – Construção	1.466.015.633	4%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	11.319.038.463	28%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	1.669.303.311	4%
Comércio e Serviços – Aquaviário	845.424.954	2%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	1.755.647.108	4%
Indústria de Transformação – Metalurgia	3.171.549.871	8%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	449.039.620	1%
Indústria de Transformação – Alimentícios	2.667.658.674	6%
Indústria de Transformação – Química	968.403.161	2%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	862.030.358	2%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	2.218.770.086	5%
Indústria de Transformação – Extrativa	6.970.674.665	17%
Outras ⁹⁴	3.151.755.711	7%
TOTAL	41.018.315.247	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2008 é de R\$ 41.018.315.247 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁹⁵ de Eletricidade e Gás (Comércio e

⁹⁴ **Comércio e Serviços:** Alojamento e Alimentos, R\$ 5.479.398; Artes, Cultura e esporte, R\$ 26.200.749; Ativ Aux Transp. Entrega R\$ 402.432.728; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 20.640.000; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 86.562.280; Educação, R\$ 30.015.014; Informática e Comunicação, R\$ 289.797.695; Outras Atividades e Serviços, R\$ 24.994.932; Saúde e Serviço Social, R\$ 70.919.619; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 83.044.000 **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 139.000.000; Celulose e Papel, R\$ 74.821.000; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 245.915.898; artefato e calçado, R\$ 324.142.000; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 6.117.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 141.086.041; Máquinas e Equipamentos, R\$ 120.174.973; Mineral não metálico, R\$ 119.859.671; Produto de Metal, R\$ 96.191.529; Têxtil, R\$ 227.031.775; Produtos Diversos, R\$ 4.876.299; Bebidas, R\$ 223.388.800; Madeira, R\$ 203.008.532;

Serviços), que correspondeu a 28% do total financiado, totalizando R\$ 11.319.038.463 bilhões de reais, seguido pelo setor de Indústria de Transformação Extrativa (R\$ 6.970.674.665), que correspondeu a 17%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 4.954.538.165 (12%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 1.915.399.595 (5%), Industrial foram R\$ 10.399.384.427 (25%), de Insumos Básicos foram R\$ 12.161.919.833 (30%) e de Infra-estrutura foram R\$ 11.539.096.481 (28%). Tiveram ainda projetos em Meio Ambiente (R\$ 35.225.359), Área de estruturação de Projeto (R\$ 3.391.800) e Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 9.359.587).

2008 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 19 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2008

Programa	Valor (Milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	878.697.123
Aprimoramento dos Serviços Postais	124.064.682
Atuação Internacional na Área de Petróleo	5.749.311.437
Brasil com Todo Gás	2.629.387.336
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	361.800
Desenvolvimento da Agroenergia	256.717.457
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	351.256.790
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	40.037.802
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Outros Combustíveis	498.731.549

⁹⁵ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Fardoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Eficiência Energética	101.091.757
Energia Alternativa Renovável	1.785.775
Energia na Região Nordeste	733.934.371
Energia na Região Norte	189.727.887
Energia na Região Sul	849.061.083
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.784.136.469
Energia nos Sistemas Isolados	275.937.722
Gestão da Política de Energia	31.513.107
Gestão da Política de Previdência Social	23.306.211
Indústria Petroquímica	158.700.684
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.300.806.178
Luz para Todos	200.042.352
Oferta de Petróleo e Gás Natural	24.268.132.194
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.555.812.689
Produção de Material Bélico	360.206
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	39.495.224
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.134.089
Refino de Petróleo	8.221.006.795
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	7.812.452
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	6.095.970
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	1.792.693.747
Vetor Logístico Amazônico	231.501
Vetor Logístico Centro-Norte	6.937.412
Vetor Logístico Centro-Sudeste	60.063.356
Vetor Logístico Leste	71.959.791
Vetor Logístico Nordeste Meridional	14.451.080
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	17.773.889
TOTAL	53.243.569.967

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2008 foi R\$ 53.243.569.967. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 24.268.132.194, o equivalente a 46% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 93%, aproximadamente.

2009 – Financiamento BNDES

Tabela 20 – Financiamento BNDES 2009

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Adm Pública	5.524.943.652	6%
Comércio e Serviços – Ativ Financeira e Seguro	2.474.746.044	3%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	2.965.223.259	3%
Comércio e Serviços – Comércio	1.805.702.452	2%
Comércio e Serviços – Construção	1.246.450.064	1%
Comércio e Serviços –	24.219.470.854	24%

Eletricidade e Gás		
Comércio e Serviços – Telecomunicação	4.204.204.000	4%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	10.655.292.052	11%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	1.581.470.942	2%
Indústria de Transformação – Metalurgia	2.495.028.373	3%
Indústria de Transformação – mineral não metálico	1.046.061.045	1%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	2.358.597.692	2%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.979.197.076	2%
Indústria de Transformação – Química	3.456.650.290	3%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	1.171.740.526	1%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	23.070.482.216	23%
Indústria de Transformação – Extrativa	2.903.000.662	3%
Outras ⁹⁶	5.721.781.390	6%
TOTAL	98.880.042.582	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2009 é de R\$ 98.880.042.582 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁹⁷ de Eletricidade e Gás (Comércio e Serviços), que correspondeu a 24 % do total financiado, totalizando R\$ 24.219.470.854 bilhões de reais, seguido pelo setor de Indústria de Transformação Coque, Petróleo e Combustível (R\$ 23.070.482.216), que correspondeu a 23%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 7.453.226.176 (8%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 4.054.174.175 (4%), Industrial foram R\$ 14.704.542.201

⁹⁶ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 426.340.842; Água, Esgoto e Lixo, R\$ 724.092.944; Artes, Cultura e esporte, R\$ 78.774.544; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 422.273.509; Educação, R\$ 25.000.000; Informática e Comunicação, R\$ 255.570.292; Outras Atividades e Serviços, R\$ 54.352.684; Saúde e Serviço Social, R\$ 401.591.093; Transp. Aéreo, R\$ 403.563. 816; Transp Aquaviário, R\$ 733.289.941; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 100.000.000; **Indústria de Transformação:** Gráfica, R\$ 12.653.639; Borracha e Plástico, R\$ 29.675.999; Couro, artefato e calçado, R\$ 113.000.000; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 47.115.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 92.085.100; Máquinas e Equipamentos, R\$ 189.599.662; Produto de Metal, R\$ 57.518.699; Têxtil, R\$ 731.590.590; Produtos Diversos, R\$ 7.606.000; Bebidas, R\$ 710.537.038 Madeira, R\$ 103.550.000.

⁹⁷ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

(15%), de Insumos Básicos foram R\$ 40.928.772.162 (41%) e de Infra-estrutura foram R\$ 31.309.568.780 (32%). Tiveram ainda projetos em Área de estruturação de Projeto (R\$ 23.625.319), Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 2.569.961) e de Comércio Exterior (R\$ 403.563.816).

2009 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 21 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2009

Programa	Valor (Milhares de reais)
Aprimoramento dos Serviços Postais	179.756.293
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.730.894.647
Brasil com Todo Gás	5.708.608.973
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	774.650
Desenvolvimento da Agroenergia	203.442.106
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	360.250.904
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	25.452.256
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	587.879.996
Eficiência Energética	79.205.579
Energia Alternativa Renovável	2.217.645
Energia na Região Nordeste	1.010.086.017
Energia na Região Norte	273.259.514
Energia na Região Sul	1.001.492.814
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.734.476.455
Energia nos Sistemas Isolados	557.397.730
Gestão da Política de Energia	47.210.767
Gestão da Política de Previdência Social	98.635.290
Indústria Petroquímica	2.117.931.826
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.890.449.477
Luz para Todos	317.896.599
Oferta de Petróleo e Gás Natural	29.720.964.740
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2.032.267.723
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	225.224.116
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	1.647.900
Refino de Petróleo	12.503.500.894
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	9.603.325
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	6.723.553
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	2.929.863.033
Vetor Logístico Amazônico	450.573
Vetor Logístico Centro Norte	27.606.128

Vetor Logístico Leste	43.315.858
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	43.855.592
Vetor Logístico Nordeste Meridional	12.285.386
Vetor Logístico Centro-Sudeste	52.746.000
TOTAL	70.537.374.359

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2009 foi R\$ 70.537.374.359. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 29.720.964.740, o equivalente a 42% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 93%, aproximadamente.

2010 – Financiamento BNDES

Tabela 22 – Financiamento BNDES 2010

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Agropecuária e Pesca	605.369.139	1%
Comércio e Serviços – Adm Pública	9.637.933.179	16%
Comércio e Serviços – Água, Esgoto e Lixo	881.460.535	2%
Comércio e Serviços – Artes, Cultura e esporte	1.558.197.978	3%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	3.899.331.947	6%
Comércio e Serviços – Ativ Financeira e Seguro	2.679.757.271	5%
Comércio e Serviços – Imobiliária, Profissional e Adm	1.413.632.134	2%
Comércio e Serviços – Comércio	1.841.229.494	3%
Comércio e Serviços – Construção	2.273.330.999	4%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	7.370.642.163	12%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	716.864.000	1%
Comércio e Serviços – Aquaviário	1.587.930.772	3%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	1.904.830.757	3%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	2.418.993.322	4%

Indústria de Transformação – Metalurgia	2.374.083.362	4%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	8.527.542.013	14%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.307.538.538	2%
Indústria de Transformação – Química	1.424.709.490	2%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	1.422.965.451	2%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	2.821.757.657	5%
Outras ⁹⁸	2.797.390.649	5%
TOTAL	59.465.490.849	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2010 é de R\$ 59.465.490.849 bilhões de reais. A predominância foi do setor⁹⁹ de Administração Pública, que correspondeu a 16 % do total financiado, totalizando R\$ 9.637.933.179 bilhões de reais, seguido pelo setor de Outros equipamentos de transporte (R\$ 8.527.542.013), que correspondeu a 14%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 14.346.708.686 (24%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 4.435.967.234 (7%), Industrial foram R\$ 10.575.488.750 (18%), de Insumos Básicos foram R\$ 18.443.625.105 (31%) e de Infra-estrutura foram R\$ 11.463.295.024 (19%). Tiveram ainda projetos na Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 233.809) e de Meio Ambiente (R\$ 200.172.240).

2010 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 23 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2010

⁹⁸ **Comércio e Serviços:** Alojamento e Alimentos, R\$ 114.645.000; Educação, R\$ 29.237.685; Informática e Comunicação, R\$ 61.015.144; Outras Atividades e Serviços, R\$ 73.320.470; Saúde e Serviço Social, R\$ 39.444.937; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 34.926.783. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 105.100.000; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 252.247.226; Couro, artefato e calçado, R\$ 46.183.000; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 209.551.629; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 86.461.900; Máquinas e Equipamentos, R\$ 452.992.486; Mineral não metálico, R\$ 436.090.684; Produto de Metal, R\$ 59.954.951; Têxtil, R\$ 95.000.000; Produtos Diversos, R\$ 13.329.960; Bebidas, R\$ 190.842.000; Móveis, R\$ 7.500.000. Extrativa, R\$ 310.022.794, Madeira, R\$ 179.524.000.

⁹⁹ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Programa	Valor (Milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.254.589.581
Aprimoramento dos Serviços Postais	183.169.722
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.700.972.155
Brasil com Todo Gás	4.072.561.116
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	2.735.214
Desenvolvimento da Agroenergia	68.376.838
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	531.953.758
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	29.016.970
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	799.075.716
Eficiência Energética	109.625.105
Energia Alternativa Renovável	10.126.040
Energia na Região Nordeste	918.086.935
Energia na Região Norte	395.517.688
Energia na Região Sul	1.065.003.248
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.041.901.895
Energia nos Sistemas Isolados	355.623.165
Gestão da Política de Energia	48.533.190
Gestão da Política de Previdência Social	96.129.664
Indústria Petroquímica	3.459.206.682
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.985.606.103
Luz para Todos	629.435.694
Oferta de Petróleo e Gás Natural	35.870.205.149
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.786.852.222
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	244.278.868
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.078.591
Refino de Petróleo	18.581.047.805
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	28.555.985
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	13.758.074
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	3.597.315.645
Vetor Logístico Amazônico	2.022.926
Vetor Logístico Centro Norte	23.711.540
Vetor Logístico Leste	17.803.263
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	103.885.164
Vetor Logístico Nordeste Meridional	6.029.736
Vetor Logístico Centro-Sudeste	130.352.010
TOTAL	84.165.143.457

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2010 foi R\$ 84.165.143.457. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 35.879.205.149, o equivalente a 43% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 93%, aproximadamente.

Analisando o período de 2008 a 2010 chegamos aos seguintes dados. O total financiado pelo BNDES foi de R\$ 199.363.848.678, sendo que o setor predominante foi o de Eletricidade e gás que teve um total de R\$ 42.909.151.480 em financiamento. Neste período, na média 14,7% do financiamento direcionou-se para a área de Infra-estrutura

Social, 5,3% para Agropecuária e Inclusão Social, 19,3% na área Industrial, 34% na área de Insumos Básicos e 26,3% na área de Infra-estrutura.

Do total financiado no período estudado (R\$ 691 bilhões, considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos financiados neste período de 2008 a 2010 representaram aproximadamente 29% do valor total, o que denota um papel mais expressivo do BNDES neste período, o que confirma seu papel de agente ativo no contexto das medidas anticíclicas tomadas para combater os efeitos da crise de 2008. É possível constatar também que no período de 2008 a 2010 a área industrial teve sua participação reduzida participação (19,3%), trata-se da menor de todo o período. Já a área de Infra-estrutura social teve sua participação elevada (14,7%), o que confirma a constatação de Carneiro (2010) sobre o papel ativo desta área (a exemplo dos financiamentos dos setores de habitação e saneamento) no combate à crise.

Já no que se refere aos Investimentos, o total do período ficou em R\$ 207.946.087.783, sendo que o setor predominante foi o de energia, com aproximadamente 93% do total dos recursos investidos. Do total investido no período estudado (R\$ 826.232.772.711), considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos investidos neste período de 2008 a 2010 representou aproximadamente 25,2% do valor total, o que denota que o investimento apresenta uma alteração substancial no período pós crise, crescendo de maneira expressiva em relação ao período anterior.

3.3 PERÍODO DE 2011 A 2014

2011 – Financiamento BNDES

Tabela 24 – Financiamento BNDES 2011

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Adm Pública	1.550.044.518	2%
Comércio e Serviços – Artes, Cultura e esporte	1.946.684.138	3%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	5.681.745.033	8%
Comércio e Serviços – Ativ Financeira e Seguro	3.126.321.516	5%
Comércio e Serviços – Imobiliária, Profissional e Adm	1.380.643.847	2%
Comércio e Serviços – Comércio	2.100.670.136	3%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	22.232.635.431	34%
Comércio e Serviços – Saúde e Serviço Social	952.153.836	1%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	4.215.217.000	6%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	2.701.288.597	4%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	3.297.900.577	5%
Indústria de Transformação – Metalurgia	1.836.343.748	3%
Indústria de Transformação – mineral não metálico	1.764.413.948	3%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	3.242.335.974	5%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.252.700.300	2%
Indústria de Transformação – Química	1.561.715.352	2%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	1.279.923.467	2%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	1.437.195.319	2%
Indústria de Transformação – Bebidas	1.827.726.287	3%
Indústria de Transformação – Extrativa	896.045.803	1%
Outras ¹⁰⁰	2.779.767.844	4%

¹⁰⁰ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 249.245.206; Água, Esgoto e Lixo, R\$ 333.778.907; Alojamento e Alimentos, R\$ 70.398.024; Construção, R\$ 168.716.751; Educação, R\$ 20.036.672; Informática e Comunicação, R\$ 256.884.465; Outras Atividades e Serviços, R\$ 46.399.791; Transp Aquaviário, R\$ 57.913.330; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 24.880.000; **Indústria de Transformação:** Gráfica, R\$ 10.365.916; Borracha e Plástico, R\$ 373.010.388; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 2.873.735; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 1.009.000; Info, Eletrônico, Ótico, R\$ 11.491.928; Farmacêutico, R\$ 365.300.485; Máquinas e Equipamentos, R\$ 52.598.746;

TOTAL	67.062.463.674	100%
-------	----------------	------

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2011 é de R\$ 67.062.463.674 bilhões de reais. A predominância foi do setor¹⁰¹ de Eletricidade e Gás, que correspondeu a 34 % do total financiado, totalizando R\$ 22.232.635.431 bilhões de reais, seguido pelo setor de Aux Transporte Entrega (R\$ 5.681.745.033), que correspondeu a 9%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 5.896.662.127 (9%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 687.361.250 (1%), Industrial foram R\$ 16.864.630.752 (25%), de Insumos Básicos foram R\$ 14.027.339.362 (21%) e de Infra-estrutura foram R\$ 29.315.708.782 (19%). Tiveram ainda projetos na Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 4.938.090), Meio Ambiente (R\$ 254.163.511), estruturação de projetos (R\$ 11.659.801).

2011 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 25 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2011

Programa	Valor (Milhares de reais)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.254.985.870
Aprimoramento dos Serviços Postais	149.054.934
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.456.489.882
Brasil com Todo Gás	2.156.315.149
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	562.219
Desenvolvimento da Agroenergia	21.233.288
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	694.594.514
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	21.961.432
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Outros Combustíveis	878.650.567
Eficiência Energética	107.910.592
Energia Alternativa Renovável	62.846.853
Energia na Região Nordeste	905.674.124
Energia na Região Norte	1.098.316.860

Produto de Metal, R\$ 7.161.500; Têxtil, R\$ 599.378.000; Móveis, R\$ 21.050.000; Madeira, R\$ 107.275.000

¹⁰¹ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Energia na Região Sul	892.093.344
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.722.868.183
Energia nos Sistemas Isolados	317.344.679
Gestão da Política de Energia	31.831.300
Gestão da Política de Previdência Social	16.600.458
Inclusão Digital	57.437.744
Indústria Petroquímica	3.274.454.740
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.541.374.609
Luz para Todos	444.744.886
Oferta de Petróleo e Gás Natural	32.940.706.052
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2.060.297.996
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	202.287.328
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.600.903
Refino de Petróleo	2.0713.939.428
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	10.825.038
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	66.038.148
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	2.988.159.517
Vetor Logístico Amazônico	1.237.924
Vetor Logístico Centro Norte	79.459.502
Vetor Logístico Leste	22.265.735
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	139.740.914
Vetor Logístico Nordeste Meridional	613.678
Vetor Logístico Centro-Sudeste	34.345.237
TOTAL	80.369.863.627

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2011 foi R\$ 80.369.863.627. O programa destacado foi de Oferta de Petróleo e Gás Natural, que totalizou R\$ 32.940.706.052, o equivalente a 41% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 93%, aproximadamente.

2012 – Financiamento BNDES

Tabela 26 – Financiamento BNDES 2012

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Agropecuária e Pesca	2.329.473.677	2%
Comércio e Serviços – Adm	26.360.589.448	19%

Pública		
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	7.174.811.068	5%
Comércio e Serviços – Construção	1.949.754.513	1%
Comércio e Serviços – Educação	2.089.516.143	2%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	39.731.198.816	29%
Comércio e Serviços – Informática e Comunicação	2.308.826.038	2%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	7.757.564.658	6%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	4.526.364.290	3%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	4.314.165.294	3%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	4.671.199.901	3%
Indústria de Transformação – Alimentícios	2.321.441.304	2%
Indústria de Transformação – Química	4.732.157.931	3%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	4.381.520.400	3%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	8.725.927.000	6%
Indústria de Transformação – Extrativa	3.620.612.757	3%
Outras ¹⁰²	9.586.101.909	7%
TOTAL	136.581.825.205	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2012 é de R\$ 136.581.825.205 bilhões de reais. A predominância foi do setor¹⁰³ de Eletricidade e Gás, que correspondeu a 29 % do total financiado, totalizando R\$ 29.731.198.816 bilhões de

¹⁰² **Comércio e Serviços:** Água, Esgoto e Lixo, R\$ 867.897.516; Alojamento e Alimentos, R\$ 412.846.882; Artes, Cultura e esporte, R\$ 99.010.899; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 220.471.950; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 946.523.983; Comércio, R\$ 975.178.080; Construção, R\$ 975.178.080 Outras Atividades e Serviços, R\$ 18.543.876; Saúde e Serviço Social, R\$ 533.480.884; Transp. Aéreo, R\$ 102.744.000; Transp Aquaviário, R\$ 122.807.311; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 30.591.000 **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 383.193.000; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 192.660.000; Equip. Informática, Eletrônico, ótico, R\$ 356.507.400; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 105.407.161; Máquinas e Equipamentos, R\$ 686.344.386; Metalurgia, R\$ 1.284.750.338; Mineral não metálico, R\$ 803.467.843; Têxtil, R\$ 150.750.000; Produtos Diversos, R\$ 15.292.400; Bebidas, R\$ 1.015.235.000; Madeira, R\$ 262.398.000;

¹⁰³ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

reais, seguido pelo setor de Administração pública (R\$ 26.360.589.448), que correspondeu a 19%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 30.532.843.816 (22%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 2.541.276.630 (2%), Industrial foram R\$ 21.725.708.620 (16%), de Insumos Básicos foram R\$ 30.684.374.305 (22%) e de Infra-estrutura foram R\$ 50.962.926.426 (37%). Tiveram ainda projetos na Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 8.539.196) e Meio Ambiente (R\$ 126.156.215).

2012 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 27 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2012

Programa	Valor (Milhares de reais)
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1.925
Aviação Civil	1.132.962.996
Combustíveis	32.106.702.526
Comunicações para o desenvolvimento, a inclusão e a democracia	135.151.312
Desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária	759.364
Desenvolvimento produtivo	3.125.375.134
Energia Elétrica	6.104.175.267
Energia na Região Norte	23.882.166
Energia na Região Sul	41.778.776
Petróleo e Gás	48.720.979.991
Política Nacional de Defesa	51.589.591
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas estatais federais	4.406.561.742
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de instituições financeiras oficiais federais	1.590.498.544
Programa Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	144.652.307
Transporte Marítimo	382.938.384
TOTAL	97.968.010.025

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2012 foi R\$ 97.968.010.025. O programa destacado foi de Petróleo e Gás, que totalizou R\$ 48.720.979.991, o equivalente a 50% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 89%, aproximadamente.

2013 – Financiamento BNDES

Tabela 28 – Financiamento BNDES 2013

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Agropecuária e Pesca	2.033.175.442	2%
Comércio e Serviços – Adm Pública	16.027.053.084	16%
Comércio e Serviços – Água, Esgoto e Lixo	2.420.922.427	2%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	7.613.794.027	8%
Comércio e Serviços – Ativ Financeira e Seguro	3.321.522.400	3%
Comércio e Serviços – Imobiliária, Profissional e Adm	1.089.807.339	1%
Comércio e Serviços – Comércio	2.058.422.153	2%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	17.034.396.453	17%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	5.898.619.470	6%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	6.765.546.640	7%
Indústria de Transformação – Farmoquímica e Farmacêutica	1.411.531.202	2%
Indústria de Transformação – Metalurgia	1.108.134.767	1%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	11.544.834.691	12%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.500.176.861	2%
Indústria de Transformação – Química	1.633.844.000	2%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	3.523.409.601	4%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	3.130.650.870	3%
Indústria de Transformação – Extrativa	2.890.655.500	3%
Outras ¹⁰⁴	6.733.615.054	6%
TOTAL	97.740.131.981	100%

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2013 é de R\$ 97.740.131.981

bilhões de reais. A predominância foi do setor¹⁰⁵ de Eletricidade e Gás, que

¹⁰⁴ **Comércio e Serviços:** Alojamento e Alimentos, R\$ 269.456.372; Artes, Cultura e esporte, R\$ 454.236.096; Construção, R\$ 945.257.288; Educação, R\$ 158.467.537; Informática e Comunicação, R\$ 905.492.803; Outras Atividades e Serviços, R\$ 135.178.727; Saúde e Serviço Social, R\$ 395.385.378; Transp Aquaviário, R\$ 42.317.274; Confecção, Vestuário e Acessário, R\$ 136.597.869; Organismos Internacionais, R\$ 23.693.641. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 198.622.000; Celulose e Papel, R\$ 779.140.485; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 73.158.698; Couro, artefato e calçado, R\$ 55.775.043; Equip. Info, Eletrônico, ótico, R\$ 341.422.446; Máquinas e Equipamentos, R\$ 529.597.030; Mineral não metálico, R\$ 750.385.516; Têxtil, R\$ 5.622.000; Produtos Diversos, R\$ 5.600.000; Bebidas, R\$ 262.899.970; Móveis, R\$ 110.774.753; Madeira, R\$ 6.486.000; Produto de Metal, R\$ 148.048.128.

¹⁰⁵ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$

correspondeu a 17% do total financiado, totalizando R\$ 17.034.396.453 bilhões de reais, seguido pelo setor de Administração pública R\$ (16.027.053.084), que correspondeu a 16%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 24.961.545.348 (26%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 2.204.191.593 (2%), Industrial foram R\$ 23.231.477.152 (24%), de Insumos Básicos foram R\$ 20.361.948.400 (21%) e de Infra-estrutura foram R\$ 26.381.216.283 (27%). Tiveram ainda projetos na Área de Pesquisa e acompanhamento econômico (R\$ 1.357.319), Meio Ambiente (R\$ 586.125.546), Planejamento (R\$ 5.744.046) e Internacional (6.496.294).

2013 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 29 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2013

Programa	Valor (Milhares de reais)
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	2.292.637
Aviação Civil	1.468.800.744
Combustíveis	29.962.548.861
Comunicações para o desenvolvimento, a inclusão e a democracia	280.531.792
Desenvolvimento produtivo	3.879.574.432
Energia Elétrica	7.840.367.870
Petróleo e Gás	63.253.896.169
Política Nacional de Defesa	34.042.215
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas estatais federais	4.449.100.454
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de instituições financeiras oficiais federais	1.803.902.040
Programa Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	33.857.583
Transporte Marítimo	460.771.061
TOTAL	113.469.685.858

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2013 foi R\$ 113.469.685.858. O programa destacado foi de Petróleo e Gás, que totalizou R\$ 63.253.896.169, o equivalente a 56% do recurso total investido. Em termos de despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 89%, aproximadamente.

2014 – Financiamento BNDES

Tabela 30 – Financiamento BNDES 2014

Ramo/Gênero de Atividade	Valor Contratado (Milhares de Reais)	% total
Comércio e Serviços – Adm Pública	3.389.328.216	4%
Comércio e Serviços – Água, Esgoto e Lixo	1.506.105.817	2%
Comércio e Serviços – Aux Transporte Entrega	11.307.916.293	14%

Comércio e Serviços – Imobiliária, Profissional e Adm	1.101.787.085	2%
Comércio e Serviços – Comércio	5.497.285.185	7%
Comércio e Serviços – Construção	4.515.389.459	6%
Comércio e Serviços – Eletricidade e Gás	16.158.114.256	20%
Comércio e Serviços – Informática e Comunicação	957.398.764	1%
Comércio e Serviços – Telecomunicação	1.095.625.560	1%
Comércio e Serviços – Aquaviário	980.351.984	1%
Comércio e Serviços – Transp. Aéreo	1.106.000.000	1%
Comércio e Serviços – Transp Terrestre	9.356.623.918	12%
Indústria de Transformação – Celulose e Papel	3.778.618.000	5%
Indústria de Transformação – Outros equip transporte	1.715.077.768	2%
Indústria de Transformação – Alimentícios	1.656.594.039	2%
Indústria de Transformação – Química	1.591.308.823	2%
Indústria de Transformação – veículos, reboque e carroceria	1.401.994.000	2%
Indústria de Transformação – Bebidas	1.162.290.400	1%
Indústria de Transformação – Coque, Petróleo e combustível	2.055.263.628	3%
Indústria de Transformação – Extrativa	2.868.957.000	5%
Outras ¹⁰⁶	6.042.472.810	8%

¹⁰⁶ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 548.911.389; Alojamento e Alimentos, R\$ 130.427.000; Artes, Cultura e esporte, R\$ 83.905.678; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 298.053.036; Educação, R\$ 125.605.037; Outras Atividades e Serviços, R\$ 115.749.941; Saúde e Serviço Social, R\$ 406.115.068; Confeção, Vestuário e Acessário, R\$ 79.702.000 **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 139.357.024; Máq, Aparelho Elétrico, R\$ 144.854.000; Equip. Info, Eletrônico, ótico, R\$

TOTAL	78.138.503.003	100%
--------------	-----------------------	-------------

Fonte BNDES. Elaboração própria

O total dos financiamentos do BNDES neste ano de 2014 é de R\$ 78.138.503.003 bilhões de reais. A predominância foi do setor¹⁰⁷ de Eletricidade e Gás, que correspondeu a 20 % do total financiado, totalizando R\$ 16.158.114.256 bilhões de reais, seguido pelo setor de Auxílio de Transporte de Entrega R\$ (11.307.916.293), que correspondeu a 14%. Do valor total, para a área de Infraestrutura social foram destinados R\$ 15.112.292.165 (19%), Agropecuária e de Inclusão Social foram R\$ 2.592.313.376 (3%), Industrial foram R\$ 14.994.167.958 (19%), de Insumos Básicos foram R\$ 12.041.533.618 (15%) e de Infra-estrutura foram R\$ 32.785.386.998 (42%). Tiveram ainda projetos na Área de estruturação de projetos (R\$ 10.733.228) e Meio Ambiente (R\$ 602.075.660).

2014 – Orçamento de Investimento da União

Tabela 31 – Orçamento de Investimento da União – Valor Realizado 2014

Programa	Valor (Milhares de reais)
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	49.751.846
Aviação Civil	1.366.027.909
Combustíveis	19.386.209.077
Comunicações para o desenvolvimento, a inclusão e a democracia	775.248.196
Desenvolvimento produtivo	2.112.182.114
Energia Elétrica	6.597.643.803
Petróleo e Gás	58.201.659.736
Política Nacional de Defesa	58.483.109
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas estatais federais	4.633.043.747
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de instituições financeiras oficiais federais	1.805.787.651
Programa Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	26.732.605

130.323.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 519.897.607; Máquinas e Equipamentos, R\$ 618.440.443; Metalurgia, R\$ 752.654.144; Mineral não metálico, R\$ 300.845.000; Produto de Metal, R\$ 71.101.842; Têxtil, R\$ 329.490.001; Produtos Diversos, R\$ 15.594.600; Madeira, R\$ 125.446.000.

¹⁰⁷ **Comércio e Serviços:** Agropecuária e Pesca, R\$ 96.941.259; Administração Pública, R\$ 123.763.201; Água, Esgoto e lixo, R\$ 61.998.400; Alojamento e Alimentos, R\$ 83.313.650; Artes, Cultura e esporte, R\$ 13.015.625; Atividade Financeira e Seguro, R\$ 16.041.500; Ativ Imobil, Profissional e Adm, R\$ 136.593.072; Comércio, R\$ 162.484.000; Educação, R\$ 126.945.045; Informação e Comunicação, R\$ 71.523.119; Outras Atividades e Serviços, R\$ 1.428.011; Saúde e Serviço Social, R\$ 8.913.573. **Indústria de Transformação:** Borracha e Plástico, R\$ 76.779.595; Couro, artefato e calçado, R\$ 18.000.000; Farmoquímico, farmacêutico, R\$ 99.712.546; Máquinas e Equipamentos, R\$ 137.630.000; Mineral não metálico, R\$ 25.103.351; Produto de Metal, R\$ 93.754.206; Têxtil, R\$ 76.787.184; Produtos Diversos, R\$ 9.000.000; Coque, petróleo e combustível. 65.643.000; Madeira, R\$ 75.186.405; Móveis, R\$ 9.414.000.

Transporte Marítimo	492.871.073
TOTAL	95.505.640.866

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

O total investido no ano de 2014 foi R\$ 95.505.640.866. O programa destacado foi de Petróleo e Gás, que totalizou R\$ 58.201.659.736, o equivalente a aproximadamente 61% do recurso total investido. Em se tratando da despesa por função o setor predominante foi de energia e correspondeu a 88%, aproximadamente.

Analisando o período de 2011 a 2014 chegamos aos seguintes dados. O total financiado pelo BNDES foi de R\$ 379.522.923.863, sendo que o setor predominante foi o de Eletricidade e gás que teve um total de R\$ 85.160.344.956 em financiamento. Neste período, na média 18,5% do financiamento direcionou-se para a área de Infra-estrutura Social, 2% para Agropecuária e Inclusão Social, 21% na área Industrial, 19,8% na área de Insumos Básicos e 31,2% na área de Infra-estrutura.

Do total financiado no período estudado (R\$ 691 bilhões, considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos financiados neste período de 2010 a 2014 representou 55% do valor total, o que denota um papel ainda mais expressivo do BNDES neste período, em conformidade com a Agenda “Brasil do Diálogo, da produção e do emprego” apresentada pela FIESP e por Centrais Sindicais. É possível constatar também que no período de 2011 a 2014 a área industrial teve sua participação ampliada em relação ao período anterior (21%)¹⁰⁸. Já a área de Infra-estrutura social teve sua participação elevada (18,5%), o que coaduna com o investimento verificado no capítulo 2 no PAC 2.

Já no que se refere aos Investimentos, o total do período ficou em R\$ 471.478.343.833, sendo que o setor predominante foi o de energia, que correspondeu a aproximadamente 90% do total investido. Do total investido no período estudado (R\$ 826.232.772.711, considerando aos anos de 2003 a 2014) os recursos investidos neste período de 2011 a 2014 representou 57% do valor total, o que denota uma elevação substancial do investimento neste período.

¹⁰⁸ Saiu de 19,3% para 21%.

3.4 DADOS TOTAIS BNDES E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Por fim, estabelecemos o quadro com os dados totais de financiamento e investimento do período, considerando os dados levantados no que se referem aos financiamentos do BNDES e aos investimentos da União por meio de seu orçamento.

Tabela 32 – Dados Totais BNDES e ORÇAMENTO DA UNIÃO 2003 a 2014

DADOS TOTAIS Em bilhões de reais	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BNDES	26,4	13,3	15,0	28,2	45,7	41,0	120,6	55,2	64,5	136,5	64,9	75,6
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	21,8	24,1	28,1	32,8	40,0	53,2	70,5	84,2	80,4	98,0	113,5	95,5
TOTAL	48,2	37,4	43,1	61,0	85,7	94,2	191,1	139,4	144,9	234,5	178,4	171,1

Fonte: BNDES e Ministério do Planejamento. Elaboração Própria

No quadro acima verificamos que o auge dos recursos direcionados, considerando os dois mecanismos de financiamanento/investimento, se deu no ano de 2012, seguido pelo ano de 2009.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados de financiamento do BNDES e dos dados de Investimento da União no período de 2003 a 2014 são elementos que ajudam a iluminar a noção defendida por nós de que o Brasil é um país que segue nos marcos do Novo Padrão exportador de especialização produtiva, pois seus principais setores econômicos integram “segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais”. (Osório, 2009), sendo também segmentos dotados de baixa intensidade tecnológica.

Ainda que tenha fugido do escopo e das possibilidades do presente trabalho fazer uma análise mais apurada das empresas favorecidas pelos financiamentos/investimentos é possível inferir que os setores predominantes estão nos quadros do Novo padrão exportador de especialização produtiva, dada a predominância de setores financiados que dizem respeito à Infra-estrutura e Insumos Básicos. Mesmo no setor industrial é forte a presença de setores plenamente integrados às grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais, tal como setores da indústria extrativa (mineração), papel e celulose e indústria de transformação de veículos, reboques e carrocerias, em se tratando dos recursos destinados pelo BNDES.

Dos 691 bilhões de reais financiados pelo BNDES em todo período estudado, 105 bilhões corresponde ao setor de Infraestrutura social, o que equivale a 15% de todo valor financiado. 23 bilhões de reais corresponde ao setor de Agropecuária e Inclusão Social, o que equivale a pouco mais de 3% de todo valor financiado. 147 bilhões corresponde ao setor Industrial, o que equivale a aproximadamente 21% de todo valor financiado. 180 bilhões corresponde ao setor de Insumos Básicos, o que corresponde a 26%. 213 bilhões corresponde ao setor de Infra Estrutura, o que corresponde a 30% do total financiado. Dos 826 bilhões investidos pela União diretamente, aproximadamente 91% é para o setor de energia, sendo que deste recurso parte significativa vai para financiar petróleo e gás, sendo que a Petrobrás cumpre papel destacado na recepção destes investimentos.

Ao mesmo passo, tal volume de recurso aponta o quanto de financiamento e investimento público é feito na estrutura produtiva da economia. Se consideramos como exemplo os recursos investidos em energia por meio do orçamento da União, chegamos numa cifra aproximada de 752 bilhões de reais investidos no setor num período de 12 anos. Uma conta feita pelo atual governo acerca das privatizações que se pretende fazer informa que com todo plano de desfazimento de ativos de empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás o Estado brasileiro arrecadaria, aproximadamente, 300 bilhões de reais¹⁰⁹, um valor bem distante de todo o investimento realizado no período.

O estudo da economia chinesa que fizemos neste trabalho para melhor compreensão do cenário econômico mundial no período estudado nos leva a algumas conclusões a respeito da experiência chinesa, que assume uma estratégia autônoma de desenvolvimento, sem copiar modelos exógenos, mas também sem restrição em assimilar novas tecnologias a partir da incorporação do progresso técnico, expansão da base de acumulação e geração de empregos.

Em se tratando de Brasil, ou de qualquer país da América Latina ou do mundo que queira superar sua eventual condição de dependência e subordinação nos quadros da divisão internacional do trabalho deve partir do mesmo pressuposto: Buscar soluções próprias, a partir de seus limites e possibilidades.

Não existe modelo econômico pré-concebido, foi o que procuramos insistir também no curso do trabalho, ao refutar as noções que dizem que basta seguir um curso de crescimento econômico para se atingir um suposto patamar de desenvolvimento. E, resta configurado, que para superar sua condição de dependência e superar os marcos do Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva deve o Brasil traçar um caminho próprio, o que significa, em termos econômicos, reorientar o caráter exógeno da economia para um modelo autóctone que parta dos anseios de seu povo.

5 – REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L.; PINTO, E.C.; CINTRA, M.A.C. A China na Nova Configuração Global impactos políticos e econômicos. **China e Brasil: Oportunidades e Desafios**. IPEA, 2012.
- ALVES, R. L. **Montesquieu e a teoria da tripartição dos poderes**. *Jus Navigandi*, Teresina, 8(386), 2004.
- AMARAL, M. S., & CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálisis**, 12(2), 216-225, 2009.
- ANDREFF, W; PINHEIRO, J. **As multinacionais globais**. 2000.
- BALANÇA COMERCIAL DO SETOR MINERAL – 2003 A 2013, DNPM, p. 12. Disponível em: < <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2014> >. Acesso em: 02/12/2016
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. < Banco Central do Brasil >. Acesso em 02 de dezembro de 2015.
- BARBOSA, A.F. A China na Nova Configuração Global impactos políticos e econômicos. **China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho**. IPEA, 2012.
- BARCELOS, E. (Org.) et al. **O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: Olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Rio de Janeiro, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. **Estratégias de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, 2012.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Disponível em < <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home> > Acesso em 10 de junho de 2016.
- BOITO, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV, São Paulo. Disponível em < <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-> >. Acesso em 03 de dezembro de 2015.
- BORON, A. A. **Imperio e imperialismo**. Casa de las Américas, 42 (227), 5-54, 2002.
- CARNEIRO, R. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos**. Observatório da Economia Global, 2010.
- CATANI, A. M., & HEY, A. P. **A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso**. Atos de pesquisa em educação, 414-429, 2007.
- CEPAL. **Estatísticas CEPAL**. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Disponível em < <http://www.cepal.org/es> >. Acesso em: 02 de dezembro de 2015.
- COSTA, E. S. **A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória**. 1996.

DE CAMPOS, F. A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)** (Doutorado, UNICAMP), 2009.

DE PESQUISA ENERGÉTICA, E. Balanço energético nacional 2014: ano base 2013. **Ministério de Minas e Energia**, 2014.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. < <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/25839-55-ameacas-de-direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional> > Acesso em 08 de agosto de 2016.

FALEIROS, R. N., NAKATANI, P., VARGAS, N. C., NABUCO, P., GOMES, H., & Trindade, R. V. **A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 58-73, 2014.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales, 179-206, 2006.

FINAL, Relatório. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG).** 2015.

FRANK, A. G. **A agricultura brasileira: Capitalismo e mito do feudalismo – 1964.** Em STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-100. 2012.

FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento.** SINAL, 1968.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico** (Vol. 4). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCIA, M.; DIDIER, T. **Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil.** 2003.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, 2012.

GONTIJO, C. Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. *Belo Horizonte, UFMG-Cedeplar, texto para discussão*, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < www.ibge.gov.br >. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

IPEA. **IPEA DATA.** Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em < www.ipeadata.gov.br >. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

KURZ, R. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEÃO, R.P.F. A China na Nova Configuração Global impactos políticos e econômicos. **A Articulação Produtiva Asiática e os Efeitos da Emergência Chinesa.** IPEA, 2012.

LENIN, V.I. **Que fazer?.** Estampa, 1973.

LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007),** 2007.

LULA DA SILVA, L. I. **Carta ao povo brasileiro,** 2002.

MARICATO, E et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, R. M., & MENDES, Á. N. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. *Revista Katálysis*, 10(1), 15-23, 2008.

MARINI, R. M., **Dialética da dependência**. Editora Vozes/Clacso, 2000.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013

MATHIAS, G. e SALAMA, P. **O Estado super-desenvolvido. Das Metrópoles ao Terceiro Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. < <http://www.mdic.gov.br/> >. Acesso em 02 de dezembro de 2016. MIRANDA, S. **A herança maldita de FHC**. (2003).

NAKATANI, Paulo et al. Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 13, n. 1, 2014.

OSÓRIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. 1ª edição, Itaca, 2009.

OSÓRIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. Padrão de reprodução do capital. São Paulo, Boitempo, 2012.

OTONI, P.H.D.S. **A Nação e seu labirinto**. (Dissertação, UFMG), 2011. PAPTAEODOROU,

C. ; SAKELLAROPOULOS, S. ; YEROS, P. . **Grecia en una Encruzijada: Crisis y Radicalización en la Semi-periferia Europea**. Batalla de Ideias, v. 3, p. 54-69, 2012.

PAULANI, L. **Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro**. *Estudos avançados*, 237-264, 2013.

PAULO, V., & ALEXANDRINO, M. **Direito constitucional**. 3ª edição. São Paulo: *Impetus*, 12, 2005.

PEREIRA, D. C; BECKER, L. C; WILDHAGEN, R. O. **Comunidades Atingidas por Mineração e Violação dos Direitos Humanos: Cenários em Conceição do Mato Dentro**. Juiz de Fora: Revista Ética e Filosofia Política – Nº 16 –Volume 1 – junho de 2013.

PEREIRA, V. V. **A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência** (Doutorado, UFMG), 2015.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia**, Ed. Contraponto, 2005.

PINTO, E.C. A China na Nova Configuração Global impactos políticos e econômicos. **O Eixo Sino-americano e as transformações do Sistema Mundial**. IPEA, 2012.

PONTE PARA O FUTURO. < http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf > Acessado em 03 de dezembro de 2016.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. *Em aberto*, 2011.

RIBEIRO NETO, Amaury. "A privatária tucana." (2011).

ROSTOW, W. W. **Las etapas del crecimiento económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

SADER, Emir, **0 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, T. D. **Teoria de La Dependencia**. 2013.

SIMAN, S.D.; TONIN, V.H. **3 mitos sobre o desemprego no Brasil atual** Disponível em: < <http://www.intersindicalcentral.com.br/3-mitos-sobre-o-desemprego-no-brasil-atual/> > Acesso em 03 de dezembro de 2016.

SIMAN, S.D.; TONIN, V.H. **A inflação na crise brasileira atual. Desvendando Mitos**. Disponível em: < <http://www.intersindicalcentral.com.br/a-inflacao-na-crise-brasileira-atual-desvendando-mitos/> > Acesso em 03 de dezembro de 2016.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos-Cebrap**, v. 102, p. 39-67, 2015.

SPILIMBERGO, J. E. **A questão nacional em Marx**. *Florianópolis: Insular*, 2002.

VASCONCELLOS, G. F. **Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais**. Editora Insular, 2014.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.